



GUINÉ-BISSAU

CONSULTA DE 2017 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUARTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A GUINÉ-BISSAU

No contexto da quarta avaliação no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado e pedido de prorrogação do acordo e aumento do acesso, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2017, após as discussões concluídas em 3 de outubro de 2017 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi concluído em 21 de novembro de 2017, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo FMI.
- **Declaração do Administrador** para a Guiné-Bissau.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções* enviada ao FMI pelas autoridades da Guiné-Bissau

Memorando de Políticas Económicas e Financeiras* das autoridades da Guiné-Bissau

Memorando Técnico de Entendimento*

Documento sobre Temas Seleccionados

*Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Dezembro de 2017

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: US\$ 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



Comunicado de Imprensa nº 17/481 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
11 de dezembro de 2017

Fundo Monetário Internacional
Washington, D. C. 20431, EUA

Conselho de Administração do FMI conclui a quarta avaliação no âmbito do Acordo ECF, aprova o desembolso de USD 4,3 milhões e conclui a consulta à Guiné-Bissau ao abrigo do Artigo IV referente a 2017

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a quarta avaliação do acordo no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).¹ A conclusão permite a liberação de DSE 3,03 milhões (cerca de USD 4,3 milhões), perfazendo um total de DSE 14,01 milhões (cerca de USD 19,8 milhões) em desembolsos ao abrigo do acordo ECF. O Conselho de Administração concluiu também a consulta de 2017 ao abrigo do Artigo IV.²

O acordo ECF de três anos com a Guiné-Bissau, no montante de DSE 17,04 milhões (60 por cento da quota) foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2015 (ver [Comunicado de Imprensa nº 15/331](#)). O objetivo do programa apoiado pelo acordo ECF é restaurar a estabilidade macroeconómica e aumentar a eficiência na prestação de serviços públicos para estimular o crescimento inclusivo.

A Guiné-Bissau demonstrou um forte compromisso com o programa apoiado pela ECF, e os resultados são visíveis. Todos os critérios de desempenho e metas indicativas para o final de junho foram cumpridos, assim como a maioria dos indicadores de referência estruturais. Não foram cumpridos dois indicadores de referência relacionados com operações de gestão da dívida e com os relatórios financeiros da empresa pública de eletricidade, sendo provável que venham a ser implementados com atraso.

A economia está a crescer com vigor e a posição das contas públicas registou melhorias expressivas. Suportado por termos de troca favoráveis, o PIB real cresceu em média quase 6 por cento em 2015–16; a conta corrente externa registou um excedente e a inflação foi inferior aos 2 por cento ao ano. A gestão financeira pública melhorou e projeta-se que o

¹ A ECF é um acordo de empréstimo que proporciona um compromisso programático sustentado de médio e longo prazos, em caso de problemas prolongados na balança de pagamentos. Para mais detalhes, ver <http://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2016/08/02/21/04/Extended-Credit-Facility>.

² Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI realiza discussões bilaterais com os seus países membros, normalmente todos os anos. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações económicas e financeiras e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. Ao regressar à sede, a equipa elabora um relatório, que constitui a base para as discussões do Conselho de Administração.

défi ce orçamental fique abaixo dos 2 por cento do PIB em 2017, menos da metade do nível de 2016.

As perspetivas são, de modo geral, favoráveis, com um crescimento projetado em 5 por cento no médio prazo. Os investimentos em curso em estradas e outras infraestruturas, os progressos no fornecimento de eletricidade e água, bem como as políticas para melhorar o ambiente de negócios estão a contribuir para uma dinâmica positiva. As perspetivas estão, contudo, sujeitas a riscos significativos decorrentes do historial do país de fragilidade, tensões políticas constantes e uma base de exportações não diversificada. Ademais, alguns fatores pesam sobre o crescimento: a intermediação financeira é fraca, os bancos enfrentam níveis elevados de créditos malparados e há questões ainda pendentes ligadas ao resgate bancário anulado de 2015.

Ao concluírem-se as discussões, o Sr. Tao Zhang, Subdiretor-Geral e presidente em exercício do Conselho, fez a seguinte declaração:

“A implementação da política económica na Guiné-Bissau tem sido satisfatória e alinhada com os objetivos do programa apoiado pelo FMI. O crescimento económico mantém-se vigoroso, sustentado pelos altos preços do caju, enquanto os avanços na gestão orçamental reforçaram a estabilidade macroeconómica.

“É de louvar a determinação das autoridades em minimizar os custos para o Estado enquanto prosseguem na aplicação das medidas necessárias para resolver o resgate bancário anulado de 2015 e para assegurar a conformidade com as normas prudenciais. O fortalecimento do sistema bancário é essencial para a estabilidade do setor financeiro e a solidez da intermediação financeira, e os requisitos mínimos de fundos próprios devem ser rigorosamente cumpridos.

“As receitas públicas são baixas, o que indica a necessidade de reforçar as administrações fiscal e aduaneira e gerir prudentemente as despesas públicas. Serão necessárias reformas estruturais específicas para criar o espaço orçamental para os gastos infraestruturais e sociais prioritários e para garantir que o aumento dos gastos produza os resultados desejados. A contratação de empréstimos para os projetos prioritários devem continuar a ser limitada, valendo-se ao máximo de financiamentos em condições concessionais. Os planos para aperfeiçoar a gestão das empresas públicas de eletricidade e água e garantir a transparência das finanças do setor empresarial do Estado são positivos.

“As melhorias no ambiente de negócios serão essenciais para manter o ímpeto do crescimento, criar empregos e reduzir a pobreza. Para estimular o investimento privado e viabilizar a diversificação económica, são necessários esforços redobrados para consolidar o Estado de Direito, promover a estabilidade das políticas e instilar transparência na administração pública. Em paralelo, as autoridades terão de avançar nas iniciativas para reduzir a corrupção e a busca de rendas, bem como no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.”

Avaliação do Conselho de Administração³

Os Administradores concordaram com o teor da avaliação do corpo técnico. Louvaram o compromisso das autoridades para com o acordo apoiado pelo FMI e os progressos já alcançados, nomeadamente o crescimento económico vigoroso e a melhoria da posição das finanças públicas. Descaram o dinamismo das atividades no setor do caju, apoiado pela subida dos preços de venda, que contribuiu para o aumento dos rendimentos e o alívio da pobreza. Incentivaram as autoridades a tirar proveito das atuais condições económicas favoráveis para avançar nas reformas para consolidar as bases para o desenvolvimento a mais longo prazo, com medidas para abordar os défices de infraestruturas, reforçar os gastos sociais e melhorar o ambiente de negócios.

Os Administradores louvaram o compromisso das autoridades com a aceleração das reformas estruturais para reforçar a mobilização de receitas internas, promover a disciplina orçamental e melhorar a qualidade dos gastos públicos, o que possibilitaria o alargamento dos gastos sociais e infraestruturais prioritários. Tendo em conta o fortalecimento recente da gestão financeira pública, os Administradores incentivaram as autoridades a cumprir rigorosamente o cronograma de reuniões semanais de gestão de tesouraria, em simultâneo ao aperfeiçoamento dos procedimentos para a seleção de projetos e o desenvolvimento de um quadro de apoio à planificação e execução dos mesmos.

Os Administradores sublinharam a necessidade de fomentar o desenvolvimento e a diversificação do setor privado para apoiar o crescimento económico robusto e inclusivo. Salientaram também a necessidade de abordar os défices nas infraestruturas energéticas e de transportes e a importância da estabilidade das políticas e do Estado de Direito. Incentivaram as autoridades a buscar o apoio dos parceiros de desenvolvimento, designadamente através da assistência técnica, para melhorar a gestão da empresa pública de eletricidade e água, EAGB, e otimizar o custo-benefício dos investimentos públicos.

Os Administradores vincaram a importância de garantir a sustentabilidade da dívida ao buscar donativos e empréstimos em condições altamente concessionais para financiar os projetos prioritários. A prudência na contratação de empréstimos será essencial à luz do nível elevado da dívida pública da Guiné-Bissau e a vulnerabilidade do país a choques. Os Administradores louvaram os progressos recentes na resolução dos atrasados externos de longa data. Incentivaram as autoridades a continuar a fortalecer a gestão da dívida, evitar os passivos contingentes e instilar disciplina orçamental nas empresas públicas, através de auditorias e relatórios financeiros periódicos.

³ Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente do Conselho, resume os pontos de vista dos Administradores, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos:

<http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/misc/qualifiersp.pdf>.

Os Administradores destacaram que o fortalecimento do sistema bancário e a inclusão financeira são fundamentais para a melhoria do ambiente de negócios e a redução da pobreza. Louvaram o compromisso das autoridades com a minimização dos custos para o Estado enquanto avançam nas medidas necessárias para a resolução do resgate bancário anulado de 2015 e asseguram a capitalização adequada da banca. Enfatizaram a necessidade de preservar a estabilidade financeira através de medidas corretivas e da aplicação estrita das normas prudenciais, em colaboração com a autoridade bancária regional. Referiram que o desenvolvimento de um plano nacional para a inclusão financeira apoiaria os esforços de desenvolvimento do sistema financeiro.

Os Administradores acreditam que a agenda de reformas estruturais da Guiné-Bissau é ainda apropriada para apoiar a estabilidade macroeconómica e o crescimento inclusivo. Instaram as autoridades a consolidar os princípios da transparência e boa governação visando a melhoria do ambiente de negócios e o estímulo ao investimento privado. Incentivaram-nas a avançar nas iniciativas de combate à corrupção, nomeadamente através do fortalecimento do quadro CBC/FT.

Os Administradores reiteraram a importância de melhorar a qualidade e oportunidade das estatísticas económicas da Guiné-Bissau e incentivaram as autoridades a continuar a melhorar a coordenação entre as instituições e garantir a alocação de recursos suficientes para a compilação e divulgação de dados estatísticos.

Espera-se que a próxima consulta com a Guiné-Bissau ao abrigo do Artigo IV seja realizada em conformidade com a decisão do Conselho de Administração sobre os ciclos de consulta para países membros com acordos com o FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos Seleccionados¹

População (milhões, 2016): 1,7 Principal produto de exportação: Castanha de caju Taxa de alfabetização (% do total, 2015): 59,8
 Quota (milhões de DSE, % do total): 28,4 (0,01%) Principais mercados de exportação: Índia e Europa Taxa de pobreza (% do total, 2010): 69,3
 PIB per capita (USD, 2016): 694

	2014	2015	2016	2017		2018	2019	2020	2021	2022
			Prel.	EBS/17/66	Proj.					
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)										
Contas nacionais e preços										
PIB real a preços de mercado	1,0	6,1	5,8	5,0	5,5	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
PIB real per capita	-1,2	3,8	3,5	2,7	3,2	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
Deflator do PIB	-0,1	10,8	6,6	2,4	7,2	1,6	1,9	2,1	2,2	2,5
Índice de preços no consumidor (média anual)	-1,0	1,5	1,5	2,0	2,2	2,3	2,5	2,6	2,8	3,0
Setor externo										
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	8,8	54,6	6,8	5,7	24,5	7,1	7,1	9,3	9,4	9,7
Importações, FOB com base em valores em USD)	17,3	-3,6	6,9	2,2	30,0	13,2	9,3	9,0	8,5	8,2
Volume de exportações	-4,9	26,3	10,7	-4,5	-8,6	5,5	5,1	7,0	7,1	7,3
Volume de importações	30,5	15,6	9,7	9,4	18,6	10,3	7,1	7,1	6,4	6,6
Termos de troca (deterioração = -)	23,2	54,4	13,9	11,4	28,7	-0,1	0,6	0,9	0,8	1,3
Taxa de câmbio efetiva real (desvalorização = -)	-0,8	-2,6	1,9
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	493,6	591,2	592,7
Finanças públicas										
Receitas internas (excl. donativos)	59,4	29,4	-0,6	15,1	8,7	22,9	11,7	11,0	10,4	11,8
Receitas internas (excl. donativos e extraordinárias)	47,7	30,4	5,2	16,5	10,0	22,9	11,7	11,0	10,4	11,8
Total da despesa	89,1	11,3	0,9	-2,3	-5,2	15,7	10,9	10,2	9,5	10,6
Despesas correntes	79,5	5,0	8,8	-8,0	-12,2	12,3	10,8	11,8	10,1	12,6
Despesas de capital	115,4	25,5	-14,2	11,6	11,7	22,3	11,3	7,6	8,4	7,1
Moeda e crédito										
Ativos internos líquidos ²	7,8	18,2	-2,5	-2,0	-9,7	0,6	1,3	2,0	1,0	1,2
Do qual:										
Crédito ao governo (líquido)	9,1	4,6	1,8	0,0	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédito à economia	-2,6	13,0	2,2	0,7	-8,3	1,5	1,2	2,0	1,0	1,1
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	2,2	2,0	2,1	2,1	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,1
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)										
Investimento e poupança										
Investimento bruto	11,4	8,2	8,0	11,1	8,5	8,7	9,1	9,1	9,2	9,2
D/q: investimento público	7,6	8,1	6,2	6,5	6,1	7,0	7,2	7,3	7,3	7,3
Poupança interna bruta	0,2	3,9	4,0	5,8	2,9	2,5	2,4	2,7	3,1	3,7
D/q: poupança pública	-0,1	-0,5	-2,5	0,4	0,6	1,5	1,6	1,6	1,7	1,7
Poupança nacional bruta	12,0	10,7	9,3	10,5	7,8	6,4	6,3	6,1	6,3	6,7
Finanças públicas										
Total da receita	12,6	13,8	12,2	13,2	11,7	13,5	14,1	14,6	15,0	15,6
Despesa primária interna total	16,7	15,4	14,3	12,6	11,3	12,8	13,2	13,7	14,2	14,8
Saldo primário interno	-4,1	-1,5	-2,1	0,6	0,4	0,8	0,9	1,0	0,9	0,8
Saldo global (base de compromissos)										
Incluindo donativos	-2,6	-3,0	-4,7	-1,9	-1,7	-1,9	-2,0	-2,1	-2,1	-2,1
Excluindo donativos	-12,1	-9,5	-8,7	-6,0	-5,8	-5,5	-5,6	-5,7	-5,7	-5,7
Conta corrente externa										
Excl. transferências oficiais correntes	0,5	2,5	1,3	-0,6	0,0	-2,3	-2,8	-3,0	-2,9	-2,6
Excl. transferências oficiais correntes	-3,9	1,6	1,3	-0,6	-0,4	-2,3	-2,8	-3,0	-2,9	-2,6
Stock da dívida do governo central										
D/q: dívida externa	55,1	52,8	54,1	50,2	49,2	48,3	47,3	46,1	44,7	43,4
D/q: dívida externa	15,0	15,2	14,4	13,3	12,5	13,0	13,7	14,5	15,3	16,0
Por memória:										
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	520,9	612,5	690,5	734,1	780,7	832,7	890,9	955,1	1025,4	1103,5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FML.

¹ Excl. o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões em 2015. Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade desses contratos.

² Contributo percentual ao crescimento dos meios de pagamento.



GUINÉ-BISSAU

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA DE 2017 AO ABRIGO DO ARTIGO IV E QUARTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Enquadramento: O acordo trienal ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) foi aprovado em 10 de julho de 2015. A Guiné-Bissau recebeu um desembolso inicial (DSE 2,84 milhões, 10 por cento da quota) na aprovação do acordo e um desembolso adicional (no total de DSE 8,14 milhões, 29 por cento da quota) após a aprovação conjunta da primeira e segunda avaliações a 2 de dezembro de 2016, e da terceira avaliação a 6 de julho de 2017.

Contexto: Um Estado frágil, a Guiné-Bissau tem registado uma forte recuperação da atividade económica desde 2014, apesar da continuação das tensões políticas e da reduzida assistência financeira externa. O crescimento tem sido apoiado por uma situação de segurança calma e uma evolução favorável dos termos de troca. As tensões políticas resultaram em várias mudanças de governo em 2015–16 e a Assembleia Nacional Popular não abre para sessões plenárias desde o fim de 2015.

Desafios políticos: O crescimento sustentado e inclusivo requererá melhorias no ambiente de negócios, assim como um reforço da mobilização de receitas que permita a realização de despesas prioritárias sociais e em infraestruturas. Os volumes elevados de créditos mal parados e os legados das anulações do resgate bancário de 2015 têm de ser abordados para reforçar a intermediação financeira; acresce que a diversificação das exportações é necessária para reduzir a dependência da castanha de caju.

Desempenho do programa: A implementação do programa tem sido positiva, tendo sido cumpridos todos os critérios de desempenho e metas indicativas da quarta avaliação. Não foram cumpridos dois indicadores de referência estruturais relacionados com operações de gestão da dívida e com relato financeiro referente à empresa pública de eletricidade, sendo provável que venham a ser implementados com atraso.

O corpo técnico apoia a conclusão da consulta de 2017 ao abrigo do Artigo IV, a quarta avaliação no âmbito da ECF e a avaliação das garantias de financiamento: O montante equivalente a DSE 3,03 milhões (11 por cento da quota) será disponibilizado após a conclusão da quarta avaliação pelo Conselho de Administração.

Aprovado por
Roger Nord (AFR)
e **Johannes Wiegand (SPR)**

As discussões decorreram em Bissau, entre os dias 10 de setembro e 3 de outubro de 2017. A equipa da missão foi composta pelos Srs. Tobias Rasmussen (chefe), Elena Arjona Pérez, Cristina Cheptea, Francis Kumah, Torsten Wezel (todos do AFR). Sra. Keyra Primus (FAD) e Sr. Oscar Melhado (Representante Residente do FMI em Bissau). O Sr. Romão Varela (OED) participou nas discussões. O Sr. Gaston Fonseca e a Sra. Gemilia Pereira (ambos do gabinete do Rep. Res. do FMI) auxiliaram a missão. A equipa reuniu-se com suas Excelências o Presidente da Guiné-Bissau, José Mário Vaz; o Primeiro-Ministro, Umaro Sissoco Embaló; o Ministro das Finanças, João Fadia; a Diretora Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), Helena Nosolini Embaló; o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Biaguê Na N'Tam, o Procurador-Geral da República, António Mam; outros altos responsáveis e representantes do setor privado, da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento. A equipa organizou apresentações sobre o trabalho analítico e participou numa conferência sobre crescimento inclusivo sustentável.

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓMIMOS	4
CONTEXTO: ULTRAPASSAR A FRAGILIDADE	5
DESENVOLVIMENTOS RECENTES E DESEMPENHO DO PROGRAMA	7
PERSPETIVAS E RISCOS	11
DISCUSSÕES DE POLÍTICA AO ABRIGO DO ARTIGO IV: APROFUNDAMENTO DAS REFORMAS NO SENTIDO DO CRESCIMENTO INCLUSIVO	13
A. Fortalecimento das Capacidades e Expansão do Espaço Orçamental	14
B. Promoção do Crescimento Forte e Inclusivo	17
C. Reforço da Intermediação e da Inclusão Financeiras	20
D. Manutenção de Políticas Prudentes de Endividamento	21
E. Questões Estatísticas	24
F. Governação	24
G. Outras Questões Relacionadas com a Supervisão	25
QUESTÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA	25
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	26

CAIXAS

1. Resgates Bancários de 2015 e Consequências _____	9
2. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas _____	10
3. Avaliação da Estabilidade Externa _____	13
4. Fornecimento de Eletricidade _____	19

FIGURAS

1. Desenvolvimentos Económicos Recentes _____	28
2. Desenvolvimentos Orçamentais e de Crédito _____	29
3. Perspetivas de Médio Prazo _____	30

TABELAS

1. Indicadores Económicos Seleccionados _____	318
2. Balança de Pagamentos (mil milhões de FCFA) _____	32
3a. Operações do Governo Central (mil milhões de FCFA) _____	33
3b. Operações do Governo Central (por cento do PIB) _____	34
4. Síntese Monetária _____	35
5. Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário _____	36
6. Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas para 2017 _____	37
7a. Indicadores de Referência Estruturais Passados no Âmbito do Programa ECF, 2017 _____	38
7b. Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017–18 _____	41
8. Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18 _____	43
9. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI _____	44
10. Tabela de Indicadores Comuns Necessários à Supervisão _____	45

ANEXOS

I. Recomendações da Consulta de 2015 ao abrigo do Artigo IV _____	46
II. Fortalecimento das capacidades num contexto de fragilidade _____	47
III. Matriz de Avaliação de Riscos _____	51
IV. Avaliação da Estabilidade Externa _____	52

APÊNDICE

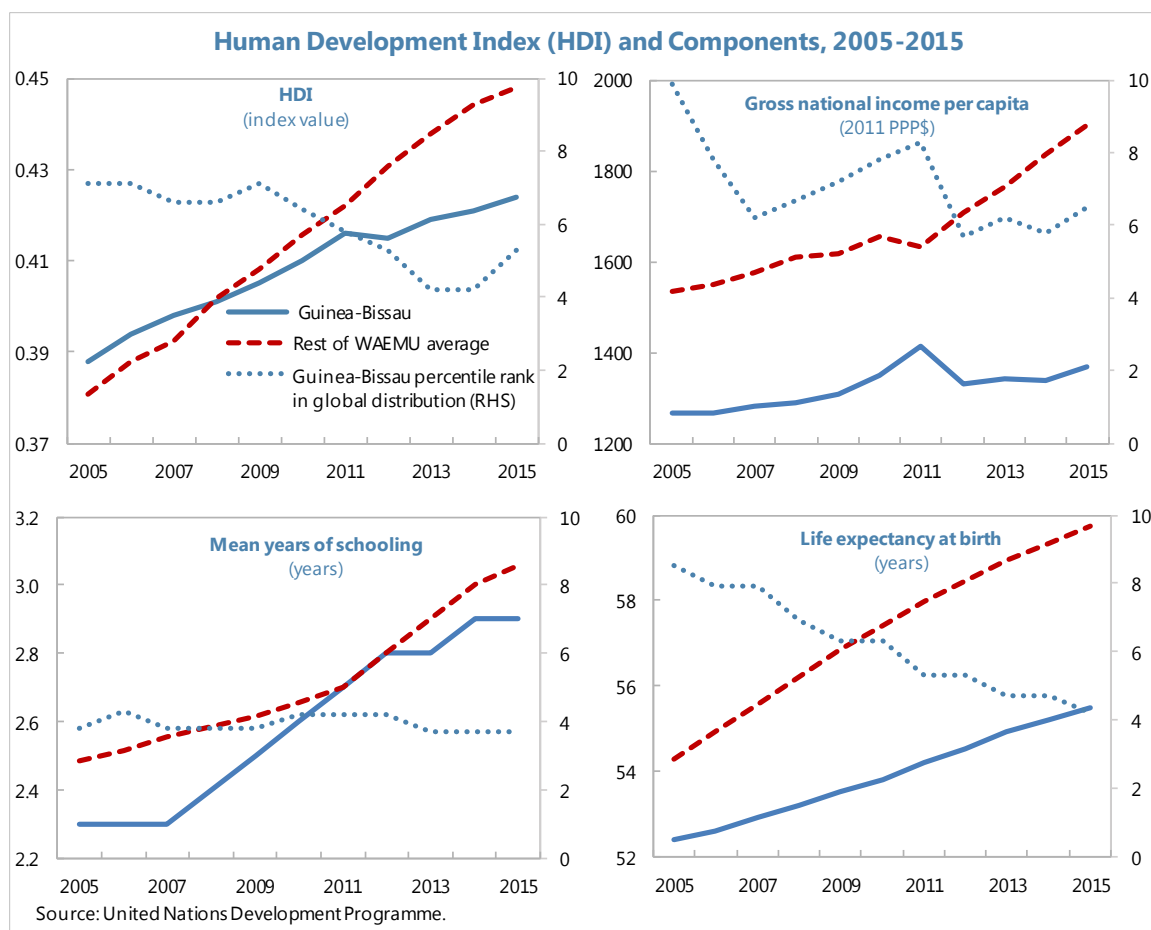
I. Carta de Intenções _____	57
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras _____	59
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento _____	73

Siglas e Acrónimos

ASD	Análise da Sustentabilidade da Dívida
ASS	África Subsariana
AT	Assistência técnica
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BOAD	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CENTIF	Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira
CMP	Crédito Mal Parado
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
DNT	Despesas Não Tituladas
EAGB	Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau
ECF	Facilidade de Crédito Alargado
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
FCFA	Franco da Comunidade Financeira Africana (franco CFA)
FUNPI	Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas
GAFI	Grupo de Ação Financeira
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GIABA	Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais em África
IMF	Instituição de Microfinanças
IRE	Indicador de Referência Estrutural
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
SIGFIP	Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas
SIGRHAP	Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública
SYDONIA	Sistema Informatizado de Gestão de Dados Aduaneiros
SYGADE	Sistema de Gestão da Dívida
TOFE	Tabela de Operações Financeiras do Estado
UE	União Europeia
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana

CONTEXTO: ULTRAPASSAR A FRAGILIDADE

1. A Guiné-Bissau é um Estado rico em recursos porém frágil há muito tempo, e enfrenta um vasto leque de desafios de desenvolvimento. O país dispõe de recursos naturais abundantes para a agricultura, a silvicultura, as pescas e o turismo. No entanto, nas últimas décadas, ficou atrás dos seus pares na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) e está classificado, em termos globais, no decil inferior da média de rendimentos e dos principais indicadores sociais. A instabilidade política (incluindo a guerra civil em 1998–99 e os golpes militares em 2003 e 2012) e uma governação fraca atrasaram o progresso. Além disso, com uma agricultura que representa cerca de 40 por cento do PIB e uma base de exportações estreita constituída, em grande medida, por castanha de caju não processada, o país está altamente exposto aos choques climáticos e dos preços das matérias-primas. A pobreza, que na última avaliação ascendia a cerca de 70 por cento em 2010, é endémica.



2. O restabelecimento da ordem constitucional em 2014 contribuiu para perspectivas de melhores resultados. As eleições em meados de 2014 ajudaram a ancorar a paz. O novo governo lançou um ambicioso plano de 10 anos para o progresso social que visa a estabilidade política, o desenvolvimento inclusivo, a boa governação e a preservação da biodiversidade. Embora a situação de segurança tenha permanecido calma, a instabilidade política manteve-se, contudo, persistente.

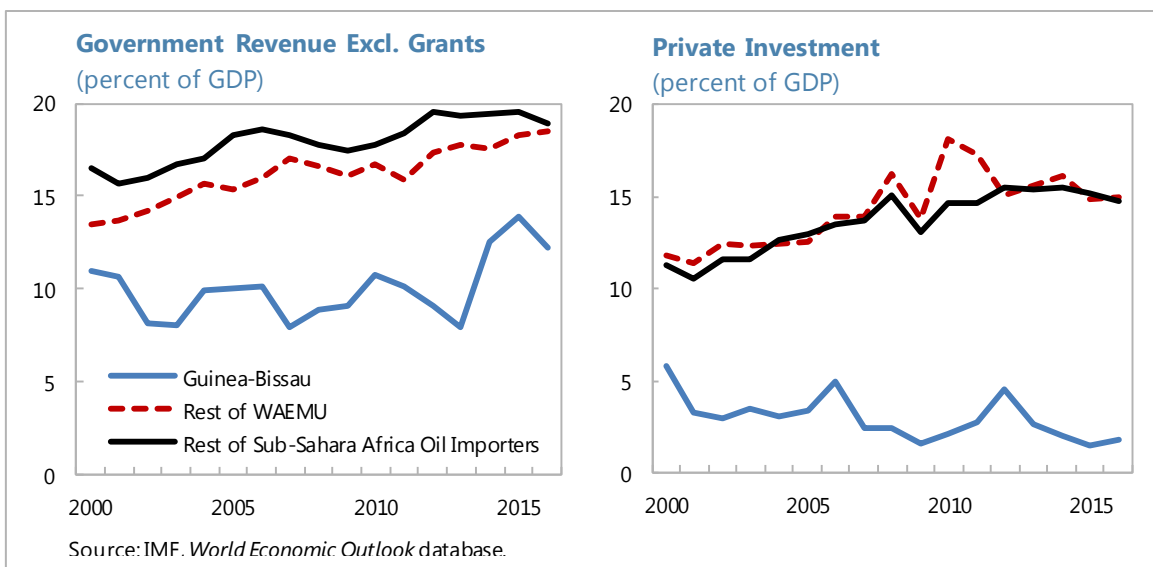
As divisões no seio do maior partido político levaram a quatro mudanças de governo desde meados de 2015 e a Assembleia Nacional Popular não abre para sessões plenárias desde o fim de 2015.

3. A economia recuperou fortemente apesar da continuação das tensões políticas e da assistência financeira externa reduzida. Apoiado pela situação de segurança calma e pelas melhorias no fornecimento de eletricidade, o crescimento foi, em média, de quase 6 por cento em 2015–16, o que representa um forte aumento face à média de 0,8 por cento em 2012–14 e o dobro da média desde 1980. Acresce que preços mais elevados do caju e menores preços dos alimentos e dos produtos petrolíferos importados impulsionaram os termos de troca do país, com a conta corrente a passar de um défice de 5 por cento do PIB em 2013 para um excedente em 2014–16. Tal verificou-se não obstante os doadores não terem aumentado a assistência financeira conforme planeado após as últimas eleições, em parte em decorrência da continuação da instabilidade política. O total de apoio orçamental e a projetos (excluindo o FMI) diminuiu de 12 por cento em 2014 para 6 por cento do PIB em 2016, antes de recuperar ligeiramente no primeiro semestre de 2017.

Guinea-Bissau: Official Financial Assistance ¹ (percent of annual GDP)				
	2014	2015	2016	2017H1
Total	12.5	8.6	6.6	4.3
Grants	9.5	6.6	4.0	3.1
Budget	4.5	0.9	0.0	0.4
Project	5.0	5.6	4.0	2.8
Loans	3.0	2.0	2.6	1.1
IMF	0.5	0.4	0.6	0.0
Project	2.5	1.6	2.0	1.1

Source: Guinea-Bissau authorities.
¹ Includes only aid to the government sector.

4. As condições económicas atualmente favoráveis oferecem uma oportunidade para avançar com as reformas no sentido de reforçar as fundações para um desenvolvimento de mais longo prazo. As receitas públicas baixas e voláteis constituem um obstáculo à realização das despesas necessárias em infraestruturas e sociais, e um ambiente de negócios fraco está a travar o investimento do setor privado e a diversificação económica. Com base no aconselhamento passado do FMI e na assistência técnica (AT) em curso (Anexos I–II), as discussões de 2017 ao abrigo do



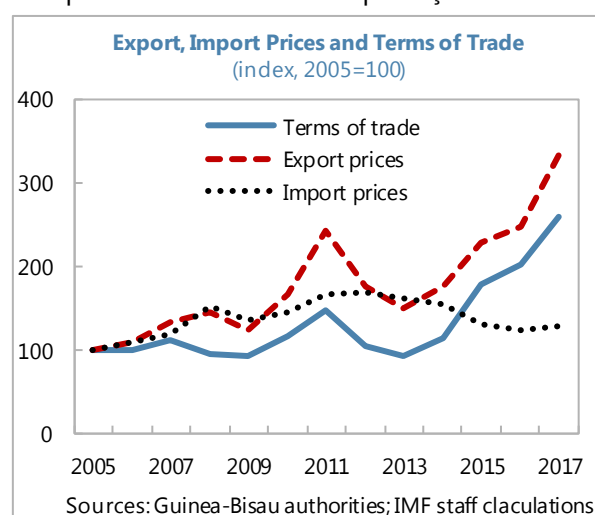
Artigo IV centraram-se nas prioridades para abordar as principais limitações ao desenvolvimento e ancorar a estabilidade macroeconómica.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES E DESEMPENHO DO PROGRAMA

5. Apoiado por preços do caju mais elevados, o forte crescimento económico dos últimos dois anos prosseguiu em 2017 (Tabela 1).¹ As receitas dos produtores de caju aumentaram, dado que os preços recorde compensaram uma pequena diminuição da produção (Temas Seleccionados, A Economia do Caju e o Desenrolar da Campanha de 2017). O aumento das receitas do caju apoiou o crescimento em outros setores, conforme demonstrado por um aumento das importações de materiais de construção. A inflação com base no IPC permaneceu moderada em cerca de 2 por cento em termos globais, embora com uma elevada procura que levou a pressões sobre os preços a meio do ano no tocante ao arroz e outros géneros alimentícios.

6. A evolução favorável dos preços fomentou as exportações da Guiné-Bissau, alargando os ganhos dos anos anteriores (Tabela 2). Os termos de troca do país melhoraram 14 por cento em 2016, ajudando a manter a balança comercial em geral constante, apesar da suspensão das exportações de madeira devido a preocupações relativas a desflorestação ilegal. O excedente da conta corrente estreitou para 1,3 por cento do PIB em 2016 face a 2,5 por cento em 2015 devido, principalmente, a uma redução dos donativos oficiais. Em 2017, o grande aumento dos preços do caju resultou numa nova melhoria dos termos de troca em cerca de 30 por cento e compensou, em parte, o aumento das importações, deixando a conta corrente, no geral, equilibrada.

7. As receitas públicas ultrapassaram as expectativas para o primeiro semestre de 2017 (Tabela 3). A atividade económica robusta apoiou



Guinea-Bissau: Summary of Central Government Finances
(percent of GDP)

	2016	2017H1	
		Prog.	Prel.
Revenue and grants	16.2	7.4	10.0
Tax revenue	9.2	4.6	5.3
Nontax revenue	3.0	1.1	1.6
Grants	4.0	1.8	3.1
Expenditure	20.9	9.8	10.3
Expense	14.8	6.4	6.3
Net acquisition of nonfinancial assets	6.2	3.4	4.0
Change in arrears	-0.2	-0.1	-0.3
Overall balance, including grants (cash)	-4.3	-2.6	-0.6
<i>Memorandum item:</i>			
Domestic primary balance (commitment)	-2.1	-0.7	0.7

Sources: Ministry of Finance; and IMF staff estimates.

¹ Globalmente, o crescimento do PIB real foi revisto para 6,1 por cento em 2015 e para 5,8 por cento em 2016 face aos 5,1 por cento anteriores em ambos os anos.

a mobilização de receitas e, em resultado do calendário da campanha do caju, as receitas foram recebidas durante o ano antes do antecipado. As receitas fiscais ultrapassaram a meta do programa para o primeiro semestre de 2017 em 0,8 por cento do PIB anual graças à expressiva arrecadação de direitos aduaneiros, impostos sobre vendas e impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas. Simultaneamente, um pagamento de dividendos (0,7 por cento do PIB) do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) mais do que compensou as baixas receitas não fiscais das licenças de pesca, taxas e sanções, situando as receitas não fiscais 0,5 por cento do PIB acima da meta do programa para o final de junho. Acresce que as autoridades receberam um donativo de apoio orçamental (0,4 por cento do PIB) da Arábia Saudita e donativos para projetos foram 1 por cento do PIB superiores ao programado. Em conjunto, isto impulsionou o total de receitas e subsídios para 2,6 por cento do PIB acima da meta para o final de junho.

8. A despesa tem sido controlada com rigor e os saldos orçamentais melhoraram acentuadamente. A despesa interna acompanhou, em geral, o orçamento, com uma despesa corrente total no primeiro semestre de 2017 ligeiramente abaixo (0,1 por cento do PIB) do programa devido a despesas inferiores com salários e juros. Ao mesmo tempo, a despesa de capital situou-se 0,6 por cento do PIB acima do programa, dado que a despesa de investimento com financiamento estrangeiro ultrapassou as expectativas. Combinado com receitas acima das expectativas e uma maior regularização dos atrasados (0,2 por cento do PIB acima da meta do programa), isto resultou num saldo de caixa global de -0,6 por cento do PIB face à meta do programa de -2,6 por cento do PIB.

9. Uma melhor gestão das finanças públicas (GFP) apoiou a posição orçamental melhorada. As reuniões bissemanais do Comité de Tesouraria desde o início de 2017 contribuíram para uma melhoria considerável da execução orçamental e do controlo das despesas. As realizações notáveis incluem a eliminação de despesas não tituladas (DNT), a não acumulação de novos atrasados, a eliminação de facilidades de descoberto bancário onerosas e a reestruturação das dívidas com vista a reduzir os custos do seu serviço. Além disso, as autoridades criaram uma margem de proteção orçamental ao constituir depósitos de 0,6 por cento do PIB junto do banco central.

10. No setor privado, a intermediação financeira continua fraca num contexto de um elevado volume de créditos mal parados (Tabelas 4–5). Antes da dotação para provisões, o crédito dos bancos comerciais ao setor privado aumentou, em média, 9,4 por cento ao ano em 2014–16, mas diminuiu 0,8 por cento (em termos homólogos) no final de junho de 2017, apesar da entrada de um novo banco que se está a expandir rapidamente. A fraca concessão de crédito ao setor privado não obstante o forte crescimento económico reflete a aversão dos bancos ao risco, num contexto de elevados volumes de crédito mal parado e de questões ainda por resolver relativas à anulação do resgate bancário de 2015 (Caixa 1).

11. Embora os indicadores de solidez financeira apontem para uma situação em geral satisfatória do sistema bancário no seu conjunto, um banco encontra-se seriamente subcapitalizado. O provisionamento da carteira de crédito mal parado transferida para o governo ao abrigo da anulação do resgate, conforme requerido pela Comissão Bancária (CB) da UEMOA,

provocou, no início de 2017, uma grande diminuição dos fundos próprios regulamentares de um banco. Posteriormente, os acionistas do banco não cumpriram a sua decisão de injetar novos fundos próprios para cumprir o requisito mínimo de fundos próprios de 10 mil milhões de FCFA que entrou em vigor a 1 de julho de 2017. Ainda estão em curso discussões com potenciais investidores que elevariam os fundos próprios para o mínimo requerido. Além disso, nas próximas semanas, a CB espera anunciar medidas corretivas aplicáveis a todos os bancos em incumprimento na UEMOA.

Caixa 1. Resgates Bancários de 2015 e Consequências

Os problemas dos dois bancos comerciais resgatados em 2015 resultaram principalmente de créditos que se tornaram mal parados em 2013–14, na sequência do golpe de 2012 e da descida dos preços do caju em 2012–13. Os resgates envolveram a tomada de posse, por parte do governo, a um valor facial, dos créditos mal parados (CMP) num total de 34,2 mil milhões de FCFA (cerca de 5 por cento do PIB), financiada por linhas de crédito a 10 anos com os mesmos bancos numa transação não efetuada em numerário. Os resgates foram realizados contra as recomendações do FMI e suscitaram preocupações de governação sérias.

Em meados de 2016, o governo declarou a nulidade dos resgates, salientando que os contratos não observaram os

procedimentos apropriados e que careciam das assinaturas necessárias. A legalidade dos contratos de resgate ainda está a ser avaliada em tribunal. No entanto, na sequência das recomendações da Comissão Bancária no início de 2017, os bancos foram obrigados a apresentar o provisionamento total dos créditos mal parados resgatados. As provisões subsequentes resultaram em receitas negativas e em grandes

diminuições do capital próprio dos dois bancos. Posteriormente, os acionistas dos bancos decidiram injetar fundos para cumprir o novo requisito de fundos próprios que entrou em vigor a 1 de julho de 2017 (10 mil milhões de FCFA, face aos 5 mil milhões anteriores). Todavia, um dos dois bancos não efetuou este aumento, e continua significativamente subcapitalizado.

Embora o rácio de CMP brutos face aos créditos totais se mantenha próximo do seu nível anterior ao resgate, os CMP líquidos de provisões encontram-se agora num nível mais administrável. Com o reconhecimento do resgate dos créditos mal parados, os dados mais recentes mostram um rácio de CMP brutos, no conjunto do sistema, de 32 por cento no final de junho de 2017 por comparação com um rácio de 39 por cento no final de 2014. O rácio de créditos mal parados ainda muito elevado reflete os progressos limitados no sentido da cobrança dos grandes saldos de créditos mal parados que deram origem aos resgates originais. Depois do provisionamento, no entanto, o rácio de provisões relativo aos CMP brutos aumentou para 65 por cento face a 46 por cento no final de 2014.

Guinea-Bissau: Selected Commercial Banking Sector Indicators¹
(percent of GDP, unless otherwise indicated)

	2012	2013	2014	2015	2016	June 2017
Total Assets ²	16.4	14.5	16.5	19.2	17.9	13.6
o/w credit to private sector (gross)	14.1	14.0	15.3	14.6	13.7	13.7
Total Deposits ²	14.0	13.7	17.3	17.4	15.1	14.3
Non-Performing Loans (NPLs, gross)	3.2	3.8	6.0	1.2	1.5	4.4
Provisions for Loan Loss	1.3	1.9	3.4	0.7	0.8	3.3
<i>Memorandum items:</i>						
Nominal GDP (CFAF billions)	505.1	516.7	520.9	612.5	690.5	780.7
Broad Money (M2, CFAF billions)	164.5	169.2	241.5	301.4	328.1	338.8
NPLs (percent of total loans) ²	22.6	27.0	39.4	8.2	10.8	31.7

Sources: BCEAO; and IMF staff estimates.

¹ Values for 2015 and 2016 have been adjusted to exclude the bailout.

² Values for 2017 include entries for the new bank, Banque Atlantique.

Desempenho do programa

12. O desempenho relativo às metas do programa para a quarta avaliação foi bom (Tabelas 6–7).

- **Foram cumpridos todos os critérios de desempenho para o final de junho.** O piso da receita fiscal interna foi ultrapassado em 8 mil milhões de FCFA (24 por cento) e o crédito líquido dos bancos nacionais ao banco central foi 9 milhões de FCFA inferior ao teto do programa. Além disso, em linha com os seus tetos zero, não se verificou um novo endividamento externo nem de curto prazo, nem não-concessional, não se verificando também a acumulação de atrasados da dívida externa.
- **Foram cumpridas todas as metas indicativas para o final de junho de 2017.** Não se registaram novos atrasados internos, a despesa social e prioritária foi 1,5 mil milhões de FCFA superior ao piso, o saldo primário interno registou um excedente em vez do défice programado, e não houve despesas não tituladas.
- **Cinco de sete indicadores de referência estruturais para 2017 foram observados conforme previsto.** Dois dos indicadores não foram cumpridos dentro do prazo. A instalação do software de gestão da dívida melhorado (indicador de referência estrutural para setembro de 2017) foi atrasada devido a problemas no processo de adjudicação de contratos, mas agora espera-se que fique concluída até final de 2017. A apresentação de relatórios financeiros mensais relativos a serviços de utilidade pública, como eletricidade e água (EAGB) (indicador de referência estrutural para julho de 2017), foi igualmente atrasada, mas concluída em outubro de 2017, embora com deficiências na qualidade dos dados.

Caixa 2. Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas¹

(Acumulados desde o início do ano civil; milhões de FCFA)

	June 2017		
	Prog.	Prel.	Status
Performance criteria			
Total domestic tax revenue (floor)	33.4	41.4	met
Net domestic bank credit to the central government (ceiling)	6.4	-2.6	met
Ceiling on new nonconcessional external debt (US\$ millions) ²	0.0	0.0	met
Outstanding stock of external debt owed or guaranteed by the central government with maturities of less than one year (ceiling) ²	0.0	0.0	met
External payment arrears (ceiling) ²	0.0	0.0	met
Indicative targets			
New domestic arrears (ceiling)	0.0	0.0	met
Social and priority spending (floor)	21.7	23.2	met
Domestic primary balance (commitment basis, floor)	-5.1	5.6	met
Non regularized expenditures (DNTs, ceiling)	0.4	0.0	met

¹ The performance criteria and indicative targets are defined in the Technical Memorandum of Understanding (TMU).

² These apply on a continuous basis.

PERSPETIVAS E RISCOS

13. Com base na aplicação contínua de políticas corretas e na gestão orçamental eficaz, é provável que a expansão económica permaneça robusta no médio prazo (MPEF ¶¶14–15).

Com uma situação de segurança ainda calma, o potencial económico, em grande medida inexplorado da Guiné-Bissau—em especial na agricultura, no turismo e nas pescas—associado a melhorias em curso na administração pública, oferece perspectivas de um desenvolvimento rápido. O programa pressupõe que:

- O crescimento do PIB real, projetado para 5,5 por cento em 2017, permaneça constante em 5 por cento ao ano no médio prazo (2018–22). O crescimento será apoiado pela continuação dos preços elevados do caju, pelos investimentos públicos em estradas e outras infraestruturas, pelas melhorias no fornecimento de eletricidade e água e por políticas de melhoria do ambiente de negócios.
- A inflação dos preços no consumidor aumente um pouco (tendo em conta o dinamismo da procura e preços internacionais do petróleo mais elevados), de 2,2 por cento em 2017 para 3 por cento no final do médio prazo, mas mantendo-se dentro dos critérios de convergência da UEMOA.
- A conta corrente externa passe de um equilíbrio global em 2017 para um défice de 2–3 por cento do PIB ao longo do médio prazo devido a um maior investimento e à expansão da atividade económica.
- Melhorias na administração das receitas em conjunto com um crescimento limitado da despesa mantenham o défice orçamental global confortavelmente dentro do critério de convergência da UEMOA. Projeta-se que o défice orçamental global (em base de caixa) alargue ligeiramente, de 1,8 por cento do PIB em 2017 para 2,3 por cento do PIB em 2018, devido a uma maior despesa de capital interna, mantendo-se posteriormente nesse nível.

Guinea-Bissau: Performance on WAEMU Convergence Criteria		
	2016	2017
First-order criteria		
Overall balance/GDP ¹ (≥ - 3 percent)	-4.3	-1.8
Average consumer price inflation (≤ 3 percent)	1.5	2.2
Total debt/GDP (≤ 70 percent)	54.1	49.2
Second-order criteria		
Wages and salaries/tax revenue (≤ 35 percent)	54.8	45.7
Tax revenue/GDP (≥ 20 percent)	9.2	9.3
Sources: WAEMU; Guinea-Bissau authorities, and IMF staff estimates.		
¹ Showing cash balance.		

Guiné-Bissau: Desempenho Económico e Cenário do Programa no Médio Prazo

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Real GDP growth (%)	1.0	6.1	5.8	5.5	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
Real per capita income growth (%)	-1.2	3.8	3.5	3.2	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
Consumer price inflation (% annual average)	-1.0	1.5	1.5	2.2	2.3	2.5	2.6	2.8	3.0
Total revenue (incl. grants, % of GDP)	22.1	20.4	16.2	15.9	17.2	17.8	18.2	18.6	19.2
Total expenditures (% of GDP)	24.7	23.4	20.9	17.6	19.0	19.7	20.3	20.7	21.3
Overall fiscal balance (incl. grants, commitment basis, % of GDP)	-2.6	-3.0	-4.7	-1.7	-1.9	-2.0	-2.1	-2.1	-2.1
Overall fiscal balance (excl. grants, commitment basis, % of GDP)	-12.1	-9.5	-8.7	-5.8	-5.5	-5.6	-5.7	-5.7	-5.7
External current account balance (incl. grants, % of GDP)	0.5	2.5	1.3	0.0	-2.3	-2.8	-3.0	-2.9	-2.6
Total public sector debt (gross, % of GDP)	55.1	52.8	54.1	49.2	48.3	47.3	46.1	44.7	43.4

Sources: Guinea-Bissau authorities; and IMF staff estimates and projections.

14. A perspetiva de base está sujeita a riscos consideráveis (Anexo III). O recrudescimento das tensões políticas e as conseqüentes mudanças disruptivas de governo poderão comprometer a capacitação institucional, abalar a confiança dos investidores e degradar o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Ademais, a perspetiva orçamental e a sustentabilidade da dívida pública poderão deteriorar-se se os tribunais decidirem contra a anulação do resgate bancário e pode verificar-se instabilidade do setor bancário se a subcapitalização não for adequadamente abordada. Acresce que a produção agrícola é vulnerável a condições climáticas adversas, e a elevada dependência do caju (90 por cento das exportações) significa que a economia está altamente exposta às oscilações de preços internacionais desse produto. Do lado positivo, o possível início do projeto de mineração de fosfatos financiado por IDE poderá impulsionar as exportações; além disso, existe bastante espaço para acréscimo de valor na agricultura e o emergente setor turístico oferece um grande potencial.

15. A avaliação do corpo técnico do equilíbrio externo sugere que a posição externa é mais forte do que o implícito nos fundamentos económicos (Caixa 2). As metodologias EBA-lite indicam que a taxa de câmbio real está moderadamente subavaliada em relação aos fundamentos, com estimativas na ordem dos 5–10 por cento que devem ser interpretadas com cuidado devido às deficiências dos dados. A análise torna mais claro que alcançar a estabilidade política e realizar reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios e avançar com a diversificação ajudariam a reforçar a estabilidade externa. É igualmente de salientar que a avaliação mais recente do FMI sobre a UEMOA (SM/17/58) constatou que a taxa de câmbio da união estava, na generalidade, alinhada com os fundamentos, porém com margens de proteção externas cada vez mais reduzidas. Dados mais recentes indicam que este encolhimento das margens de proteção foi parcialmente revertido, com as reservas oficiais da UEMOA a registar um aumento de USD 3,3 mil milhões (correspondente a 4,6 meses de importações) no primeiro semestre de 2017 na sequência da emissão de eurobonds no Senegal e na Côte d'Ivoire.

Caixa 3. Avaliação da Estabilidade Externa

A aplicação das metodologias EBA-lite sugere uma subavaliação moderada da taxa de câmbio da Guiné-Bissau, da ordem dos 5-10 por cento em 2016 (Anexo IV). A abordagem da conta corrente compara o saldo da conta corrente atual da Guiné-Bissau com uma norma implícita nos fundamentos macroeconómicos e nas políticas. A norma é calculada em -2,2 por cento do PIB, 3,5 por cento do PIB inferior ao saldo da conta corrente atual, o que implica uma subavaliação da taxa de câmbio estimada em 7,2 por cento. Com as abordagens de sustentabilidade externa e de TCER obtém-se, em geral, resultados similares.

Estas estimativas devem ser interpretadas com cautela. Os dados da Guiné-Bissau, inclusive aqueles ligados com às estatísticas da balança de pagamentos, contêm um grau elevado de incerteza.

Além disso, por utilizar coeficientes estimados para outros países, os modelos EBA-lite não capturam todas as implicações da dependência singularmente alta da Guiné-Bissau de um único produto agrícola para as suas exportações ou o facto de se tratar de um país membro de uma união monetária com uma taxa de câmbio fixa frente ao euro.

Guinea-Bissau: External Balance Assessment		
Methodology	CA gap (percent GDP)	REER gap (percent)
EBA-lite Current account (CA) approach	3.5	-7.2
EBA-lite External sustainability (ES) approach	3.2	-6.2
EBA-lite Real effective exchange rate (REER) approach		-9.0

Note: A positive CA gap indicates undervaluation. A positive REER gap indicates overvaluation. Estimates are based on data available as of October 2017.

Opinião das autoridades

16. As autoridades concordam com o teor geral da avaliação do corpo técnico sobre as perspetivas e os riscos no médio prazo, embora estejam mais otimistas relativamente às perspetivas de crescimento. Salientaram as melhorias nas infraestruturas, incluindo a construção de estradas e o fornecimento de eletricidade, alcançadas nos últimos três anos, e melhorias adicionais consideráveis planeadas para o médio prazo. Realçaram também as iniciativas de política em curso para desbloquear o potencial do país na produção de arroz, no turismo, nas pescas e na extração de minérios. As autoridades reconheceram os riscos associados ao caju enquanto único produto de exportação, mas referiram que a tendência crescente da procura mundial de caju deve impedir a descida dos preços.

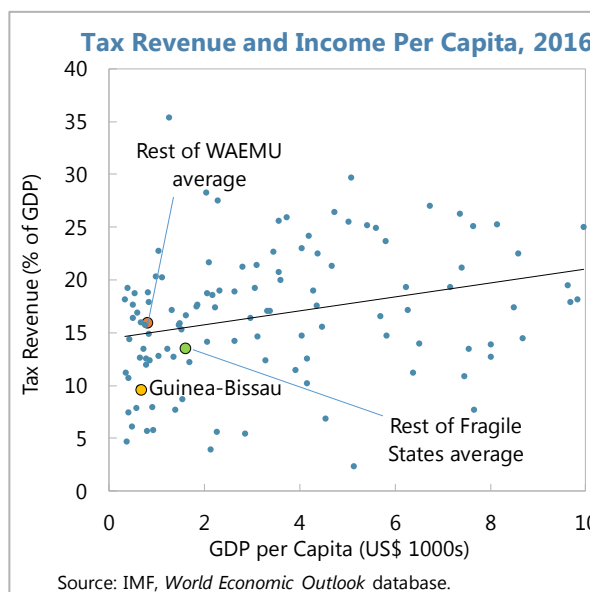
DISCUSSÕES DE POLÍTICA AO ABRIGO DO ARTIGO IV: APROFUNDAMENTO DAS REFORMAS NO SENTIDO DO CRESCIMENTO INCLUSIVO

17. O corpo técnico defendeu uma orientação das políticas económicas virada para o médio prazo, com vista a apoiar o crescimento sustentado e inclusivo, em linha com os

objetivos de desenvolvimento do país.² A ênfase incidiu no desenvolvimento do setor privado através da intermediação financeira saudável e de melhorias favoráveis no ambiente de negócios. Tal seria apoiado por um reforço paralelo da mobilização de receitas para assegurar um financiamento do governo adequado. As discussões centraram-se nas reformas necessárias, adaptadas à capacidade institucional do país e apoiadas na AT e na formação prestadas pelo FMI e por outros parceiros de desenvolvimento, assim como em políticas para assegurar a sustentabilidade macroeconómica e da dívida.

A. Fortalecimento das Capacidades e Expansão do Espaço Orçamental

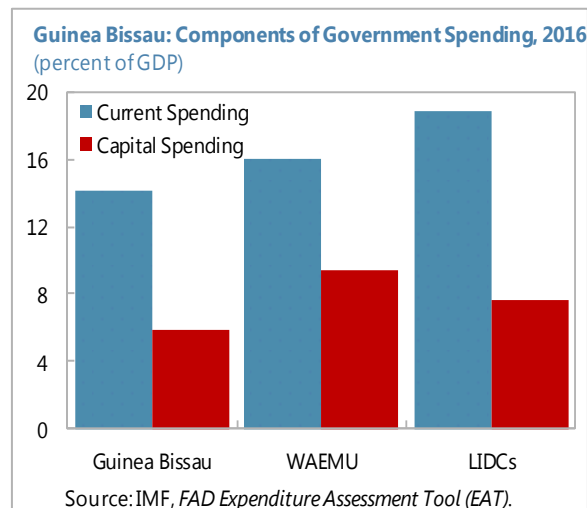
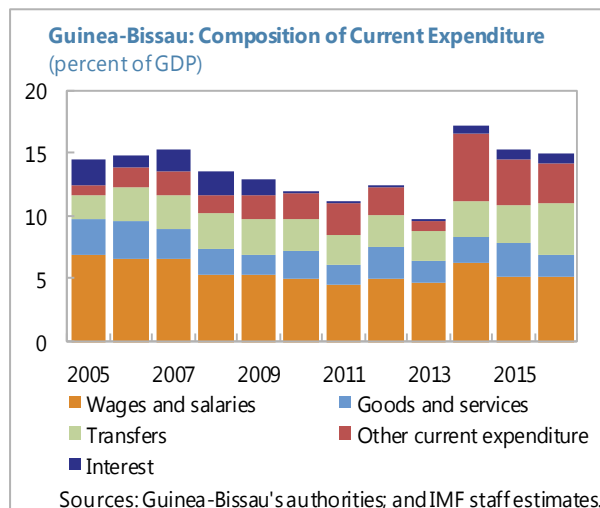
18. O principal desafio orçamental na Guiné-Bissau é a mobilização de receitas (Temas Seleccionados, Mobilização de Receitas Fiscais na Guiné-Bissau). As receitas baixas constituem uma limitação intransponível à necessária despesa social e em infraestruturas. Os esforços para reforçar a administração aduaneira e tributária estão gradualmente a dar frutos, mas as operações padecem de deficiências generalizadas, como a falta de equipamento básico, procedimentos de trabalho indefinidos e formação insuficiente do pessoal. Apesar de alguns aumentos ao longo da última década, as receitas internas na Guiné-Bissau são inferiores às de países comparáveis. Em 2016, as receitas fiscais ascenderam a apenas 9,2 por cento do PIB, situando-se 6,7 e 4,2 pontos percentuais abaixo das médias de outros países da UEMOA e estados frágeis, respetivamente. Não obstante a projeção do ligeiro aumento dos donativos e empréstimos concessionais (excluindo o FMI) para 6,1 por cento do PIB em 2017 por comparação com 6 por cento em 2016, a diminuição da assistência de doadores verificada em anos anteriores parece ter-se invertido. Políticas económicas fortes continuadas podem encorajar os doadores a prestar apoio adicional no futuro. Um grande aumento dos recursos teria, contudo, de assentar principalmente no reforço da mobilização das receitas internas.



19. No que se refere à despesa, um controlo rigoroso da despesa ajudou a fortalecer a posição orçamental, mas existe ainda margem de manobra para melhorar a composição e a qualidade da despesa (Temas seleccionados, Gestão da Despesa Pública na Guiné-Bissau). A massa salarial é relativamente elevada comparativamente à despesa corrente (34 por cento em 2016). “Outras despesas correntes”, uma categoria residual, são também significativas (20 por cento). Inversamente, as despesas sociais e prioritárias (incluindo em educação, saúde e questões de

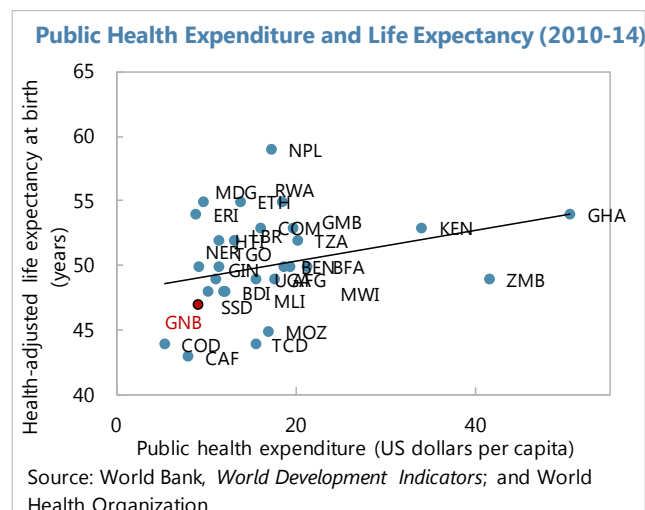
² O mais recente programa do governo, para 2016–18, reitera os objetivos da estratégia alargada de desenvolvimento *Terra Ranka* de março de 2015 e destaca a criação de oportunidades de emprego através do crescimento sustentado e inclusivo.

género) são baixas (4,7 por cento do PIB). As despesas de capital, tendo tido apenas uma componente mínima de financiamento interno, são igualmente inferiores à média regional e são baixas há anos, o que provocou grandes lacunas em infraestruturas críticas. Além disso, os resultados são com frequência fracos, mesmo considerando o nível baixo de despesa.



20. Uma preocupação distinta é a aparente baixa eficiência da despesa a par de baixos níveis de despesa em áreas sociais.

Nos cuidados de saúde, a Guiné-Bissau não gasta apenas menos do que qualquer outro país africano, mas também parece estar a alcançar resultados comparativamente baixos por cada dólar dos Estados Unidos gasto. Apresenta, entre outros, uma mortalidade infantil relativamente elevada e uma baixa esperança de vida. No tocante à educação, a Guiné-Bissau tem o nível mais baixo de despesa pública na UEMOA e os resultados situam-se também, maioritariamente, abaixo da média. Dados dos inquéritos nacionais e da UNESCO indicam que 44 por cento das crianças em idade do ensino primário não vão à escola, praticamente o dobro da média da UEMOA.



21. Um desafio imediato é a probabilidade de, no segundo semestre de 2017, a receita ser inferior ao planeado, deixando uma menor margem de manobra para a despesa, não obstante estarem a ser realizadas economias em algumas áreas. Projeta-se que o total da receita e dos donativos em 2017 seja 1,4 por cento do PIB inferior ao programa, apesar do desempenho excelente no primeiro semestre do ano. As exportações de caju desceram fortemente em agosto, abrindo a perspetiva de uma diminuição da atividade e das receitas fiscais relacionadas. Além disso, as receitas não fiscais foram revistas acentuadamente em baixa, sobretudo devido a receitas

inferiores das pescas. Não se espera que as compensações das pescas da UE (projetadas anteriormente em 0,8 por cento do PIB) se materializem este ano devido a negociações prolongadas, e ao fraco desempenho de outras receitas relacionadas com as pescas. Para compensar as receitas mais baixas, espera-se que os pagamentos de transferências sejam inferiores ao anteriormente projetado devido a pressões financeiras reduzidas na EAGB. Ademais, espera-se que uma avaliação recente dos registos dos funcionários públicos reduza a massa salarial. Mesmo com estas economias, é provável, todavia, que a posição financeira seja ainda pressionada e que outras despesas tenham de ser ligeiramente redimensionadas (0,1 por cento do PIB) para cumprir as metas do programa.

Guinea-Bissau: Summary of Central Government Finances (percent of GDP)			
	2016	2017	
		Prog.	Proj.
Revenue and grants	16.2	17.3	15.9
Tax revenue	9.2	9.3	9.3
Nontax revenue	3.0	3.9	2.4
Grants	4.0	4.1	4.1
Expenditure	20.9	19.2	17.6
Expense	14.8	12.8	11.5
Wages and salaries	5.0	4.7	4.3
Goods and services	1.7	2.1	2.4
Transfers	4.1	3.9	3.0
Interest	0.7	0.4	0.4
Other	2.9	1.5	1.4
Net acquisition of nonfinancial assets	6.2	6.5	6.1
Domestic financing (net)	2.9	0.7	0.4
Of which: Net domestic bank credit	2.3	0.0	-0.2
External financing (net)	1.4	1.6	1.4

Sources: Ministry of Finance; and IMF staff estimates.

Avaliação do corpo técnico

22. As reformas da administração fiscal e aduaneira devem ser ampliadas e alargadas.

As medidas de reforço da administração de receitas (MPEF ¶18) estão a apoiar um aumento projetado no rácio das receitas fiscais face ao PIB. Contudo, estas atividades têm de dispor de recursos suficientes, incluindo através da finalização dos contratos do pessoal recentemente contratado e da garantia de que existe infraestrutura implementada para alargar o sistema SYDONIA a postos aduaneiros em todo o país. Além disso, existe uma necessidade de rever elementos da política tributária, incluindo taxas aduaneiras, por forma a identificar discrepâncias face a pares regionais, a modernizar legislação desatualizada e a alargar a base tributária. Igualmente, embora o desempenho das receitas fiscais seja positivo, o fraco desempenho das receitas não tributárias requer uma maior atenção, em especial em áreas como as pescas que registaram uma diminuição evidente das transferências para o Tesouro.

23. Orientar uma maior despesa para as áreas prioritárias requererá melhorias no quadro de planeamento.

O fomento da despesa social e em infraestruturas deve ser apoiado por esforços contínuos para reforçar os processos orçamentais e conter a despesa não prioritária, assim como por procedimentos mais claros para verificação dos projetos de investimento e outras iniciativas novas de despesa. O apoio às reformas está a verificar-se relativamente à GFP e à gestão da despesa (MPEF ¶19). O passo recente para assegurar registos de pessoal rigorosos, em conjunto com o desenvolvimento de uma política salarial, pode ajudar a um melhor controlo da massa salarial. O alargamento da cobertura do sistema de gestão da informação SIGFIP é fundamental para assegurar uma melhor supervisão e controlo, e será importante que tal seja realizado de forma

abrangente com vista a cobrir todas as categorias de receitas e de despesas. Para melhorar a priorização será importante desenvolver um quadro de planeamento e de execução que oriente efetivamente as decisões em matéria de despesa, com vista a cumprir os objetivos de política social e de investimento de médio prazo.

24. Para ancorar uma política orçamental prudente e a sustentabilidade da dívida, as autoridades devem cumprir a meta orçamentada do saldo global em 2017 e continuar a limitar rigorosamente o crédito bancário interno no médio prazo. Isto envolverá um excedente primário interno (ou seja, excluindo donativos e despesa de capital de financiamento externo) de cerca de 0,4 por cento do PIB em 2017 e de 0,8–1 por cento do PIB no médio prazo, suficiente para colocar novamente o rácio da dívida pública face ao PIB numa clara trajetória descendente. Subjacente a este resultado, maiores receitas em decorrência da implementação firme da agenda de reformas administrativas possibilitariam um aumento constante das despesas de capital e sociais prioritárias que, com uma priorização e execução cuidadosas, permitiriam um estreitamento das deficiências infraestruturais e sociais. Os défices globais seriam, em grande medida, colmatados pelo financiamento estrangeiros de projetos a um baixo custo, o que ajudaria a abordar as necessidades de investimento do país.

Opinião das autoridades

25. As autoridades concordam com a opinião do corpo técnico sobre a orientação orçamental e a direção das reformas. Salientaram o seu empenho para com a prudência orçamental, realçando que a dívida bancária interna foi, basicamente, eliminada em 2017. Embora considerem as projeções do corpo técnico relativas às receitas como conservadoras e destaquem o desenvolvimento de infraestruturas como a principal prioridade de despesa adicional, realçaram que o nível de despesas se basearia no nível de receitas mobilizadas para manter o défice dentro das metas do programa (MPEF ¶20). Sublinharam o seu empenho em avançar com as reformas estruturais orçamentais, e manifestaram o seu apreço pela AT de apoio do FMI, comprometendo-se em implementar as recomendações recebidas. Em termos prospetivos, pretendem rever o sistema de política fiscal com vista à sua modernização e simplificação, e desenvolver quadros para a gestão orçamental dos recursos naturais. No que se refere à despesa, mostraram-se interessados em alargar as reformas para melhorar o registo e a gestão da despesa e em tomar as medidas iniciais no sentido de um quadro de médio prazo para ajudar a orientar as iniciativas de desenvolvimento.

B. Promoção do Crescimento Forte e Inclusivo

26. O legado de conflitos da Guiné-Bissau e uma governação fraca conduziram a uma economia subdesenvolvida e à pobreza generalizada. Serviços públicos fracos, baixo capital humano e infraestruturas inadequadas, associados a um ambiente de negócios hostil, à corrupção e à instabilidade política crónica, alimentaram, ao longo das últimas décadas, um ciclo vicioso de baixo crescimento económico, dependência das exportações de produtos de base, busca de rendas e necessidades sociais não satisfeitas. Por conseguinte, o país ficou atrás de países comparáveis em termos dos indicadores de desenvolvimento humano e de alívio da pobreza. A situação de

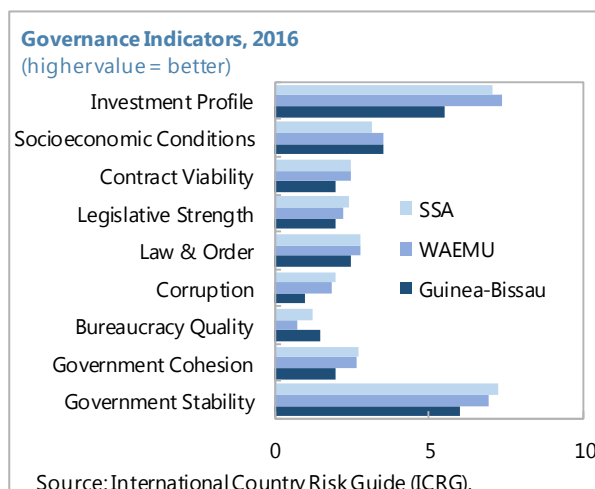
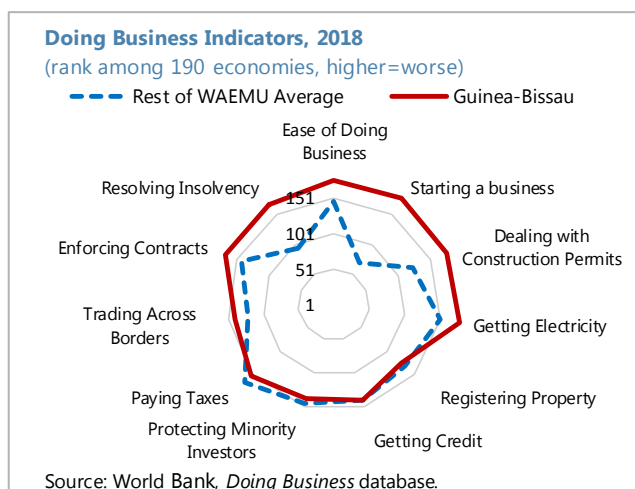
segurança calma desde o golpe de 2012, o fornecimento melhorado de eletricidade em 2014–16 e uma gestão macroeconómica reforçada em 2017 atenuaram alguns dos obstáculos mais prementes ao progresso. No entanto, a Guiné-Bissau continua a figurar nas últimas posições relativamente a uma série de indicadores de facilidade de fazer negócios, incluindo os que tratam da abertura de empresas e do quadro de resolução de insolvência. Acresce que o país está pior classificado do que outros países da UEMOA em diversos indicadores de governação.

Selected Social Indicators ¹ , 2006-2015					
	Per capita income	Poverty headcount	Income distribution	Adult literacy rate (% 15 and older)	Human development index
Benin	753	53.1	43.4	33.6	0.46
Burkina Faso	585	49.5	37.5	30.9	0.38
Cote d'Ivoire	1,278	29.0	43.2	42.1	0.44
Guinea Bissau	518	67.1	50.7	59.3	0.41
Mali	689	49.9	36.0	31.0	0.41
Niger	357	56.0	34.4	17.3	0.33
Senegal	994	38.0	40.3	48.4	0.46
Togo	510	54.9	44.1	60.2	0.46
Regional average ²	711	49.7	41.2	40.3	0.42
Sub-Saharan Africa	1,556	44.1	...	60.9	...

Sources: World Development Indicators; and IMF staff estimates.

¹ Poverty headcount measures percent of population that earn less than \$1.9 a day (in PPP terms). Income distribution is measured by the GINI coefficient (lower value = more equal income/wealth distribution). Human development is a composite index of three basic dimensions of human development - a long and healthy life, knowledge and a decent standard of living. Per capita income measures GDP per Capita (at constant 2010, US\$).

² A simple average: for Benin, Burkina Faso, Cote d'Ivoire, Guinea Bissau, Mali, Niger, Senegal and Togo.



Avaliação do corpo técnico

27. O desempenho do crescimento nos últimos anos representa um progresso acentuado, mas o ambiente de negócios necessita de melhorias adicionais para assegurar um crescimento duradouro e inclusivo. São necessários investimentos significativos em infraestruturas e serviços sociais, aliados a reformas com vista à aplicação do Estado de direito e à melhoria da governação, de modo a estimular o rompimento com o passado. Uma tarefa fundamental será melhorar o fornecimento de eletricidade, que continua a ser altamente inadequado (Caixa 3). Transformar a EAGB numa entidade autónoma operada ao abrigo de um contrato de serviços (MPEF 1127), conforme planeado no âmbito de um projeto apoiado pelo Banco Mundial, será fundamental a este respeito e deve ser realizado logo que possível.

28. O fomento da diversificação e da redução da dependência das exportações de caju ajudaria a desenvolver novos fluxos de rendimentos e a tornar a economia mais resistente.

O crescimento em setores onde os pobres estão ativos, incluindo a produção de caju, ajuda a aliviar a pobreza, conforme demonstrado pelo bom desempenho recente do caju. Todavia, uma trajetória de crescimento mais diversificada que aumenta a produtividade tem o potencial de reduzir a pobreza mais rapidamente, com uma distribuição de rendimentos mais uniforme e um menor risco de persistência da pobreza (Temas Seleccionados, Impacto da Estrutura e Política Económica sobre a Incidência e Distribuição da Pobreza). Em se tratando de uma das economias do mundo menos diversificadas, tanto em termos de número de produtos como de parceiros, existe uma vasta margem para melhorias nesta área. As áreas de reforma que apoiariam a diversificação incluem o investimento em capital humano, a melhoria do ambiente de negócios, a promoção do aprofundamento financeiro e a melhoria da qualidade das infraestruturas (Temas Seleccionados, Diversificação na Guiné-Bissau).

Caixa 3. Fornecimento de Eletricidade

O fornecimento de eletricidade constitui uma das principais limitações ao desenvolvimento económico na Guiné-Bissau. O serviço público de eletricidade e água, EAGB, apenas cobre a capital, e a geração de energia provém inteiramente de geradores a diesel ao abrigo de um contrato de locação com um fornecedor internacional de energia de emergência. A capacidade de cerca de 15 MW, embora tendo aumentado acentuadamente desde 2013, cobre apenas cerca da metade da procura, o que resulta em interrupções frequentes. As tarifas da eletricidade, inalteradas desde 1997, situam-se entre as mais altas do mundo em USD 0,37–0,50 por kWh.

Estão em curso várias iniciativas para solucionar os problemas crónicos da eletricidade na Guiné-Bissau. O Banco Mundial tem um projeto orientado para a infraestrutura de distribuição e de reforma da EAGB. Além disso, foi garantido o financiamento do BADEA e do BOAD no sentido de adicionar 37 MW de geração de energia a diesel, a ser disponibilizada em 2018–19, e de substituir o atual contrato de locação. Está também a ser considerado um projeto para a geração de energia solar. Por último, o projeto hidroelétrico da OMVG (Organização para a Valorização do Rio Gâmbia) deverá ser implementado em 2019–20, com a promessa de reduzir substancialmente o custo da energia.

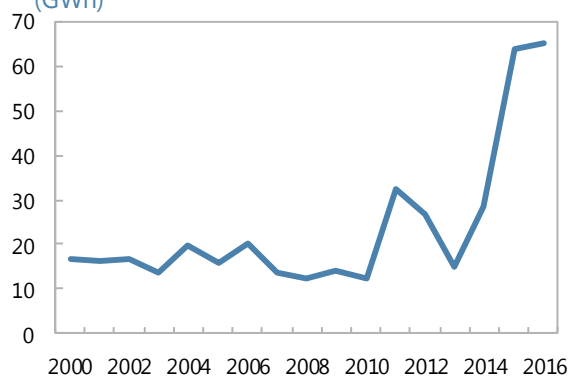
Selected Indicators of Electricity Provision, 2014

	Access (% of population)	Time required (days)
Guinea-Bissau	12	455
Rest of WAEMU	36	116
Rest of Fragile States	47	134

Source: World Bank, World Development Indicators.

Guinea-Bissau: Electricity Production

(GWh)



Source: EAGB.

29. Os quadros regulamentares devem visar a estabilidade, a transparência e a promoção da livre concorrência. Um projeto de diploma recente para a regulamentação do setor do caju pretendeu fomentar o desenvolvimento e o valor acrescentado no setor, mas foi acertadamente rejeitado devido a preocupações de que pudesse prejudicar a livre concorrência. É ainda necessário

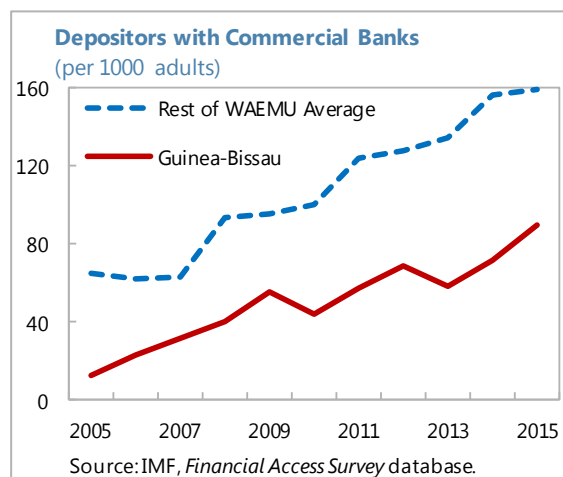
um quadro de política do caju que contribua com clareza e estabilidade para o setor sem minar a concorrência. Além disso, o limite máximo do preço do arroz, introduzido a meio do ano em resposta à forte subida dos preços, deverá ser eliminado conforme programado até ao final de 2017 para evitar a distorção dos mecanismos de mercado e correspondentes ineficiências. Devem ser efetuados ajustes regulares e automáticos dos preços do petróleo, tal como determina o quadro de política de fixação de preços do produto.

Opinião das autoridades

30. As autoridades concordaram com a necessidade de encorajar o desenvolvimento liderado pelo setor privado e a diversificação, sublinhando os desenvolvimentos positivos em curso nesta área (MPEF 126). Reiteraram o seu empenho na promoção de uma concorrência saudável. Informaram também sobre as reformas em curso com vista a melhorar o fornecimento de eletricidade e a reforçar a gestão de empresas públicas, assim como as iniciativas para encorajar a promoção da agricultura que não a do caju, incluindo mecanismos para ajudar os agricultores a aceder a insumos e a equipamento. Salientaram ainda os recentes investimentos privados, incluindo uma fábrica de cimento e instalações de armazenamento, como sinais do dinamismo positivo.

C. Reforço da Intermediação e da Inclusão Financeiras

31. O setor financeiro da Guiné-Bissau permanece superficial, enfrentando uma série de desafios que limitam a intermediação e a inclusão efetivas (Temas Seleccionados, Evolução Recente do Crédito e Entraves ao Desenvolvimento Financeiro). O número de pessoas com contas bancárias aumentou nos últimos anos devido, em parte, à decisão do governo de pagar os salários apenas através do setor bancário. No entanto, a utilização dos serviços bancários permanece baixa e o saldo de crédito ao setor privado, de apenas 14,5 por cento do PIB no final de 2016, é muito inferior à média da UEMOA de 26 por cento do PIB. A maior prevalência de telemóveis em conjunto com as remessas do estrangeiro não foi plenamente alavancada para aumentar a inclusão financeira. Ademais, as práticas de propriedade tradicional da terra e a grande economia informal estão a atrasar a disponibilidade e a utilização de garantias, além de as práticas contabilísticas deficientes dificultarem aos bancos a avaliação de pedidos de crédito.



32. Estão em curso medidas para aprofundar os mercados financeiros, reforçar a estabilidade do setor financeiro e melhorar a inclusão financeira. Com o apoio das autoridades regionais, o governo está a realizar uma série de iniciativas para melhorar o financiamento das PME (de acordo com medidas adotadas no Conselho de Ministros da UEMOA em setembro de 2015) (MPEF 125). Paralelamente, o BCEAO encontra-se numa fase avançada de implementação de

projetos para fomentar as redes de segurança financeira e a estabilidade do sistema bancário. Mais especificamente, foi estabelecido um fundo de garantia de depósitos, e estão a ser desenvolvidos os princípios para a contribuição e o acesso aos recursos do fundo. A dimensão plena do fundo deverá ser constituída ao longo de um período de dez anos. Além disso, foi criada uma agência de crédito regional oficial, que fornece mais informação sobre os devedores do que a agência nacional existente, incluindo sobre o incumprimento dos empréstimos. Por último, em janeiro de 2018, serão introduzidos elementos do quadro do Basileia II/III, tendo o BCEAO dado formação aos bancos relativa à conformidade com as novas normas prudenciais.

Avaliação do corpo técnico

33. A resolução do resgate contestado e do correspondente legado excessivo de créditos mal parados ajudaria a fomentar o crédito ao setor privado. O banco subcapitalizado era fundamental na concessão de crédito ao setor privado, incluindo nas áreas rurais, mas está agora a reduzir os empréstimos devido ao nível elevado de créditos mal parados, a fundos próprios negativos e à ausência de recurso às facilidades do BCEAO. Uma vez recapitalizado, o banco estará numa posição muito melhor para apoiar uma recuperação do crédito ao setor privado. Os acionistas devem agir rapidamente para garantir novos fundos próprios e cumprir as normas prudenciais. Se a necessária injeção de fundos próprios não for alcançada com celeridade, espera-se que a Comissão Bancária atue prontamente tomando todas as medidas necessárias para proteger a estabilidade financeira, em linha com os respetivos regulamentos.

Opinião das autoridades

34. As autoridades partilham da avaliação do corpo técnico sobre a necessidade de desenvolver o setor financeiro, de melhorar o acesso ao crédito e de reduzir as vulnerabilidades do setor financeiro. Pretendem rever o documento de estratégia nacional relativo ao setor do microfinanciamento, consolidando as iniciativas existentes e assinando um acordo de parceria com a Rede Africana de Microfinanças com vista a fomentar o desenvolvimento do microfinanciamento nas áreas rurais, assim como as facilidades de crédito a pequenas e médias empresas, de forma consistente com a iniciativa regional. Em linha com a recomendação do corpo técnico e no seguimento da iniciativa regional, também tencionam elaborar uma estratégia nacional no domínio da inclusão financeira. Estão ainda a promover a utilização do sistema bancário (incluindo para transações imobiliárias privadas) para reforçar a intermediação financeira, e estão a fortalecer a sua agência de informação de crédito com o apoio das autoridades regionais.

D. Manutenção de Políticas Prudentes de Endividamento

35. Um melhor desempenho orçamental, a gestão da dívida melhorada e os progressos na resolução dos atrasados da dívida externa estão a ajudar a reduzir o fardo da dívida da Guiné-Bissau. Com um baixo défice orçamental, projeta-se que o endividamento público, enquanto rácio do PIB, diminua de 54,1 por cento do PIB em 2016 para 49,2 por cento do PIB no final de 2017. Além disso, o peso dos juros de todo o saldo de dívida foi reduzido através da eliminação das onerosas dívidas internas e da obtenção de condições mais favoráveis nos empréstimos do BOAD

(MPEF 122). O legado de atrasados da dívida externa foi também reduzido, tendo o governo obtido um alívio da dívida de 3,2 por cento do PIB na sequência de um acordo recente com o Eximbank de Taiwan (Província da China), que anula 90 por cento das dívidas provenientes de dois créditos de 1990 (MPEF 121). Os passivos contingentes demonstraram constituir um risco, no entanto, com pedidos de mobilização das garantias da dívida pública (à Guiné-Telecom (1,4 por cento do PIB) no ano passado e à EAGB (0,8 por cento do PIB) este ano) foi possível dispor de recursos para outras despesas.³

Avaliação do corpo técnico

36. A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) indica um risco moderado de sobre-empobrecimento. A economia da Guiné-Bissau é altamente vulnerável a choques das exportações, e a má situação financeira das empresas públicas e a capacidade de gestão da dívida, em geral fraca, representam também riscos. A avaliação de risco moderado continua inalterada face à ASD anterior, conforme atualizada em dezembro de 2016. As trajetórias dos indicadores de dívida externa permanecem abaixo dos respectivos limiares no cenário de base, apenas com o rácio VA da dívida-exportações a ultrapassar o seu limiar num cenário extremo de choque das exportações. O rácio VA da dívida pública-PIB ultrapassa as suas referências em todos os cenários até 2023, ao passo que os rácios do serviço da dívida permanecem confortáveis ao longo do período de projeção.

Guiné-Bissau: Plano de Financiamento, 2016-18						
(Nova dívida pública, contraída ou garantida, em mil milhões de FCFA) ¹						
	2016		2017		2018	
	Volume	Volume	Present value	Volume	Present value	
Sources of debt financing	28.7	20.6	15.6	21.2	14.8	
Foreign Currency	10.2	11.9	6.7	12.9	6.5	
Concessional	10.2	11.9	6.7	12.9	6.5	
AfDB	1.5	1.7	0.9	2.6	1.3	
IDA	2.7	3.1	1.4	4.7	2.1	
IMF	4.2	4.9	3.3	2.4	1.6	
Other	1.8	2.1	1.1	3.2	1.5	
Non-concessional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Domestic Currency (net)	18.5	8.7	8.9	8.3	8.3	
Concessional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Non-concessional	18.5	8.7	8.9	8.3	8.3	
Domestic banks	5.9	-11.7	-11.7	0.0	0.0	
BOAD ²	7.6	8.7	8.6	8.3	8.3	
Other regional (T-bills)	10.0	10.0	10.1	0.0	0.0	
Government guarantees	0.3	1.7	1.9	0.0	0.0	
Uses of debt financing	28.7	20.6		21.2		
Infrastructure	4.9	5.7		6.9		
Social sector	5.4	5.6		6.7		
Fisheries and rural development	2.0	2.3		2.7		
Budget financing ³	14.9	3.2		2.4		
Other	1.5	3.8		2.5		

Source: Bissau-Guinean authorities.
¹ Includes only aid to the government sector. PV of all borrowing is evaluated at a 5-percent discount rate.
² BOAD financing (shown on gross basis) is a mix of concessional and non-concessional loans.
³ IMF, bank financing, and regional T-bills.

³ Um inventário das garantias da dívida remanescente mostra um total de 4 garantias num valor global de 5,4 mil milhões de FCFA (0,7 por cento do PIB).

37. A dívida em moeda nacional é relativamente elevada mas os riscos associados são moderados. A dívida do governo central em moeda nacional ascendia a 39,7 por cento do PIB no final de 2016, sendo as maiores exposições junto do BOAD (12,9 por cento do PIB) e do BCEAO (14,2 por cento do PIB, refletindo em grande medida dívidas junto do banco central anterior, previamente à adesão da Guiné-Bissau à UEMOA). Estas dívidas são a taxa de juro zero e a amortização é devida em 2017-18 na sequência de um reescalonamento recente, o que aumenta o serviço da dívida apenas gradualmente no médio prazo tendo em conta as taxas de juro relativamente baixas. As dívidas a bancos comerciais nacionais (2,9 por cento do PIB no final de 2016) foram reduzidas em 2017 e consolidadas em títulos do Tesouro mais baratos, estando o reembolso programado ao longo de três anos.

38. Embora a acumulação de atrasados tenha parado, existe um saldo de atrasados vencidos que deve ser solucionado. Isto inclui USD 42,2 milhões (3,1 por cento do PIB) de atrasados da dívida externa a Angola, Brasil, Líbia, Rússia e Paquistão que não foram abrangidos pelo processo da Iniciativa HIPC. Em termos internos, o governo enfrenta créditos num total superior a 13 por cento do PIB, a maioria dos quais tem mais de uma década e nunca foram validados (MPEF ¶23).⁴ Deve ser formulado um plano para a resolução abrangente dos atrasados internos legítimos, mas os créditos devem ser cuidadosamente aprovados antes, dado que muitos podem ser falsos.

39. O corpo técnico salientou a necessidade de abordar os riscos operacionais e a continuação de políticas prudentes de endividamento. Para apoiar a sustentabilidade da dívida será fundamental que as autoridades mantenham políticas prudentes de endividamento, de acordo com o plano de endividamento (ver quadro de texto), e que procurem, tanto quanto possível, donativos e empréstimos concessionais para projetos prioritários. Tal deve ser apoiado por um reforço adicional da capacidade e procedimentos de gestão da dívida, incluindo a produção regular de relatórios sobre a evolução da dívida externa. Os passivos contingentes devem ser contidos e acompanhados, incluindo através da solicitação às empresas públicas da elaboração de demonstrações financeiras auditadas.

Opinião das autoridades

40. As autoridades concordam com o teor geral da avaliação do corpo técnico sobre a dívida. Embora salientando a necessidade urgente de abordar a lacuna em infraestruturas do país, salientaram que o ritmo do investimento público será determinado pelos recursos concessionais externos disponíveis. Continuarão a evitar dívida em moeda estrangeira não concessional e de curto prazo. Reconheceram igualmente a necessidade de reforçar a gestão da dívida e explicaram que, por esta razão, a Unidade de Gestão da Dívida foi elevada a Direção geral do Ministério das Finanças. Além disso, o software de gestão de dívida atualizado (SYGADE 6.0) estará operacional até ao final de 2017. Explicaram que a garantia do governo no valor de 1,7 mil milhões de FCFA, emitida este ano para o crédito solicitado pela cidade de Bissau para financiar a construção de um mercado,

⁴ Os valores de dívida reportados na Tabela 1 incluem atrasados internos no valor de 5 por cento do PIB, com base numa auditoria dos atrasados internos de 2000 mais a acumulação de atrasados líquidos registada na TOFE.

será coberta por taxas dos vendedores, depositadas diretamente numa conta de garantia. Adicionalmente, reiteraram os seus melhores esforços para: i) negociar com credores bilaterais a reprogramação e/ou o cancelamento direto dos atrasados antigos; e ii) aprovar cuidadosamente créditos internos pendentes com vista a resolver permanentemente os atrasados legítimos. Além disso, as auditorias realizadas a empresas públicas têm sido consideravelmente ampliadas e aceleradas, para que sejam concluídas até ao final de 2017 (MPEF ¶128).

E. Questões Estatísticas

41. Qualidade e atualidade dos dados económicos. A deficiência das estatísticas económicas continua a prejudicar a supervisão, sendo diferentes conjuntos de dados com frequência inconsistentes e sujeitos a grandes revisões. A AT tem ajudado na produção de contas nacionais e estatísticas das finanças públicas, e espera-se que as iniciativas em curso ajudem a melhorar as estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional. Contudo, existem ainda muitas questões relativas aos dados. As autoridades sublinharam o papel da AT no reforço das estatísticas, e salientaram o seu progresso no sentido da melhoria dos dados de base das contas nacionais e planeiam publicar, até março de 2018, contas nacionais revistas com um ano base revisto (MPEF ¶131).

F. Governação

42. As autoridades tomaram medidas para reforçar o seu quadro de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) com a ajuda de parceiros de desenvolvimento (MPEF ¶130). Aprovaram um plano estratégico nacional e melhoraram a autonomia da Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF). Pelo seu lado, a CENTIF intensificou a disseminação de informação, com assistência técnica do Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais em África (GIABA), o que resultou em algumas declarações iniciais de transações financeiras suspeitas. Adicionalmente, a AT do FMI em curso está a ajudar no desenvolvimento das capacidades na CENTIF no sentido de desempenhar as suas principais funções, assim como no Ministério da Economia e das Finanças com vista à realização da supervisão de CBC/FT nas casas de câmbio.

43. O corpo técnico recomendou um reforço adicional do quadro jurídico e institucional de combate à corrupção. São necessárias medidas importantes para melhorar a governação, em particular, a implementação de um regime abrangente de divulgação do património dos funcionários públicos. As autoridades foram encorajadas a: i) assegurar que a Inspeção Superior de Luta Contra a Corrupção dispõe dos recursos e do apoio necessários para desempenhar, de forma eficaz, o seu mandato; ii) preparar um modelo abrangente para a declaração de património e de interesses de todos os funcionários públicos em questão e iii) preparar alterações à Lei 7/99 de modo a abranger todas as pessoas politicamente expostas de acordo com as normas do Grupo de Ação Financeira (GAFI). As autoridades expressaram o apoio a essas ações, mas salientaram que os aspetos que requerem a promulgação de legislação estão sob o controlo da Assembleia Nacional Popular.

G. Outras Questões Relacionadas com a Supervisão

44. Avaliação das salvaguardas. A mais recente avaliação das salvaguardas do BCEAO de dezembro de 2013 constatou que o banco continuava a ter um ambiente de grande controlo. Está prevista para os próximos meses uma avaliação das salvaguardas atualizada, em linha com o ciclo de quatro anos para bancos centrais regionais.

45. Regime e disposições cambiais. A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, desde 1 de janeiro de 1997. Aderiu à UEMOA em 1997 e não dispõe de uma moeda de curso legal distinta. O regime de câmbio é isento de práticas de taxas de câmbio múltiplas e de restrições cambiais à realização de pagamentos e transferências para transações internacionais correntes.

QUESTÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA

46. O desempenho do programa continuará a ser monitorizado semestralmente (MPEF, ¶32, Tabelas 6-8). Os critérios de desempenho de fim de dezembro de 2017 mantêm-se inalterados. Os critérios de desempenho e os indicadores estão definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo, juntamente com os fatores de ajustamento relevantes. A quinta (e última) avaliação do programa terá como base os critérios de desempenho em final de dezembro de 2017 e está agendada para 15 de abril de 2018 ou posteriormente.

47. O programa prevê medidas estruturais para o resto de 2017 e 2018 (Tabela 7b e MPEF ¶¶18-19):

- Concluir o decreto-lei do regime do pequeno contribuinte, com a assistência técnica do FMI, de modo a melhorar a administração fiscal e a facilitar o cumprimento das obrigações fiscais dos pequenos contribuintes (indicador de referência estrutural para dezembro de 2017);
- Elaborar i) um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2017; ii) relatórios trimestrais sobre a execução orçamental a nível ministerial, detalhando a classificação económica das despesas; iii) relatórios trimestrais sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa; e iv) relatórios mensais pormenorizando os fluxos financeiros da EAGB (todos indicadores de referência estruturais contínuos).
- Concluir a atualização do software de gestão de dívida (SYGADE 6.0) e dar início à sua utilização para analisar de forma eficaz a dívida e as projeções do serviço da dívida (indicador de referência estrutural para setembro de 2017, reprogramado para dezembro de 2017).
- Além disso, as autoridades propõem dois novos indicadores de referência estruturais que envolvem a apresentação ao Conselho de Ministros de: i) um projeto de orçamento para 2018 em linha com os acordos acima indicados (indicador de referência estrutural para final de dezembro de 2017); e ii) um plano de melhoria de gestão para a EAGB para abrir

caminho à implementação de um contrato de serviços em meados de 2018 (indicador de referência estrutural para março de 2018).

48. Existem garantias de financiamento em vigor para a quarta avaliação. O programa está totalmente financiado até ao final do prazo em julho de 2018, devendo o grosso do financiamento ser obtido mediante apoio externo. A Guiné-Bissau tem pagamentos em atraso com Angola, Brasil, Rússia, Líbia e Paquistão; todos estes países apoiaram o financiamento do FMI apesar destes atrasados. Para além da resolução destes atrasados com Taiwan (Província da China), a Guiné-Bissau regularizou este ano os seus atrasados com os EAU. Tem estado a cumprir todas as suas obrigações remanescentes de pagamento da dívida externa ao mesmo tempo que prossegue as negociações sobre a reprogramação e/ou a anulação direta dos seus atrasados. Existem salvaguardas adequadas para uma nova utilização de recursos do FMI e os esforços de ajustamento da Guiné-Bissau não foram comprometidos pela evolução na relação devedor/credor.

49. A capacidade de reembolso ao FMI da Guiné-Bissau é adequada. A utilização de recursos do FMI ao abrigo do acordo ECF terá um impacto negligenciável sobre os rácios da dívida e do serviço da dívida, aumentando as obrigações da Guiné-Bissau ao FMI em 85,25 por cento da quota ou 2,28 por cento do PIB no final do atual programa apoiado pela ECF em 2018 (Tabela 9). O risco de sobre-endividamento da Guiné-Bissau mantém-se moderado.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

50. A economia da Guiné-Bissau continua a registar um crescimento forte. A subida dos preços do caju e melhores termos de troca fomentaram os rendimentos das famílias rurais e apoiaram uma atividade económica, em geral, dinâmica. A conta corrente externa está, na generalidade, equilibrada, a inflação global permaneceu baixa e projeta-se um crescimento do PIB real de 5,5 por cento em 2017. No entanto, a intermediação financeira continuou moderada, com os bancos sobrecarregados por níveis elevados de créditos mal parados e questões ainda por resolver decorrentes da anulação do resgate bancário em 2015.

51. A gestão orçamental foi reforçada, apoiando a estabilidade macroeconómica. As realizações notáveis este ano incluem a eliminação de despesas não tituladas, a prevenção de novos atrasados, custos de serviço da dívida reduzidos e a criação de uma margem de proteção de tesouraria. Ademais, a despesa está a ser melhor controlada. O défice orçamental estreitou-se acentuadamente e o rácio dívida/PIB deverá diminuir em vários pontos percentuais em 2017.

52. Assegurar um crescimento sustentado e inclusivo requererá investimentos em capital físico e humano acompanhados por melhorias no ambiente de negócios. A Guiné-Bissau não pode basear-se na continuação dos ganhos dos termos de troca para apoiar o crescimento. Pelo contrário, é necessário colmatar as grandes deficiências nas infraestruturas e nos serviços sociais do país. O Estado de direito, uma governação boa e transparente e a estabilidade política têm de estar mais firmemente enraizados para encorajar o investimento privado, expandir e diversificar a

economia e criar mais e melhores empregos. As medidas de combate à corrupção devem ser acompanhadas pelo reforço dos esforços de CBC/FT.

53. É necessário abordar os obstáculos à intermediação financeira eficaz. É do interesse de todas as partes uma ação rápida no sentido de uma solução que recapitalize o banco subcapitalizado e solucione o processo em curso em tribunal. Neste momento, contudo, é da responsabilidade da Comissão Bancária regional tomar medidas firmes para salvaguardar a estabilidade financeira. Tal deverá envolver o estabelecimento de um plano de ação com prazos rigorosamente definidos, apoiado por sanções e intervenções para terminar com a não conformidade regulamentar por parte do banco subcapitalizado. A elaboração de um plano nacional de inclusão financeira deverá apoiar os esforços de aprofundamento do sistema financeiro.

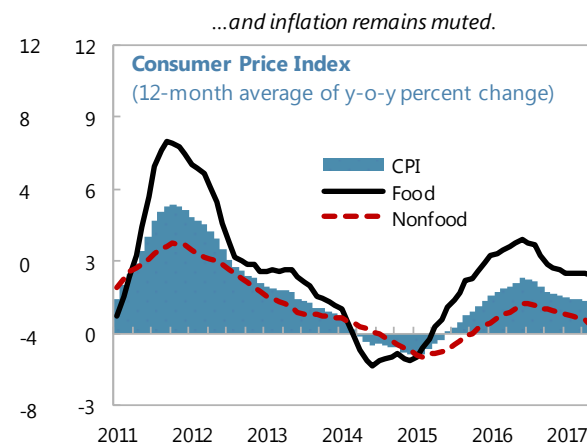
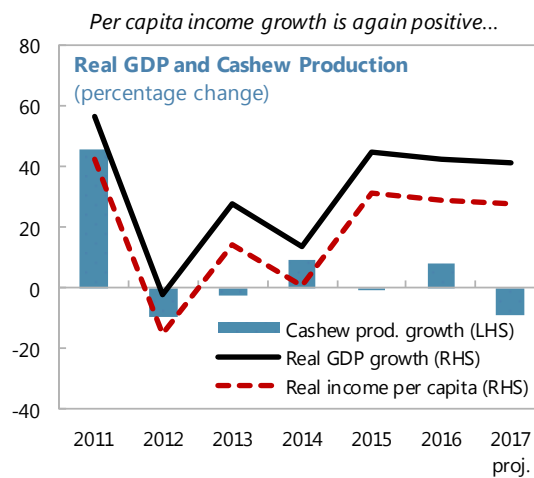
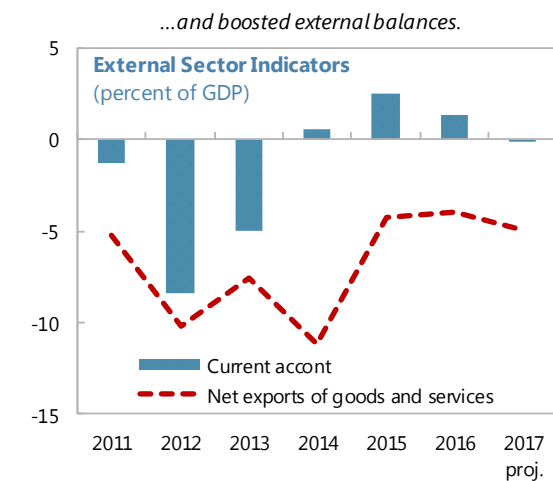
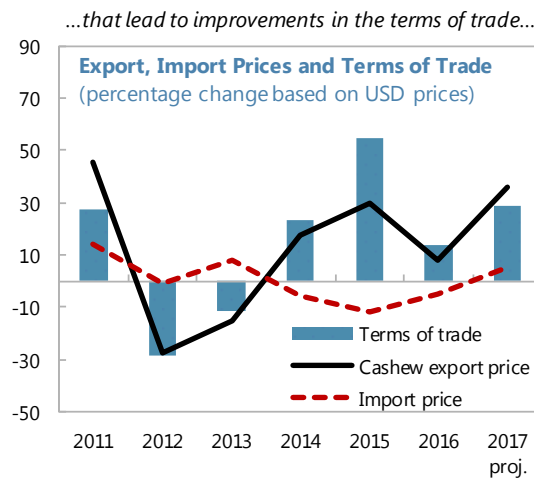
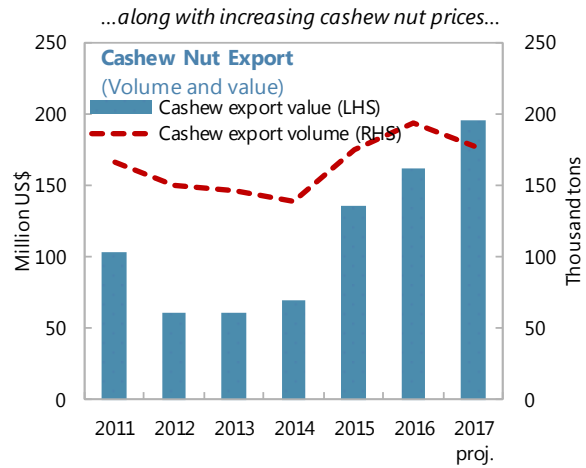
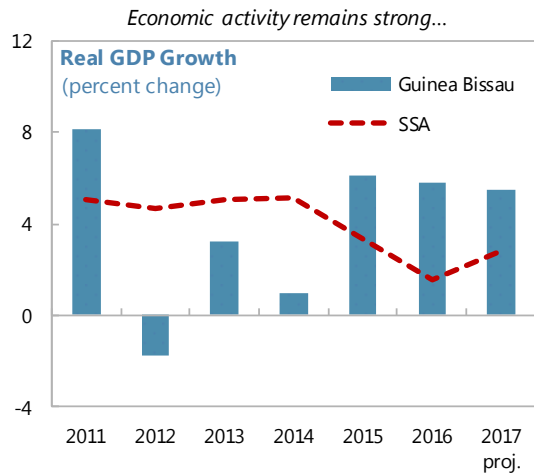
54. Para ancorar a sustentabilidade da dívida, as autoridades devem manter, no médio prazo, os défices orçamentais baixos a serem alcançados em 2017. Será importante manter políticas prudentes de endividamento e, na medida do possível, procurar donativos e empréstimos concessionais destinados a projetos prioritários. Tal será apoiado por um reforço adicional da capacidade e procedimentos de gestão da dívida. Os passivos contingentes devem ser contidos e acompanhados, incluindo através da solicitação às empresas públicas da elaboração de demonstrações financeiras auditadas numa base regular anual.

55. O fomento necessário da despesa social e de investimento requererá progressos contínuos relativos à mobilização da receita interna, assim como melhorias no quadro de planeamento. As reformas da administração fiscal e aduaneira devem ser estendidas e alargadas, e a política orçamental deve ser revista tendo em conta a simplificação e a modernização. Os esforços de reforço da gestão das finanças públicas devem ser aprofundados e será igualmente importante melhorar os procedimentos para a seleção de projetos e para desenvolver um planeamento de apoio e um quadro de execução.

56. A agenda de reformas das autoridades, tal como está expressa no seu MPEF, permanece adequada. As políticas delineadas servem de apoio à consecução da estabilidade macroeconómica e do crescimento inclusivo. Há um incentivo para que as autoridades deem ênfase à melhoria das estatísticas e promovam a transparência e a concorrência leal em todas as áreas.

57. O corpo técnico recomenda a conclusão da consulta de 2017 ao abrigo do Artigo IV, da quarta avaliação do programa e da avaliação das garantias de financiamento. Esta recomendação baseia-se nos progressos significativos realizados no âmbito do programa, incluindo reformas estruturais para assegurar progressos duradouros. Recomenda-se que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV com a Guiné-Bissau seja realizada no ciclo de 24 meses, nos termos da Decisão n.º 14747– (10/96) relativa aos ciclos de consulta.

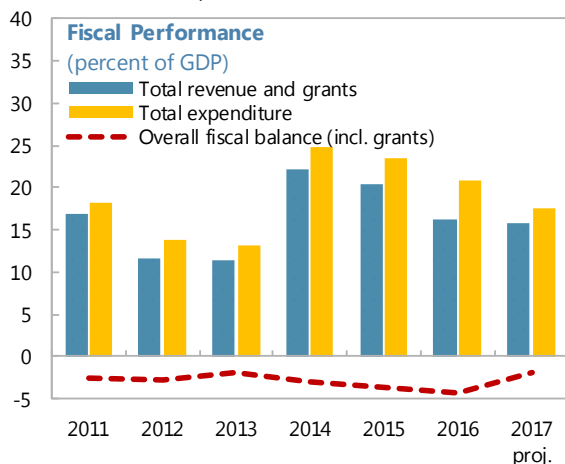
Figura 1. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Económicos Recentes



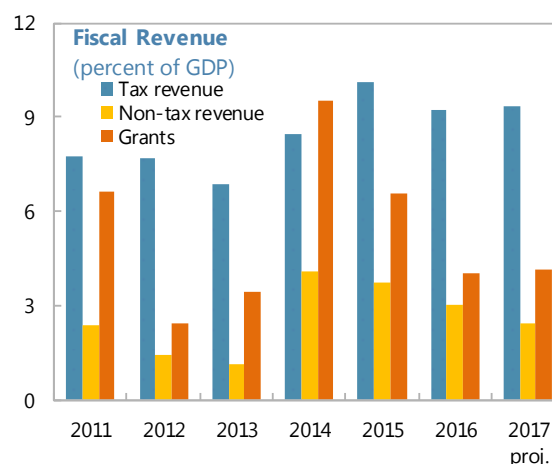
Sources: Guinea-Bissau authorities; and IMF staff estimates.

Figura 2. Guiné-Bissau: Desenvolvimentos Orçamentais e de Crédito

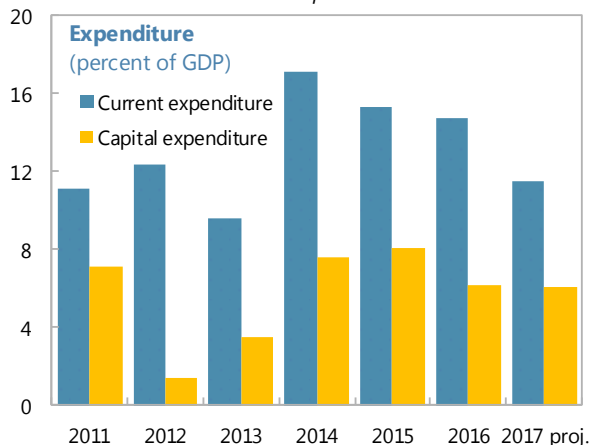
After jumping up in 2014, both revenues and expenditures have declined...



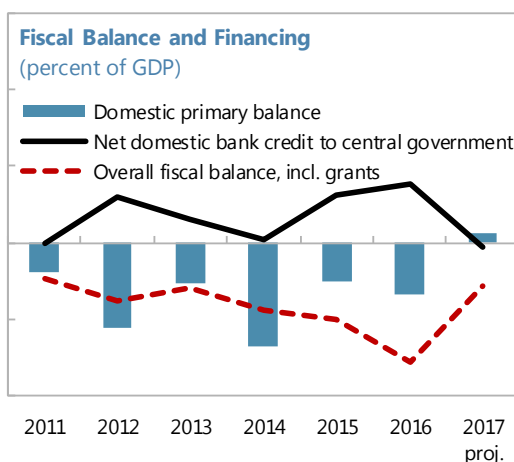
... with the decline in total revenue driven by lower grants ...



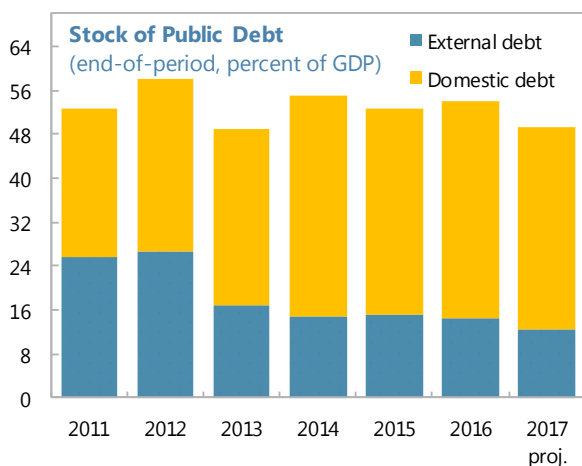
... and a tight budget constraint necessitating cuts mainly in current expenditure.



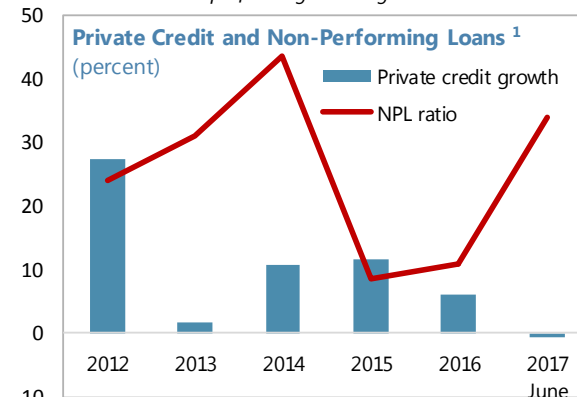
Fiscal balances worsened in 2016, but improved sharply in 2017.



Overall debt is on track to decline.



Private credit extension remains subdued and non-performing loans high.

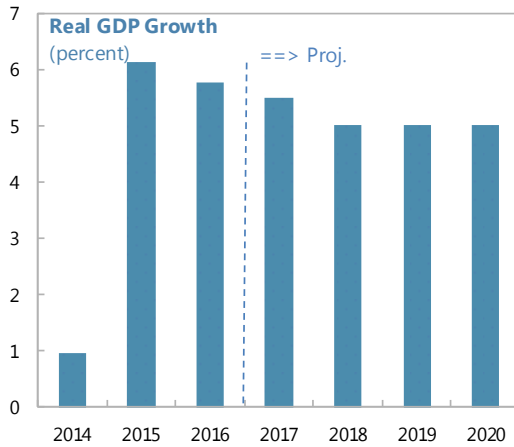


¹ NPLs for 2015 and 2016 have not been adjusted for the voided bailout transactions.

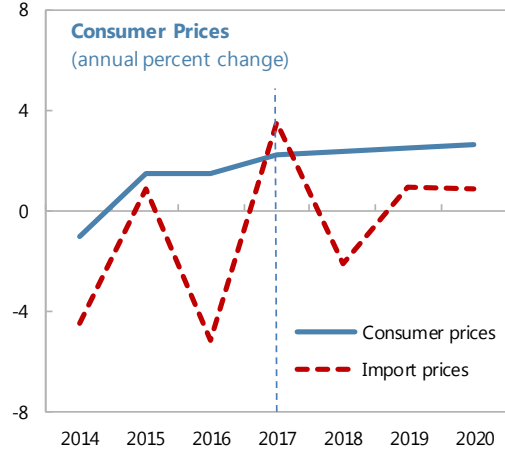
Sources: Guinea-Bissau's authorities; and IMF staff estimates.

Figura 3. Guiné-Bissau: Perspetivas de Médio Prazo

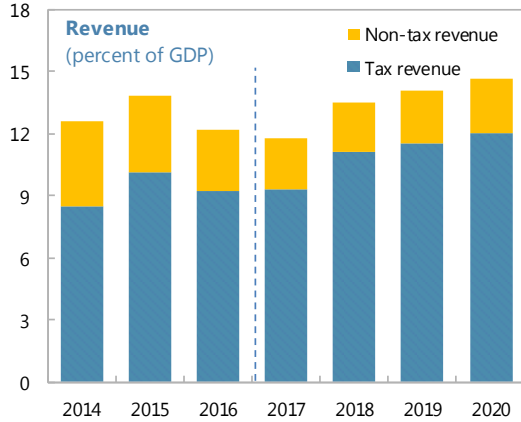
Growth is expected to remain at near the recent pace, supported by a strengthening business environment.



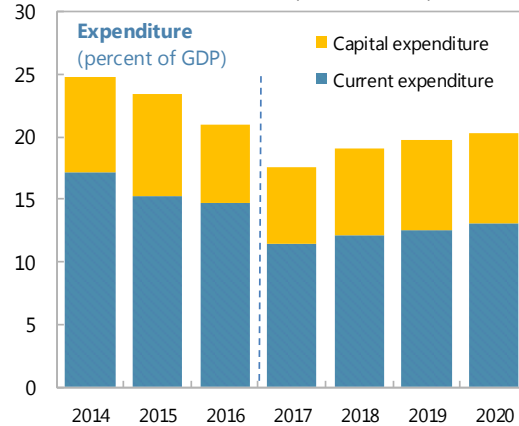
Inflation has risen from very low levels and is expected to stabilize.



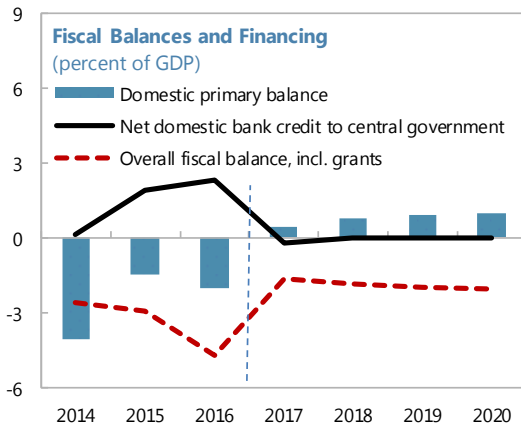
Domestic tax revenue should increase, as tax administration is strengthened and the tax base expands...



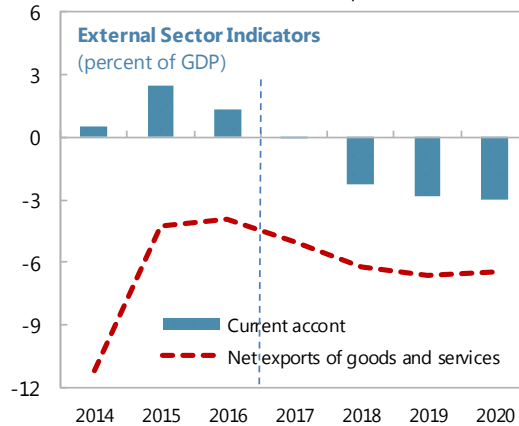
...while capital expenditure increases within a contained overall expenditure envelope...



...helping maintain strong fiscal balances through the medium term.



The external current account balance is expected to turn to a modest deficit.



Sources: Guinea-Bissau's authorities; and IMF staff estimates and projections.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos Selecionados¹

	2014	2015	2016		2017		2018	2019	2020	2021	2022
			Prel.	EBS/17/66	Proj.	Projeções					
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Contas nacionais e preços											
PIB real a preços de mercado	1.0	6.1	5.8	5.0	5.5	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
PIB real per capita	-1.2	3.8	3.5	2.7	3.2	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7
Deflator do PIB	-0.1	10.8	6.6	2.4	7.2	1.6	1.9	2.1	2.2	2.2	2.5
Índice de preços no consumidor (média anual)	-1.0	1.5	1.5	2.0	2.2	2.3	2.5	2.6	2.8	2.8	3.0
Setor externo											
Exportações, FOB (com base em valores em USD)	8.8	54.6	6.8	5.7	24.5	7.1	7.1	9.3	9.4	9.4	9.7
Importações, FOB (com base em valores em USD)	17.3	-3.6	6.9	2.2	30.0	13.2	9.3	9.0	8.5	8.5	8.2
Volume de exportações	-4.9	26.3	10.7	-4.5	-8.6	5.5	5.1	7.0	7.1	7.1	7.3
Volume de importações	30.5	15.6	9.7	9.4	18.6	10.3	7.1	7.1	6.4	6.4	6.6
Termos de troca (deterioração = -)	23.2	54.4	13.9	11.4	28.7	-0.1	0.6	0.9	0.8	0.8	1.3
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -)	-0.8	-2.6	1.9
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	493.6	591.2	592.7
Finanças públicas											
Receitas internas (excluindo donativos)	59.4	29.4	-0.6	15.1	8.7	22.9	11.7	11.0	10.4	10.4	11.8
Receitas internas (excluindo donativos e extraordinárias)	47.7	30.4	5.2	16.5	10.0	22.9	11.7	11.0	10.4	10.4	11.8
Total da despesa	89.1	11.3	0.9	-2.3	-5.2	15.7	10.9	10.2	9.5	10.6	10.6
Despesas correntes	79.5	5.0	8.8	-8.0	-12.2	12.3	10.8	11.8	10.1	12.6	12.6
Despesas de capital	115.4	25.5	-14.2	11.6	11.7	22.3	11.3	7.6	8.4	7.1	7.1
Moeda e crédito											
Ativos internos líquidos ²	7.8	18.2	-2.5	-2.0	-9.7	0.6	1.3	2.0	1.0	1.0	1.2
Dos quais:											
Crédito ao governo (líquido)	9.1	4.6	1.8	0.0	-0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito à economia	-2.6	13.0	2.2	0.7	-8.3	1.5	1.2	2.0	1.0	1.1	1.1
Velocidade (PIB/moeda em sentido lato)	2.2	2.0	2.1	2.1	2.3	2.3	2.2	2.2	2.2	2.2	2.1
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)											
Investimento e poupança											
Investimento bruto	11.4	8.2	8.0	11.1	8.5	8.7	9.1	9.1	9.2	9.2	9.2
Do qual: investimento público	7.6	8.1	6.2	6.5	6.1	7.0	7.2	7.3	7.3	7.3	7.3
Poupança interna bruta	0.2	3.9	4.0	5.8	2.9	2.5	2.4	2.7	3.1	3.7	3.7
Da qual: poupança pública	-0.1	-0.5	-2.5	0.4	0.6	1.5	1.6	1.6	1.7	1.7	1.7
Poupança nacional bruta	12.0	10.7	9.3	10.5	7.8	6.4	6.3	6.1	6.3	6.7	6.7
Finanças públicas											
Total da receita	12.6	13.8	12.2	13.2	11.7	13.5	14.1	14.6	15.0	15.6	15.6
Despesa primária interna total	16.7	15.4	14.3	12.6	11.3	12.8	13.2	13.7	14.2	14.8	14.8
Saldo primário interno	-4.1	-1.5	-2.1	0.6	0.4	0.8	0.9	1.0	0.9	0.8	0.8
Saldo global (base de compromissos)											
Incluindo donativos	-2.6	-3.0	-4.7	-1.9	-1.7	-1.9	-2.0	-2.1	-2.1	-2.1	-2.1
Excluindo donativos	-12.1	-9.5	-8.7	-6.0	-5.8	-5.5	-5.6	-5.7	-5.7	-5.7	-5.7
Conta corrente externa											
Conta corrente externa	0.5	2.5	1.3	-0.6	0.0	-2.3	-2.8	-3.0	-2.9	-2.6	-2.6
Excluindo transferências oficiais	-3.9	1.6	1.3	-0.6	-0.4	-2.3	-2.8	-3.0	-2.9	-2.6	-2.6
Stock da dívida do governo central											
Stock da dívida do governo central	55.1	52.8	54.1	50.2	49.2	48.3	47.3	46.1	44.7	43.4	43.4
Do qual: dívida externa	15.0	15.2	14.4	13.3	12.5	13.0	13.7	14.5	15.3	16.0	16.0
Por memória:											
PIB nominal a preços de mercado (mil milhões de FCFA)	520.9	612.5	690.5	734.1	780.7	832.7	890.9	955.1	1025.4	1103.5	1103.5

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os valores excluem o resgate bancário de FCFA 34,2 mil milhões em 2015. Aguarda-se uma decisão final dos tribunais sobre a legalidade destes contratos.

² Contributo percentual para o crescimento da moeda em sentido lato em percentagem.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos¹
(mil milhões de FCFA)

	2014	2015	2016		2017		2018	2019	2020	2021	2022
			Prel.	EBS/17/66	Proj.	Projeções					
Saldo da conta corrente											
Incluindo todas as transferências oficiais	2.8	15.2	9.3	-4.3	-0.1	-19.0	-25.2	-28.8	-29.9	-28.2	
Excluindo transferências oficiais ²	-20.5	9.6	9.0	1.6	-2.9	-19.0	-25.2	-28.8	-29.9	-28.2	
Bens e serviços	-58.2	-26.2	-27.2	-38.6	-38.7	-52.1	-59.2	-61.7	-62.3	-61.2	
Bens	-23.8	29.6	31.6	9.8	31.6	22.7	20.1	22.5	26.7	33.0	
Exportações, FOB	82.1	151.9	162.7	179.1	198.8	204.2	217.7	237.6	260.9	287.9	
<i>Das quais</i> : castanha de caju	69.2	135.8	161.7	177.4	195.6	200.8	214.1	233.8	256.9	283.6	
Importações, FOB	-105.9	-122.3	-131.1	-169.3	-167.2	-181.5	-197.6	-215.1	-234.2	-254.9	
<i>Das quais</i> : produtos alimentares	-46.0	-48.7	-54.1	-50.7	-67.0	-71.5	-76.1	-80.9	-86.0	-91.3	
produtos petrolíferos	-23.2	-31.0	-27.2	-36.1	-36.0	-38.3	-41.3	-44.7	-48.7	-53.5	
Serviços (líquido)	-34.4	-55.8	-58.8	-48.4	-70.3	-74.8	-79.4	-84.1	-89.1	-94.2	
Crédito	23.2	21.5	19.2	21.1	19.2	20.7	22.3	24.0	25.8	27.8	
Débito	-57.6	-77.3	-78.0	-69.5	-89.5	-95.5	-101.6	-108.1	-114.9	-122.0	
Rendimentos	18.5	15.0	15.0	14.0	13.8	13.9	14.2	12.2	11.0	10.8	
Crédito	19.2	16.4	16.8	14.7	15.8	14.7	14.8	14.8	14.9	14.9	
Compensação de pescas da UE	5.7	4.1	4.1	5.9	0.0	5.9	5.9	5.9	5.9	5.9	
Taxas de licenciamento	6.3	8.7	8.1	8.7	8.8	8.8	8.9	8.9	8.9	9.0	
Débito	-0.8	-1.4	-1.8	-0.7	-2.0	-0.8	-0.6	-2.6	-3.8	-4.1	
<i>Do qual</i> : juros externos	-0.8	-1.4	-1.8	-0.7	-2.0	-0.8	-0.6	-2.6	-3.8	-4.1	
Transferências correntes (líquidas)	42.6	26.4	21.5	20.3	24.8	19.2	19.9	20.6	21.4	22.2	
Oficiais ²	23.3	6.5	0.3	0.0	2.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Privadas	19.3	19.9	21.2	20.3	22.0	19.2	19.9	20.6	21.4	22.2	
<i>Das quais</i> : remessas	19.2	19.9	18.3	19.2	18.5	19.2	19.9	20.6	21.4	22.2	
Conta de capital ²	30.0	35.4	27.6	30.3	53.8	30.5	32.6	34.6	37.1	39.9	
<i>Da qual</i> : transferências oficiais	26.2	34.5	27.4	30.1	29.5	30.3	32.4	34.4	36.9	39.7	
Conta financeira	-35.2	-11.8	29.2	3.3	11.2	-16.6	-20.8	-23.1	-24.9	-27.4	
IDE	-12.9	-9.6	-9.8	-8.9	-11.3	-19.2	-20.5	-22.0	-23.6	-25.4	
Outros investimentos	-22.3	-2.2	39.0	12.2	22.5	2.5	-0.3	-1.1	-1.3	-2.0	
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	-13.1	-10.0	-13.5	-15.4	-15.6	-18.8	-22.4	-24.7	-25.7	-27.7	
Amortização programada ³	2.9	1.1	4.0	1.0	29.9	2.4	2.2	2.9	2.8	3.1	
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	-15.0	-1.0	-10.0	0.0	-10.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	8.6	-23.5	40.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Outros ativos externos líquidos	-5.7	31.2	18.0	26.6	18.2	19.0	19.8	20.7	21.6	22.6	
Erros e omissões	-6.9	-22.2	-14.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Saldo global	61.1	40.2	-7.0	22.6	42.4	28.1	28.2	28.9	32.1	39.2	
Financiamento	-61.1	-40.2	7.0	-22.6	-42.4	-28.1	-28.2	-28.9	-32.1	-39.2	
Ativos externos líquidos (aumento = -)	-63.9	-39.3	6.4	-22.6	-42.4	-28.1	-28.2	-28.9	-32.1	-39.2	
Alívio da dívida	2.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
<i>Por memória:</i>											
Volume de exportações de caju (mil toneladas)	139	175	195	200	177	186	195	209	225	242	
Preços de exportação do caju (USD por tonelada)	1,000	1,300	1,400	1,680	1,900	1,938	1,977	2,016	2,057	2,098	
Volume de importações de bens (variação percentual anual)	30.5	15.6	9.7	9.4	18.6	10.3	7.1	7.1	6.4	6.6	
Serviço da dívida programado											
Percentagem de exportações e créditos de serviço	-1.4	1.9	0.7	1.4	1.5	1.3	1.2	1.4	1.3	1.3	
Percentagem do total da receita pública	-2.2	3.9	1.5	2.8	3.6	2.5	2.2	2.6	2.3	2.3	
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)											
Incluindo transferências oficiais	0.5	2.5	1.3	-0.6	0.0	-2.3	-2.8	-3.0	-2.9	-2.6	
Excluindo transferências oficiais	-3.9	1.6	1.3	-0.6	-0.4	-2.3	-2.8	-3.0	-2.9	-2.6	
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	13.2	12.4	10.4	
(percentagem de moeda em sentido lado)	46.7	43.6	34.5	
(meses de importações da UEMOA de BSNF)	4.8	5.1	4.1	

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Formato do manual BPM6. Reflete dados históricos revistos.

² Os donativos para projetos para EBS/17/66 foram reclassificados na conta de capital.

³ O valor para 2017 inclui 25 mil milhões de FCFA em alívio da dívida de Taiwan (Província da China).

Tabela 3a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central¹
(mil milhões de FCFA)

	2016		2017				2018		2019	2020	2021	2022	
	2014	2015	Prel.	Junho		Dezembro		Jun.	Dec.	Projeções			
				EBS/17/66	Prel.	EBS/17/66	Proj.						
	Projeções												
Receitas e donativos	115.0	125.0	112.0	54.3	78.2	127.1	123.9	64.4	142.9	158.3	174.1	191.2	212.2
Receitas fiscais	44.2	61.9	63.5	33.4	41.4	68.6	72.9	42.3	92.6	102.7	114.7	127.0	143.1
Receitas não fiscais	21.4	22.9	20.8	7.9	12.3	28.4	18.8	7.1	20.1	23.1	25.1	27.2	29.3
Donativos	49.5	40.1	27.6	13.0	24.5	30.1	32.3	15.0	30.3	32.4	34.4	36.9	39.7
Apoio orçamental	23.3	5.6	0.3	0.0	2.8	0.0	2.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Donativos para projetos	26.2	34.5	27.4	13.0	21.7	30.1	29.5	15.0	30.3	32.4	34.4	36.9	39.7
Despesas	128.7	143.3	144.5	72.2	80.6	141.2	137.0	76.1	158.6	175.9	194.0	212.4	234.9
Despesas correntes	89.2	93.7	102.0	47.0	49.3	93.8	89.6	49.2	100.5	111.4	124.5	137.0	154.2
Ordenados e salários	32.3	31.8	34.8	17.1	17.1	34.9	33.3	18.5	36.5	39.6	42.9	46.9	51.5
Bens e serviços	11.0	16.2	12.0	7.9	9.3	15.3	18.6	9.8	21.7	23.5	25.7	28.4	31.8
Transferências ²	14.5	18.9	28.3	13.6	14.8	28.8	23.3	9.8	19.7	21.8	24.0	26.2	28.5
Despesas não tituladas	1.8	2.7	1.9	0.4	0.0	1.0	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	2.7	4.6	5.1	2.7	2.1	3.1	3.3	1.6	3.1	3.3	4.5	4.4	4.3
Outros	26.9	19.4	20.0	5.3	5.9	10.7	10.6	9.5	19.5	23.2	27.4	31.1	38.2
Aquisição líquida de ativos não financeiros	39.5	49.5	42.5	25.1	31.3	47.4	47.5	27.0	58.1	64.6	69.5	75.3	80.7
Financiamento interno	0.2	4.9	1.6	2.0	0.9	2.0	2.4	4.0	8.9	9.8	10.4	12.7	13.3
Financiamento externo	39.2	44.6	40.9	23.1	30.4	45.4	45.1	23.0	49.1	54.8	59.1	62.6	67.4
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-13.7	-18.3	-32.5	-17.9	-2.4	-14.1	-13.1	-11.7	-15.7	-17.7	-19.8	-21.2	-22.8
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-63.1	-58.4	-60.1	-30.9	-26.9	-44.2	-45.3	-26.7	-45.9	-50.1	-54.2	-58.1	-62.5
Variação dos atrasados	-1.8	-6.1	-1.5	-1.0	-2.2	-4.4	-3.0	-1.8	-3.2	-2.5	-2.0	-1.8	-1.9
Atrasados internos líquidos ³	-1.8	-5.2	-2.1	-0.4	-1.4	-3.8	-2.2	-1.8	-3.2	-2.5	-2.0	-1.8	-1.9
Acumulação no ano corrente	2.2	2.2	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Pagamento de anos anteriores (-)	-4.0	-7.4	-6.1	-0.4	-1.4	-3.8	-2.2	-1.8	-3.2	-2.5	-2.0	-1.8	-1.9
Atrasados externos	0.0	-0.9	0.6	-0.6	-0.8	-0.6	-0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	0.0	-0.4	0.3	-0.3	-0.3	-0.3	-0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros	0.0	-0.5	0.3	-0.3	-0.5	-0.3	-0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Float e discrepâncias estatísticas	-0.7	1.6	4.1	0.0	-0.5	2.0	2.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global incl. donativos (caixa)	-16.2	-22.7	-29.9	-18.9	-5.1	-16.5	-14.1	-13.5	-18.8	-20.2	-21.9	-22.9	-24.7
Financiamento	16.2	22.7	29.9	18.9	5.1	16.5	14.1	13.5	18.8	20.2	21.9	22.9	24.7
Financiamento interno	3.2	13.8	20.4	8.9	-2.5	5.1	3.2	6.2	2.4	0.0	0.0	0.0	0.1
Financiamento bancário ⁴	3.2	13.8	20.4	8.9	-2.5	5.1	3.2	6.2	2.4	0.0	0.0	0.0	0.1
Crédito do BCEAO	2.7	2.3	4.4	2.5	0.2	5.1	4.9	2.4	2.4	0.0	0.0	0.0	0.0
(d/q) FMI	2.7	2.3	4.4	2.5	0.0	5.1	4.9	2.4	2.4	0.0	0.0	0.0	0.0
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	-7.9	2.7	5.3	0.0	-4.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais	8.5	8.8	10.7	6.4	2.0	0.0	-1.7	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
(d/q) títulos do tesouro det. por não res.	15.0	1.0	10.0	4.5	9.7	0.0	10.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento externo (líquido)	12.7	8.9	9.5	10.0	7.6	11.4	10.8	7.4	16.4	20.2	21.8	22.9	24.6
Desembolsos	13.1	10.0	13.5	10.1	8.7	15.4	15.6	8.0	18.8	22.4	24.7	25.7	27.7
Projetos	13.1	10.0	13.5	10.1	8.7	15.4	15.6	8.0	18.8	22.4	24.7	25.7	27.7
Programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização	-2.9	-1.1	-4.0	-0.2	-1.2	-3.9	-29.9	-0.6	-2.4	-2.2	-2.9	-2.8	-3.1
Alívio da dívida ⁵	2.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	25.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Por memória:</i>													
Receitas extraordinária ⁶	4.8	5.6	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito bancário interno líq. ao governo central ⁷	0.5	11.5	15.9	6.4	-2.6	0.0	-1.7	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Saldo primário interno (compromissos) ⁸	-21.2	-9.3	-14.2	-5.1	5.6	4.4	3.1	-2.1	6.3	7.9	9.4	8.9	9.2

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os valores excluem o resgate bancário anulado de FCFA 34,2 mil milhões

² A rubrica de transferências de 2016 inclui o reembolso de uma dívida de FCFA 10,0 mil

³ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁴ A partir de 2016, os dados sobre o financiamento bancário passaram a ser extraídos da síntese monetária.

⁵ Em 2017, o governo recebeu um alívio da dívida de 90% de créditos do Exim Bank de Taiwan (Província da China).

⁶ Em 2014, refere-se aos proventos do FUNPI; em 2015, à venda de licenças 3G, venda de

⁷ Para 2017, o CLG conforme apresentado não inclui a garantia do crédito de FCFA 1,7 mil milhões à cidade de Bissau.

⁸ Exclui os donativos, as despesas de capital com financiamento externo e os juros.

Tabela 3b. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central
(percentagem do PIB)

	2016		2017				2018		2019	2020	2021	2022	
	2014	2015	Prel.	Junho		Dezembro		Jun.	Dec.	Projeções			
				EBS/17/66	Prel.	EBS/17/66	Proj.						
Receitas e donativos	22.1	20.4	16.2	7.4	10.0	17.3	15.9	7.7	17.2	17.8	18.2	18.6	19.2
Receitas fiscais	8.5	10.1	9.2	4.6	5.3	9.3	9.3	5.1	11.1	11.5	12.0	12.4	13.0
Receitas não fiscais	4.1	3.7	3.0	1.1	1.6	3.9	2.4	0.9	2.4	2.6	2.6	2.7	2.7
Donativos	9.5	6.6	4.0	1.8	3.1	4.1	4.1	1.8	3.6	3.6	3.6	3.6	3.6
Apoio orçamental	4.5	0.9	0.0	0.0	0.4	0.0	0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Donativos para projetos	5.0	5.6	4.0	1.8	2.8	4.1	3.8	1.8	3.6	3.6	3.6	3.6	3.6
Despesas	24.7	23.4	20.9	9.8	10.3	19.2	17.6	9.1	19.0	19.7	20.3	20.7	21.3
Despesas correntes	17.1	15.3	14.8	6.4	6.3	12.8	11.5	5.9	12.1	12.5	13.0	13.4	14.0
Ordenados e salários	6.2	5.2	5.0	2.3	2.2	4.7	4.3	2.2	4.4	4.4	4.5	4.6	4.7
Bens e serviços	2.1	2.6	1.7	1.1	1.2	2.1	2.4	1.2	2.6	2.6	2.7	2.8	2.9
Transferências ²	2.8	3.1	4.1	1.9	1.9	3.9	3.0	1.2	2.4	2.4	2.5	2.6	2.6
Despesas não tituladas	0.3	0.4	0.3	0.1	0.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	0.5	0.8	0.7	0.4	0.3	0.4	0.4	0.2	0.4	0.4	0.5	0.4	0.4
Outros	5.2	3.2	2.9	0.7	0.8	1.5	1.4	1.1	2.3	2.6	2.9	3.0	3.5
Aquisição líquida de ativos não financeiros	7.6	8.1	6.2	3.4	4.0	6.5	6.1	3.2	7.0	7.2	7.3	7.3	7.3
Financiamento interno	0.0	0.8	0.2	0.3	0.1	0.3	0.3	0.5	1.1	1.1	1.1	1.2	1.2
Financiamento externo	7.5	7.3	5.9	3.2	3.9	6.2	5.8	2.8	5.9	6.1	6.2	6.1	6.1
Saldo global, incl. donativos (compromissos)	-2.6	-3.0	-4.7	-2.4	-0.3	-1.9	-1.7	-1.4	-1.9	-2.0	-2.1	-2.1	-2.1
Saldo global, excl. donativos (compromissos)	-12.1	-9.5	-8.7	-4.2	-3.4	-6.0	-5.8	-3.2	-5.5	-5.6	-5.7	-5.7	-5.7
Variação dos atrasados	-0.3	-1.0	-0.2	-0.1	-0.3	-0.6	-0.4	-0.2	-0.4	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2
Atrasados internos líquidos ³	-0.3	-0.8	-0.3	-0.1	-0.2	-0.5	-0.3	-0.2	-0.4	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2
Acumulação no ano corrente	0.4	0.4	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Pagamento de anos anteriores (-)	-0.8	-1.2	-0.9	-0.1	-0.2	-0.5	-0.3	-0.2	-0.4	-0.3	-0.2	-0.2	-0.2
Atrasados externos	0.0	-0.2	0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros	0.0	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros	0.0	-0.1	0.1	0.0	-0.1	0.0	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Float e discrepâncias estatísticas	-0.1	0.3	0.6	0.0	-0.1	0.3	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo global incl. donativos (caixa)	-3.1	-3.7	-4.3	-2.6	-0.7	-2.2	-1.8	-1.6	-2.3	-2.3	-2.3	-2.2	-2.2
Financiamento	3.1	3.7	4.3	2.6	0.7	2.2	1.8	1.6	2.3	2.3	2.3	2.2	2.2
Financiamento interno	0.6	2.3	2.9	1.2	-0.3	0.7	0.4	0.7	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento bancário ⁴	0.6	2.3	2.9	1.2	-0.3	0.7	0.4	0.7	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito do BCEAO	0.5	0.4	0.6	0.3	0.0	0.7	0.6	0.3	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0
(d/q) FMI	0.5	0.4	0.6	0.3	0.0	0.7	0.6	0.3	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Depósitos no BCEAO (- = acumulação)	-1.5	0.4	0.8	0.0	-0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bancos comerciais	1.6	1.4	1.5	0.9	0.3	0.0	-0.2	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
(d/q) títulos do tesouro det. por não res.	2.9	0.2	1.4	0.6	1.2	0.0	1.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento externo (líquido)	2.4	1.5	1.4	1.4	1.0	1.6	1.4	0.9	2.0	2.3	2.3	2.2	2.2
Desembolsos	2.5	1.6	2.0	1.4	1.1	2.1	2.0	1.0	2.3	2.5	2.6	2.5	2.5
Projetos	2.5	1.6	2.0	1.4	1.1	2.1	2.0	1.0	2.3	2.5	2.6	2.5	2.5
Programas	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Amortização	-0.6	-0.2	-0.6	0.0	-0.1	-0.5	-3.8	-0.1	-0.3	-0.2	-0.3	-0.3	-0.3
Alívio da dívida ⁵	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Por memória:</i>													
Receitas extraordinária ⁶	0.9	0.9	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Crédito bancário interno líq. ao governo central ⁷	0.1	1.9	2.3	0.9	-0.3	0.0	-0.2	0.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo primário interno (compromissos) ⁸	-4.1	-1.5	-2.1	-0.7	0.7	0.6	0.4	0.0	0.8	0.9	1.0	0.9	0.8

Fontes: Autoridades guineenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os valores excluem o resgate bancário anulado de FCFA 34,2 mil milhões

² A rubrica de transferências de 2016 inclui o reembolso de uma dívida de FCFA 10,0 mil

³ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

⁴ A partir de 2016, os dados sobre o financiamento bancário passaram a ser extraídos da síntese monetária.

⁵ Em 2017, o governo recebeu um alívio da dívida de 90% de créditos do Exim Bank de Taiwan (Provincia da China).

⁶ Em 2014, refere-se aos proventos do FUNPI; em 2015, à venda de licenças 3G, venda de

⁷ Para 2017, o CLG conforme apresentado não inclui a garantia do crédito de FCFA 1,7 mil milhões à cidade de Bissau.

⁸ Exclui os donativos, as despesas de capital com financiamento externo e os juros.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Síntese Monetária¹

	2014	2015	2016		2017		2018
			Prel.	Junho	EBS/17/66	Proj.	Proj.
(Mil milhões de FCFA)							
Ativos externos líquidos	151.6	167.4	201.5	217.4	224.8	243.9	272.0
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	120.3	159.5	153.1	183.8	175.8	195.5	223.6
Bancos comerciais	31.4	7.9	48.4	33.6	49.0	48.4	48.4
Ativos internos líquidos	89.9	134.0	126.6	108.3	117.8	94.9	97.0
Crédito ao governo (líquido) ²	36.8	47.9	53.3	45.4	95.1	51.6	49.2
BCEAO, líquido	24.7	28.0	37.7	32.0	42.7	42.5	42.5
Depósitos	5.9	6.0	0.8	6.0	0.8	0.8	0.8
Crédito	30.7	34.0	38.4	38.1	43.5	43.3	43.3
Bancos comerciais, líquido	12.1	19.9	15.6	13.3	52.4	9.1	6.7
Depósitos	11.5	3.7	7.3	7.1	3.3	7.3	7.3
Crédito	23.6	23.6	22.9	20.4	55.7	16.4	14.0
Crédito à economia (líquido de provisões)	62.5	93.9	100.4	68.0	68.5	73.3	78.4
Outras rubricas (líquido)	-9.4	-7.7	-27.0	-5.0	-45.8	-30.0	-30.7
Massa monetária (M2)	241.5	301.4	328.1	325.7	342.6	338.8	369.0
Moeda em circulação	151.4	194.6	224.2	228.3	236.0	231.4	252.1
Depósitos bancários	90.1	106.8	104.0	95.1	106.6	107.4	116.9
Base monetária (M0)	159.8	202.1	232.9	248.1	248.5	235.0	256.0
(Variação percentual da moeda em sentido lato no início do período)							
Contributo ao crescimento da moeda em sentido lato							
Massa monetária (M2)	42.5	24.8	8.9	-2.8	5.0	3.3	8.9
Ativos externos líquidos	25.5	6.5	11.3	4.8	6.9	12.9	8.3
BCEAO	37.7	16.3	-2.1	9.3	6.9	12.9	8.3
Bancos comerciais	-12.2	-9.7	13.4	-4.5	0.0	0.0	0.0
Ativos internos líquidos	17.1	18.2	-2.5	-7.6	-2.0	-9.7	0.6
Crédito ao governo central	9.0	4.6	1.8	-2.4	0.0	-0.5	0.0
Crédito ao setor privado	-5.9	13.0	2.2	-9.9	0.7	-8.3	1.5
Outras rubricas (líquido)	13.9	0.7	-6.4	4.7	-2.7	-0.9	-0.9
<i>Por memória:</i>							
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	42.5	24.8	8.9	-2.8	5.0	3.3	8.9
Base monetária (M0, variação percentual anual)	41.7	26.5	15.2	6.5	5.0	0.9	8.9
Crédito ao setor privado (variação percentual anual)	-6.6	50.1	6.9	-21.1	3.6	-27.0	7.0
Crédito bruto ao setor privado (FCFA, mil milhões) ²	80.0	89.2	94.7	107.1	...	95.5	99.5
Crédito bruto ao setor privado (variação percentual anual) ²	10.6	11.6	6.1	-0.8	...	0.9	4.2
Provisões para perdas em créditos (FCFA mil milhões)	17.9	4.3	5.9	25.8
Velocidade (PIB/M2)	2.2	2.0	2.1	2.4	2.1	2.3	2.3
Multiplicador monetário (M2/M0)	1.5	1.5	1.4	1.3	1.4	1.4	1.4

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim de período. A síntese monetária das autoridades inclui o resgate bancário em 2015-16 e não inclui o Bank Atlantique.

² Provisões brutas e incluindo o Bank Atlantique.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira do Sistema Bancário
(Porcentagem)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 Junho	2017
Adequação dos fundos próprios							
Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco	17.4	21.0	17.3	25.8	28.9	4.8	5.3
Capital/total de ativos	4.3	5.2	9.5	11.5	8.8	3.5	6.0
Distribuição setorial do crédito							
Agricultura e pescas	4.1	7.0	1.9	0.0	0.3	3.3	3.3
Indústria extrativa	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.0	3.0
Indústria transformadora	9.4	18.5	25.3	44.0	4.3	3.7	3.7
Eletricidade, gás e água	11.5	7.6	9.1	0.2	10.2	3.1	3.1
Construção civil	4.0	3.2	2.3	0.7	3.3	5.9	5.9
Comércio	52.9	42.3	38.8	14.2	53.0	55.0	55.0
Transportes e comunicações	0.1	0.1	0.1	0.0	0.1	3.1	3.1
Seguros e serviços empresariais	0.6	0.5	0.3	0.0	3.0	5.5	5.5
Outras atividades	17.4	20.9	22.2	40.8	25.8	17.4	17.4
Qualidade dos ativos							
Empréstimos mal parados/total do crédito (bruto)	6.7	22.6	27.0	39.4	8.2	10.8	31.7
Empréstimos mal parados/fundos próprios (líquido)	35.6	195.3	110.5	115.1	28.2	92.2	106.3
Provisões/empréstimos mal parados brutos	51.8	31.2	39.1	46.2	46.7	45.5	64.9
Provisões/empréstimos brutos	2.7	6.1	9.4	15.7	4.8	6.2	20.6
Lucros e rentabilidade							
Rendimento líquido/ativo médio (ROA)	2.5	0.1	-3.2	-1.4	6.4
Rendimento líquido/capital médio (ROE)	17.7	0.6	-21.2	-13.6	46.3
Liquidez							
Ativos líquidos/ativo totais	30.0	32.1	19.4	18.6	16.6	33.2	35.9
Ativos líquidos/ativos de curto prazo	59.7	75.0	41.6	38.8	40.6	71.2	66.5
Rácio depósitos/ativos	70.9	65.9	65.1	68.6	59.6	55.7	65.7
Rácio empréstimos/depósitos	68.8	93.4	85.6	82.8	93.6	90.0	71.0
<i>Por memória:</i>							
Taxa de juro passiva	3.8	4.7	4.7	3.0	3.0	3.0	3.0
Taxa de juro ativa	10.6	10.2	9.2	12.0	12.0	12.0	12.0

Fonte: BCEAO.

Tabela 6. Guiné-Bissau: Critérios de Desempenho Quantitativos e Metas Indicativas Propostos para 2017

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2016	2017								2018
		Mar. ¹		Jun.		Situação	Sept. ¹		Dec.	Mar. ¹
		Prog.	Prel.	Prog.	Prel.		Prog.	Prog.	Proj.	Prog.
Critérios de desempenho¹										
Total da receita fiscal interna (piso)	63.5	16.3	13.0	33.4	41.4	cumprido	48.9	65.2	69.3	12.1
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto) ²	15.9	8.0	15.9	6.4	-2.6	cumprido	0.0	0.0	0.0	13.7
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados de pagamentos externos (teto) ³	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Metas indicativas										
Novos atrasados internos (teto)	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas sociais e prioritárias (piso)	32.2	7.7	10.8	21.7	23.2	cumprido	23.2	31.0	31.0	7.8
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-14.2	-6.4	-2.2	-5.1	5.6	cumprido	-1.0	4.4	3.1	-11.7
Despesas não tituladas (DNT, teto)	1.9	0.3	0.0	0.4	0.0	cumprido	1.0	1.0	0.5	0.0
<i>Por memória:</i>										
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	6.1	0.4	0.4	0.4	1.4		0.4	3.8	2.2	0.9
Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁴	0.4	0.0	0.0	0.0	4.8		0.0	0.0	4.8	0.0
Desembolsos do acordo ECF (milhões de DSE, fluxo)	5.1	0.0	0.0	3.0	0.0		3.0	3.0	3.0	0.0
Empréstimos concessionais (milhões de USD) ⁵	7.1	4.6	3.0	5.4	6.0		5.4	10.9	12.0	3.4

¹ Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). As metas para o final de março e final de setembro são indicativas.

² Os valores relativos a set. e dez. de 2017 incluem a garantia de dívida de FCFA 1,7 mil milhões dada à cidade de Bissau.

³ Aplicáveis em bases contínuas.

⁴ Inclui os donativos em apoio ao orçamento e os empréstimos para programas (para apoio orçamental).

⁵ Estes incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos igual ou superior a 35%.

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Passados no Âmbito do Programa ECF, 2017

Medidas	Prazo	Fundamentação macro	Situação
Mobilização da Receita			
Implementar um posto de comércio interno em SAFIM para reconciliar os dados de faturação de mercadorias com o conteúdo efetivo do frete	Setembro de 2015	Reforçar a arrecadação de receitas	Cumprida
Elaborar um plano estratégico para melhorar as infraestruturas e as condições de trabalho dos funcionários da administração fiscal e aduaneira interna	Dezembro de 2015	Reforçar a arrecadação de receitas	Não cumprida. Foi finalizado, em abril de 2017, um novo plano estratégico para a administração tributária
Implementar um novo regime de pequenos contribuintes através da introdução do NIF universal (número de identificação fiscal)	Dezembro de 2015	Melhorar o cumprimento voluntário e aumentar as receitas fiscais	Não cumprida
Gestão da Despesa			
Elaborar um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2015	Jul. 2015, para ag. 2015; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa	Cumprida
Transição para o pagamento de salários, ordenados e ajudas de custo a todos os funcionários públicos (incluindo o serviço de segurança) através do sistema bancário	Setembro de 2015	Reduzir o manuseamento de numerário pelo Tesouro e reforçar a gestão das finanças públicas	Não cumprida. Implementada em outubro de 2015
Preparar um relatório trimestral sobre a execução do PIP. Jul. 2015, para ag. 2015; em seguida todos os meses	Dez. 2015, para o relatório de set. 2015; em seguida trimestralmente	Melhorar a execução do PIP e a supervisão	Cumprida
Elaborar um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2017	Dez. 2016, para jan. 2017; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa	Cumprida
Elaborar tempestivamente relatórios trimestrais sobre execução orçamental a nível ministerial, detalhando a classificação económica das despesas	Dez. 2016; em seguida trimestralmente	Melhorar a execução orçamental e a supervisão	Cumprida
Como precursor à Conta Única do Tesouro prevista, elaborar uma lista (incluindo contas de 2015) de fontes de receitas próprias arrecadadas pelos ministérios, direcções e organismos do Estado	Dezembro de 2016	Reforçar a gestão da despesa pública	Cumprida

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Passados no Âmbito do Programa ECF (continuação)			
Medidas	Prazo	Fundamentação Macro	Situação
Gestão da Dívida			
Reinstalar e operacionalizar o sistema de TI de gestão da dívida	Julho de 2015	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e as políticas de endividamento	Não cumprida. Implementada com atraso
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2015, para o relatório de jun. 2015; em seguida trimestralmente	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprida
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2016, para o relatório de set. 2016; em seguida trimestralmente	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprida
O Conselho de Ministros deve publicar um decreto para clarificar a autoridade de emissão da dívida e o procedimento para a emissão de garantias governamentais, operações de reempréstimo e grandes passivos	Dezembro de 2016	Alinhar a política de gestão da dívida da Guiné-Bissau com o regulamento da UEMOA	Incumprida. Concluída em junho de 2017
Ambiente de Negócios e Política Global			
Concluir uma auditoria internacional e abrangente do Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI)	Setembro de 2015	Melhorar a produção e o comércio de castanha de caju	Não cumprida. Concluída em abril de 2016
Elaborar um plano de auditoria para todas as empresas públicas e fundos autónomos	Março de 2016	Melhorar a prestação de serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas	Não cumprida. Reprogramada para novembro de 2016
Delinear uma estratégia para promover a produção e a transformação da castanha de caju, com base nos resultados da auditoria do FUNPI	Junho 2016	Reduzir os custos de transação	Não cumprida. Reprogramada para junho de 2017
Elaborar um plano de auditoria para todas as empresas públicas e fundos autónomos	Novembro de 2016	Melhorar a prestação de serviços e a sustentabilidade financeira das empresas públicas	Cumprida

Tabela 7a. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais Passados no Âmbito do Programa ECF (conclusão)

Medidas	Prazo	Fundamentação Macro	Situação
A EAGB apresentará relatórios pormenorizando os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015 e três primeiros trimestres de 2016, mensalmente a partir de outubro de 2016	Dezembro de 2016	Instilar transparência nas operações e posição financeira da EAGB	Não cumprida. Reprogramada para julho de 2017 e parcialmente concluída em outubro de 2017
Concluir uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA e elaborar um plano de ação destinado a colocá-los em situação de cumprimento das normas prudenciais	15 de abril de 2017	Reforçar a saúde do sistema bancário	Cumprida. O relatório da Comissão Bancária foi submetido ao Ministério das Finanças em fevereiro de 2017
Delinear uma estratégia para promover a produção e a transformação da castanha de caju, com base nos resultados da auditoria do FUNPI	Junho 2017	Reduzir os custos de transação	Cumprida. O Ministério do Comércio propôs um projeto de diploma (<i>inter alia</i> , procurava restringir a participação dos comerciantes estrangeiros no negócio do caju) que não foi aprovado pelo Conselho de Ministros

Tabela 7b. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017-18

Medidas	Prazo	Fundamentação Macro	Situação
Mobilização da Receita			
Alargar a nova fatura única simplificada a todos os contribuintes	Setembro de 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Cumprida
Concluir a atribuição de números de identificação fiscal a todos os contribuintes	Setembro de 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Cumprida
Elaborar um projeto de diploma, contando com a assistência técnica do FMI, sobre um novo regime de pequenos contribuintes, simples e transparente, que proteja a base fiscal, reduza os custos de cumprimento e garanta participação universal	Dezembro de 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Em curso. A AT do FMI está a assistir as autoridades na redação do diploma
Gestão da Despesa			
Elaborar um quadro de projeção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2017	Dez. 2016, para jan. 2017; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa	Cumprida
Elaborar tempestivamente relatórios trimestrais sobre execução orçamental a nível ministerial, detalhando a classificação económica das despesas	Dez. 2016; em seguida trimestralmente	Melhorar a execução orçamental e a supervisão	Cumprida
Gestão da Dívida			
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2016, para o relatório de set. 2016; em seguida trimestralmente	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprida
Instalar uma versão mais recente do software de gestão de dívida, DMFAS 6.0, e dar início à sua utilização, para analisar de forma eficaz a dívida e as projeções do serviço da dívida	Setembro de 2017	Reforçar a gestão da dívida e evitar o pagamento de atrasados	Incumprida. Propõe-se a reprogramação para dezembro de 2017

Tabela 7b. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017-18 (conclusão)			
Medidas	Prazo	Fundamentação Macro	Situação
Ambiente de Negócios e Política Global			
Concluir uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA e elaborar um plano de ação destinado a colocá-los em situação de cumprimento das normas prudenciais	15 de abril de 2017	Reforçar a saúde do sistema bancário	Cumprida
Delinear uma estratégia para promover a produção e a transformação da castanha de caju, com base nos resultados da auditoria do FUNPI	Junho 2017	Reduzir os custos de transação	Cumprida. O Ministério do Comércio propôs um projeto de diploma (<i>inter alia</i> , procurava restringir a participação dos comerciantes estrangeiros no negócio do caju) que não foi aprovado pelo Conselho de Ministros
A EAGB apresentará relatórios pormenorizando os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015 e três primeiros trimestres de 2016, mensalmente a partir de outubro de 2016	Julho de 2017	Instilar transparência nas operações e posição financeira da EAGB	Incumprida. Os relatórios sobre os fluxos mensais de 2017 foram apresentados em outubro de 2017
Propor ao Conselho de Ministros um plano de melhoria de gestão para a EAGB	Março de 2018	Potencializar a eficácia da empresa de serviços públicos, reduzir os custos de fornecimento de eletricidade e evitar passivos contingentes	Parâmetro proposto
Propor ao Conselho de Ministros um orçamento para 2018	Dezembro de 2017	Gestão orçamental adequada	Parâmetro proposto

Tabela 8. Guiné-Bissau: Calendário de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2015–18¹

Disponibilidade	Desembolsos		Condições para o desembolso	Ponto da situação
	Em milhões de DSE	Em % da quota ²		
10 de julho de 2015	2.84	10	Aprovação do acordo ECF de três anos.	Desembolsado
15 de outubro de 2015	2.84	10	Conclusão da primeira avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2015.	Desembolsado
15 de abril de 2016	2.272	8,00	Conclusão da segunda avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2015.	Desembolsado
15 de abril de 2017	3.030	10,67	Conclusão da terceira avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2015.	Desembolsado
15 de outubro de 2017	3.030	10,67	Conclusão da quarta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 30 de junho de 2017.	
15 de abril de 2018	3.028	10,66	Conclusão da quinta avaliação pelo Conselho com base no cumprimento dos critérios de desempenho para 31 de dezembro de 2017.	
Total dos desembolsos	17.04	60.0		

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ A primeira e a segunda avaliações do acordo ECF foram combinadas e concluídas em 2 de dezembro de 2016. A terceira avaliação foi concluída em 6 de julho de 2017.

² Com base na nova quota para a Guiné-Bissau no âmbito da XIV Avaliação Geral das Quotas.

Tabela 9. Guiné-Bissau: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
					Projections					
	(SDR millions, unless otherwise indicated)									
Fund obligations based on existing credit										
Principal	0.72	1.45	1.45	1.45	1.29	1.59	2.20	2.20	2.20	1.63
Charges and interest	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Fund obligations based on existing and prospective credit										
Principal	0.72	1.45	1.45	2.16	2.00	2.30	3.82	4.12	3.41	2.84
Charges and interest	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total obligations based on existing and prospective credit										
SDR millions	0.72	1.45	1.45	2.16	2.00	2.30	3.82	4.12	3.41	2.84
CFAF billions	0.58	1.14	1.14	1.69	1.57	1.81	3.01	3.25	2.69	2.24
Percent government revenue	0.63	1.01	0.90	1.21	1.02	1.05	1.55	1.46	1.06	0.77
Percent exports of goods and services	0.27	0.51	0.47	0.65	0.55	0.57	0.87	0.86	0.65	0.50
Percent debt service	17.40	39.81	40.78	47.08	43.41	45.15	53.76	52.56	56.51	45.40
Percent GDP	0.07	0.14	0.13	0.18	0.15	0.16	0.25	0.25	0.20	0.15
Percent quota	2.54	5.11	5.11	7.61	7.04	8.10	13.45	14.51	12.01	10.00
Percent reserves	0.30	0.51	0.45	0.60	0.50	0.51				
Outstanding Fund credit										
SDR millions	22.63	24.21	22.76	20.60	18.60	16.30	12.49	8.37	4.96	2.12
CFAF billions	18.22	19.02	17.83	16.12	14.59	12.84	9.84	6.60	3.91	1.67
Percent government revenue	19.88	16.88	14.16	11.53	9.46	7.45	5.06	2.97	1.54	0.58
Percent exports of goods and services	8.36	8.46	7.43	6.16	5.09	4.07	2.85	1.74	0.94	0.38
Percent debt service	546.92	664.62	640.16	448.98	403.73	319.94	175.77	106.78	82.19	33.89
Percent GDP	2.33	2.28	2.00	1.69	1.42	1.16	0.83	0.52	0.28	0.11
Percent quota	79.68	85.25	80.14	72.54	65.49	57.39	43.98	29.47	17.46	7.46
Percent reserves	9.32	8.50	7.08	5.74	4.66	3.65				
Net use of Fund credit	5.34	1.58	-1.45	-2.16	-2.00	-2.30	-3.82	-4.12	-3.41	-2.84
Disbursements	6.061	3.028	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Repayments and repurchases	0.72	1.45	1.45	2.16	2.00	2.30	3.82	4.12	3.41	2.84
	(CFAF billions)									
Memorandum items:										
Nominal GDP	780.7	832.7	890.9	955.1	1,025.4	1,103.5	1,187.5	1,278.0	1,375.3	1,480.1
Exports of goods and services	218.0	224.9	239.9	261.5	286.7	315.7	345.7	378.5	414.4	445.1
Government revenue	91.7	112.6	125.9	139.7	154.3	172.5	194.6	221.8	253.5	290.4
Debt service	3.3	2.9	2.8	3.6	3.6	4.0	5.6	6.2	4.8	4.9
Net Foreign Assets Central Bank	195.5	223.6	251.8	280.7	312.8	351.9
CFAF/SDR (period average)	805.3	785.4	783.2	782.4	784.3	788.0	788.0	788.0	788.0	788.0
Quota (SDR)	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4	28.4

Source: IMF staff estimates and projections.

Tabela 10. Guiné-Bissau: Tabela de Indicadores Comuns Necessários à Supervisão

	Data da observação mais recente	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência do reporte ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de Câmbio			D	D	D
Ativos de Reservas Internacionais e Passivos relacionados com as Reservas das Autoridades Monetárias ¹	Junho 2017	20 set 2017	M	M	M
Base Monetária	Junho 2017	20 set 2017	M	M	M
Massa Monetária	Junho 2017	20 set 2017	M	M	M
Balanço do Banco Central	Junho 2017	20 set 2017	M	M	M
Balanço Consolidado do Sistema Bancário	Junho 2017	20 set 2017	M	M	M
Taxas de Juro ²	Junho 2017	20 set 2017	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Agosto 2017	Out 2017	M	M	M
Receita, Despesa, Balança e Composição do Financiamento ³ – Governo Geral ⁴					
Receita, Despesa, Balança e Composição do Financiamento ³ – Governo Central	Junho 2017	5 ago 2017	M	T	T
Stock da Dívida Contraída ou Garantida pelo Governo Central ⁵	2016	5 ago 2017	M	T	T
Saldo da Conta Corrente Externa	2016	Maio 2017	A	I	I
Exportações e Importações de Bens e Serviços	2016	Maio 2017	M	I	I
PIB	2016	Set 2017	A	I	I
Dívida Externa Bruta	Junho 2017	5 ago 2017	M	T	T
Posição de Investimento Internacional ⁶	2015	Maio 2017	A	I	I

¹ Quaisquer ativos de reserva dados em garantia ou de alguma forma onerados devem ser especificados à parte. Igualmente, os dados devem incluir passivos de curto prazo associados a moeda estrangeira, mas liquidados por outros meios, assim como os valores nominais de derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, incluindo os associados a uma moeda estrangeira mas liquidados por outros meios.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas do mercado monetário e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento estrangeiro, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral (administração pública) é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e os governos provinciais e locais.

⁵ Incluindo composição da moeda e vencimento.

⁶ Inclui ativos financeiros externos brutos e posições de passivo face a não residentes.

⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

Anexo I. Recomendações da Consulta de 2015 ao Abrigo do Artigo IV

Recomendação do FMI	Resposta
<p>Fomentar a estabilidade política. Implementar reformas do setor da segurança e estruturais para reforçar as instituições e aumentar a responsabilidade orçamental.</p>	<p>As tensões políticas permaneceram elevadas, com disputas sobre a implementação do Acordo de Conacri de finais de 2016 mediado pela CEDEAO. No entanto, a situação de segurança tem estado calma e foram realizados progressos importantes no sentido da promoção do profissionalismo nas forças de segurança e de transparência na despesa em matéria de defesa. Registaram-se também bons progressos nas reformas que visam reforçar as instituições públicas e melhorar a responsabilidade orçamental, incluindo a adoção de um novo regulamento que clarifique a entidade de contração de dívida.</p>
<p>Alargar a base de receitas internas. Aumentar a mobilização de receitas através do alargamento da base tributária, reforço da administração fiscal e aduaneira e racionalização das isenções fiscais.</p>	<p>A administração fiscal e aduaneira foi reforçada. As autoridades alargaram o sistema informático de gestão fiscal (SYDONIA ++) a um importante posto fronteiriço em Bissau e contrataram funcionários adicionais para a administração fiscal. Paralelamente, introduziram novas faturas de vendas uniformizadas e atribuíram números de identificação fiscal a muitos contribuintes.</p>
<p>Melhorar a gestão da despesa pública e desenvolver capacidades de gestão da dívida. Reforçar o planeamento dos compromissos de despesa, execução orçamental e controlo. Reformar a unidade de dívida e melhorar a fiscalização da dívida e as capacidades de gestão.</p>	<p>As autoridades reforçaram consideravelmente a gestão das finanças públicas desde finais de 2016. O Comité de Tesouraria reúne-se duas vezes por semana e está a aprovar todos os compromissos de despesa tendo em conta os recursos disponíveis. As práticas de despesa que contornam os procedimentos aprovados foram eliminadas e novos atrasados internos foram evitados.</p>
<p>Fomentar a criação de emprego e a diversificação económica. Melhorar o ambiente de negócios através da simplificação dos controlos e procedimentos governamentais e do aumento da eficiência das iniciativas públicas no setor do caju.</p>	<p>O mal gerido Fundo de Promoção da Industrialização de Produtos Agrícolas (FUNPI) foi encerrado após uma auditoria das suas operações. O fornecimento de eletricidade melhorou e estão em curso medidas para melhorar a gestão da EAGB.</p>
<p>Restaurar a estabilidade financeira. Abordar a subcapitalização dos bancos com problemas em linha com as melhores práticas internacionais. Não recorrer aos escassos fundos do governo para a intervenção.</p>	<p>O mal concebido resgate bancário de 2015 constituiu um grande revés à boa governação, mas as autoridades tomaram medidas firmes para reverter as transações.</p>

Anexo II. Fortalecimento das Capacidades num Contexto de Fragilidade

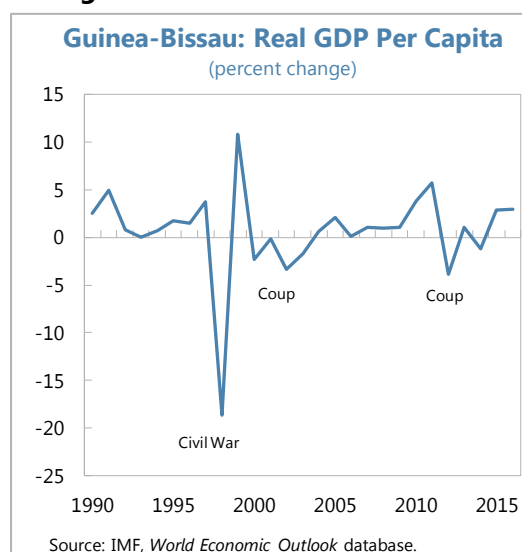
A instabilidade política e as frequentes mudanças de governo enfraqueceram as instituições e atrasaram as reformas. No atual período de relativa estabilidade e estímulo de reformas, o FMI e outros parceiros de desenvolvimento estão a apoiar o país através de AT e de formação para melhorar a capacidade administrativa no domínio da mobilização de receitas, gestão das finanças públicas e gestão da dívida. O programa de fortalecimento das capacidades está interligado à supervisão e às prioridades do programa.

A. Enquadramento

1. A Guiné-Bissau encontra-se entre os países mais frágeis do mundo. Desde a

independência em 1973, o país passou por uma guerra civil (em 1998–99) e por uma série de golpes com consequências acentuadamente negativas para a economia do país e o tecido social.

2. Os conflitos e a instabilidade política entravaram o desenvolvimento das instituições económicas e enfraqueceram a capacidade administrativa. O histórico de golpes e governos impulsionados pela busca de rendas prejudicaram importantes decisões e reformas económicas. Instituições fracas, elevada incerteza política e uma baixa mobilização de recursos são as principais características da fragilidade na Guiné-Bissau.



3. A restauração de um regime civil pacífico em 2012 representou uma nova esperança.

Na sequência do restabelecimento das funções executivas normais após o golpe de Estado de abril de 2012, realizaram-se eleições gerais com sucesso em abril-maio de 2014. Isto definiu o contexto para os esforços de reforma e de envolvimento com parceiros de desenvolvimento. O Conselho de Administração do FMI aprovou uma linha de crédito rápido (RCF) para a Guiné-Bissau em novembro de 2014. Em março de 2015, numa mesa-redonda em Bruxelas, os doadores garantiram assistência num montante total de cerca de USD 1,5 mil milhões para apoiar o plano de desenvolvimento a 10 anos do país. O atual programa apoiado pela ECF foi aprovado em julho de 2015.

4. Não obstante a situação de segurança se tenha mantido calma, a instabilidade política subsiste e os progressos no sentido da agenda de desenvolvimento têm sido esporádicos. As divisões no seio do partido PAIGC levaram a quatro alterações de governo entre meados de 2015 e finais de 2016. A primeira parte deste período coincidiu com os problemáticos resgates bancários e reveses à gestão eficaz da tesouraria, o que provocou a derrapagem do programa apoiado pela ECF e degradou o apoio dos parceiros de desenvolvimento.

B. Fomentar a Resistência através do Fortalecimento das Capacidades

5. O período desde finais de 2016 foi de relativa estabilidade política e de forte estímulo às reformas económicas. Apesar de o Presidente Vaz estar a ser instado a aceitar um governo de consenso, em linha com o Acordo de Conacri mediado pela CEDEAO de outubro de 2016, 2017 tem sido um ano de relativa calma. Durante este período e sob a orientação de um novo Ministro das Finanças, o programa apoiado pela ECF regressou ao bom caminho e as atividades de AT receberam um novo impulso. O atual ambiente representa uma janela de oportunidade para avançar com as reformas e melhorar as políticas económicas.

6. O FMI está a assumir um papel de liderança no fortalecimento das capacidades das instituições económicas da Guiné-Bissau. A AT e as atividades de formação visam alcançar os principais objetivos do programa apoiado pela ECF através de um fortalecimento das capacidades mais alargado, que vai da ajuda à implementação de sistemas para a compilação e disseminação de dados ao reforço de instituições fundamentais ao CBC/FT, como a Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF), passando pelo apoio da reforma de políticas. As atividades do FMI são coordenadas com outros parceiros de desenvolvimento (principalmente o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Europeia e o Banco Mundial) com vista a melhorar a eficácia e minimizar a duplicação.

7. O fortalecimento das capacidades está interligado à supervisão e centra-se nas reformas. A [Estratégia de desenvolvimento de capacidades para a Guiné-Bissau](#) do FMI identifica a administração tributária, a gestão das finanças públicas, a gestão da dívida e a melhoria das estatísticas como as principais prioridades de assistência técnica (AT) e da formação a prestar pelos Departamentos de AT do FMI e pelo AFRITAC Ocidental. Para o EF 2018, o plano de AT inclui:

Prioridades	Objetivos	Principais Recomendações
Gestão das Finanças Públicas	Melhorar a previsão, execução e controlo orçamental	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar todas as despesas no sistema de gestão financeira (SIGFIP), antes do pagamento. • Reforçar a capacidade da nova unidade na Direção-Geral do Orçamento e atualizar as projeções do início do ano no segundo semestre do ano. • Elaborar e enviar atempadamente ao Conselho de Ministros uma proposta de orçamento para 2018. • Adotar uma abordagem-piloto no sentido da elaboração de orçamentos por programas, selecionando alguns ministérios setoriais, e iniciar a classificação das despesas por ações. • Alargar o horizonte de programação financeira, priorizando as despesas e fornecendo informação às unidades de execução do orçamento. • Simplificar o procedimento de execução do orçamento e manter a verificação financeira no seio do SIGFIP.
Política Fiscal	Atualizar as políticas fiscais e rever as taxas	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as políticas tributárias selecionadas (incluindo a tributação das PME) e delinear planos para o processamento de reformas mais abrangentes da política fiscal.

Prioridades	Objetivos	Principais Recomendações
Administração Aduaneira	Melhorar a arrecadação de impostos e direitos, assegurar o controlo aduaneiro e facilitar o comércio legítimo	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade da unidade responsável pela auditoria da avaliação do valor dos bens. • Reforçar as principais funções aduaneiras, incluindo a avaliação e gestão de riscos.
Administração Tributária	Reforçar o desempenho administrativo, aumentar os níveis de conformidade e melhorar a arrecadação de receitas.	<ul style="list-style-type: none"> • Definir uma estratégia de conformidade baseada no risco. • Garantir os recursos necessários às operações da administração tributária. • Implementar o plano estratégico de TI para apoiar os principais processos.
Administração Tributária		<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que os contribuintes estão registados e inseridos no sistema de TI. • Desenvolver e implementar uma política para gerir os atrasados fiscais. • Reforçar os processos fundamentais, como registo, preenchimento e pagamento. • Atualizar as práticas de auditoria para melhorar a conformidade. • Reforçar a unidade de grandes contribuintes.
Gestão da Dívida	Melhorar a capacidade da Direção da Dívida do Ministério das Finanças e assegurar a consistência entre as projeções da dívida e os orçamentos anuais/projeções orçamentais.	<ul style="list-style-type: none"> • Dar formação aos funcionários da Direção da Dívida para o desempenho das tarefas de controlo de operações e fundos públicos. • Reafetar pessoal com base na nova organização dos serviços. • Atualizar o manual de procedimentos. • Finalizar um projeto de diploma sobre a criação e o funcionamento de um comité de gestão da dívida. • Instalar o SYGADE 6.0 com o apoio do Banco Mundial e da CNUCED.
Estatísticas Económicas	Melhorar a compilação e disseminação	<ul style="list-style-type: none"> • Publicar os dados das contas nacionais finais de 2016 até março de 2018, e os dados provisórios relativos a 2017 até agosto de 2018. • Reforçar a capacidade institucional do INE. • Conceber um modelo para o CsPro para processar dados de inquéritos. • Migrar para o MS Excel para o processamento de dados de inquéritos. • Concluir o inquérito às famílias que está em curso sobre emprego, setor informal e despesa. • Usar o modelo MS Excel para o processamento das demonstrações financeiras desenvolvidas pelos peritos da AT. • Compilar os dados necessários para produzir um índice de produção industrial. • Envolver o Ministério das Finanças no sentido de conceber uma estrutura organizacional revista do INE.

Após o EF 2018, a estratégia de desenvolvimento de capacidades será orientada pelos progressos relativos às prioridades do EF 2018. Além disso, o corpo técnico está a explorar as opções para o estabelecimento de ligações de aprendizagem com pares em países vizinhos como Cabo Verde, com vista a desenvolver sinergias e disponibilizar às autoridades da Guiné-Bissau exemplos do fortalecimento das capacidades em primeira mão.

8. A estratégia de reformas está sujeita a riscos, incluindo a instabilidade política e a fraca capacidade de absorção. As autoridades estão entusiasmadas em receber AT e são de opinião de que, neste contexto, a prestação de AT deverá ter uma forte presença no terreno, destacando a formação e os consultores de longo prazo. A adaptação cuidadosa da agenda de AT às circunstâncias e às necessidades específicas do país deve ajudar a mitigar alguns dos riscos.

Anexo III. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Fonte de Riscos	Probabilidade	Impacto Esperado	Recomendações
Riscos Internos			
Maior instabilidade política	Elevada	Elevado. A incerteza e preocupações relativas à segurança afetam o investimento privado; reveses ao reforço das instituições públicas.	Concentrar-se na manutenção da estabilidade macro-orçamental. Avançar com as reformas do setor da segurança. Preservar a despesa essencial para fomentar a coesão social.
Instabilidade bancária decorrente dos elevados níveis de créditos mal parados, da subcapitalização e do resgate por resolver	Média	Elevado. Extensão de crédito prejudicada, reduzindo o investimento e o crescimento; possibilidade de passivos contingentes para o governo para além das pressões orçamentais.	Intensificar a supervisão bancária e a aplicação da regulamentação prudencial. Melhorar os processos e procedimentos bancários de cobrança de dívidas e garantias.
Reveses à GFP e à mobilização de receitas	Média	Elevado. Menores recursos para a necessária despesa social e de investimento; a sobrecarga da dívida pública pode aumentar.	Acelerar a implementação da estratégia de desenvolvimento de capacidades. Aumentar a eficiência das despesas do Governo.
Continuação das deficiências nas empresas públicas	Média	Médio. Fornecimento escasso e oneroso de eletricidade e água; passivos contingentes do governo que aumentam as pressões orçamentais.	Implementar uma estratégia credível para melhorar a gestão das empresas públicas. Reforçar a fiscalização e a supervisão.
Riscos Externos			
Movimentos adversos dos termos de troca	Média	Elevado. As receitas do setor privado ficam sob pressão, abalando a atividade económica; as receitas públicas diminuem deixando menos espaço às despesas prioritárias.	Criar margens de proteção para melhorar a resistência. Fomentar os esforços de diversificação. Assegurar ajustes atempados dos preços dos combustíveis no retalho e da eletricidade.

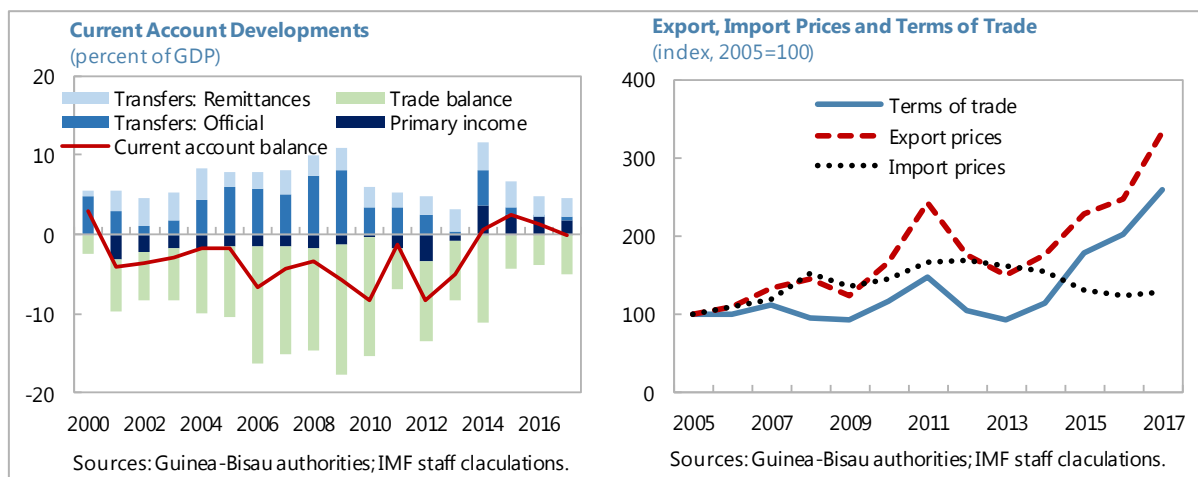
¹ A Matriz de Avaliação do Risco (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10 por cento; "média" = probabilidade entre os 10 e 30 por cento e "elevada" = probabilidade entre os 30 e 50 por cento). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente.

Anexo IV. Avaliação da Estabilidade Externa

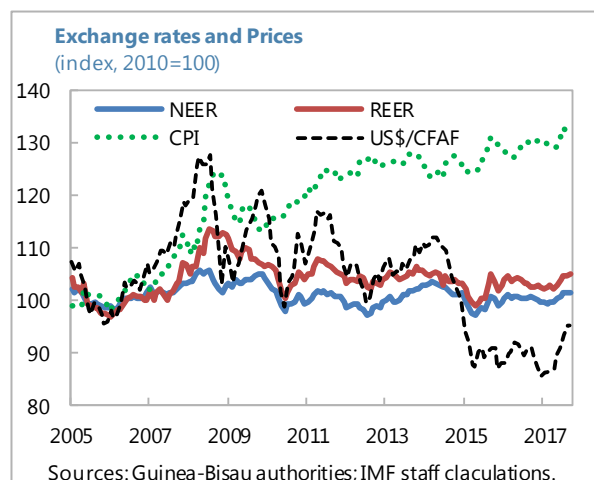
A posição externa da Guiné-Bissau é mais sólida do que o sugerido pelos fundamentos, o que reflete desenvolvimentos dos termos de troca fortes e positivos. As metodologias EBA-lite indicam uma subavaliação moderada da taxa de câmbio, sujeita às incertezas dos dados. A conta corrente registou excedentes sem precedentes na Guiné-Bissau nos últimos três anos. As exportações dependem fortemente da castanha de caju e têm beneficiado de preços internacionais mais elevados; a competitividade nas restantes áreas é fraca.

A. Desenvolvimentos do Setor Externo

1. A posição externa da Guiné-Bissau melhorou significativamente desde 2012–13. A conta corrente passou de um défice de 8,4 por cento do PIB em 2012 para um excedente de, em média, 1,5 por cento do PIB em 2014–16. O movimento reflete um aumento no volume das exportações de castanha de caju e uma melhoria acentuada dos termos de troca. Com a subida do preço da castanha de caju de 40 por cento no período 2012–16, em termos acumulados, e a descida dos preços dos combustíveis e de outros produtos importados, os termos de troca do país melhoraram 80 por cento neste período.



2. Com o franco CFA indexado ao euro, a taxa de câmbio efetiva real (TCER) permaneceu, em geral, inalterada desde 2010, com movimentos principalmente devido aos da taxa de câmbio euro/dólar dos Estados Unidos. Os movimentos da TCER na Guiné-Bissau tendem a seguir os da taxa de câmbio efetiva nominal (TCEN), dado que o diferencial de inflação com os parceiros comerciais é relativamente pequeno. A TCER registou uma depreciação de cerca de 6 por cento desde o seu máximo em 2008, mas continua com uma maior apreciação do que nos anos de 1990.



B. Avaliação Usando a Metodologia EBA-Lite

3. A posição da conta corrente da Guiné-Bissau é avaliada usando a metodologia EBA-lite. A metodologia EBA-lite inclui três abordagens (conta corrente, taxa de câmbio efetiva real (TCER) e sustentabilidade externa) que podem ser usadas para avaliar o desalinhamento da taxa de câmbio. As abordagens da conta corrente e da TCER baseiam-se em regressões em painel que geram “normas” estimadas consistentes com os fundamentos e as políticas desejáveis.

Guinea-Bissau: External Balance Assessment		
Methodology	CA gap (percent GDP)	REER gap (percent)
EBA-lite Current account (CA) approach	3.5	-7.2
EBA-lite External sustainability (ES) approach	3.2	-6.2
EBA-lite Real effective exchange rate (REER) approach		-9.0

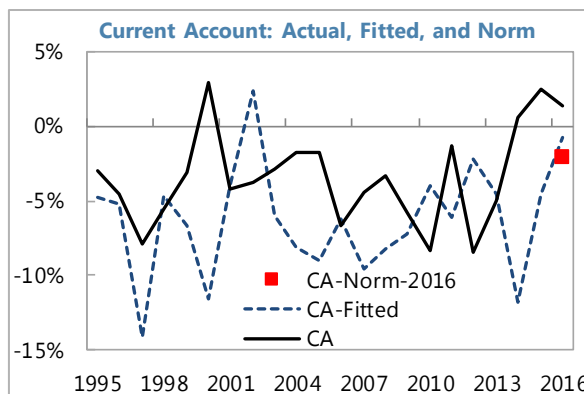
Note: A positive CA gap indicates undervaluation. A positive REER gap indicates overvaluation. Estimates are based on data available as of October 2017.

4. Uma aplicação das metodologias EBA-lite sugere uma subavaliação moderada da moeda na ordem dos 5–10 por cento. Estas estimativas devem ser interpretadas com cautela. A abordagem da TCER sugere a maior subavaliação, mas a estimativa não é estatisticamente significativa. Em termos mais gerais, os dados da Guiné-Bissau, inclusive aqueles relacionados a suas estatísticas da balança de pagamentos, estão associados a um grau elevado de incerteza. Além disso, com base nos coeficientes estimados para um grande painel de países, os modelos da conta corrente e da TCER não capturam totalmente as implicações da elevada dependência do caju por parte da Guiné-Bissau ou o facto de se tratar de um país membro de uma união monetária com uma taxa de câmbio fixa frente ao euro.

Abordagem da conta corrente

5. A abordagem da conta corrente compara a conta corrente atual de 2016 a uma norma de conta corrente que recorre a um valor adequado para a conta corrente derivado de uma equação de variáveis fundamentais, que é depois ajustado para um desfazamento de “política” para refletir os ajustes desejados aos controlos de capital, reservas, crédito privado e saldo orçamental.

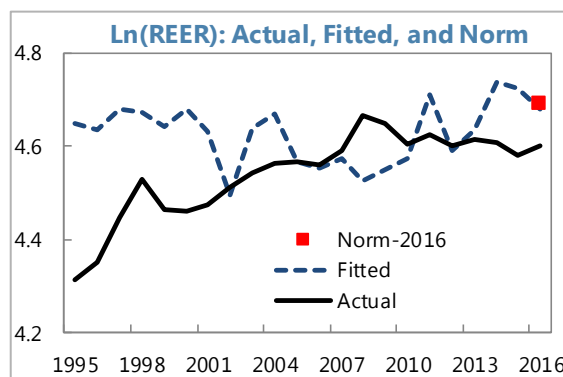
CA approach Summary			
CA-Actual	1.3%		
CA-Norm	-2.2%	CA-Fitted	-0.7%
CA-Gap	3.5%	Residual	2.0%
Elasticity	-0.49	Policy gap	1.5%
REER Gap	-7.2%		
Cyclical Contributions			0.5%
Cyclically adjusted CA			0.8%
Cyclically adjusted CA Norm			-2.7%



6. Com base nessa metodologia, a orientação da conta corrente da Guiné-Bissau em 2016 é moderadamente mais sólida do que seria de inferir pelos seus fundamentos. A referência da conta corrente implícita é -2,2 por cento, dos quais 1,5 por cento do PIB decorrem do desfasamento de política e os outros 0,7 por cento dos fundamentos macroeconómicos da Guiné-Bissau e de fatores temporários e estatísticos. O saldo da conta corrente registou um excedente de 1,3 por cento do PIB em 2016. O desalinhamento implícito da conta corrente é de 3,5 por cento do PIB, o que envolve uma apreciação de 7,2 por cento da TCER com uma elasticidade da conta corrente a movimentos na taxa de câmbio real de -0,49 (Tokarick, 2010).⁶

Abordagem da TCER

7. A abordagem da TCER centra-se diretamente na taxa de câmbio enquanto variável dependente. Trata-se de um modelo de forma reduzida (com base na regressão da TCER das ferramentas EBA-lite) e calcula um valor ajustado da taxa de câmbio efetiva real enquanto uma função de um conjunto de variáveis económicas que provocam desvios persistentes da paridade do poder de compra no longo prazo, tais como termos de troca, produtividade, ajuda e remessas. Estima-se que a TCER da Guiné-Bissau esteja subavaliada em 9 por cento em 2016. Este resultado decorre de termos de troca mais elevados. Acumulações de reserva superiores moderaram a sobrevalorização da TCER.



Abordagem de sustentabilidade externa

8. A abordagem de sustentabilidade externa determina o nível do saldo da conta corrente necessário para estabilizar a posição dos ativos externos líquidos no seu nível atual. O rácio dos ativos externos líquidos em 2015 (últimos dados disponíveis) foi estimado em -16 por

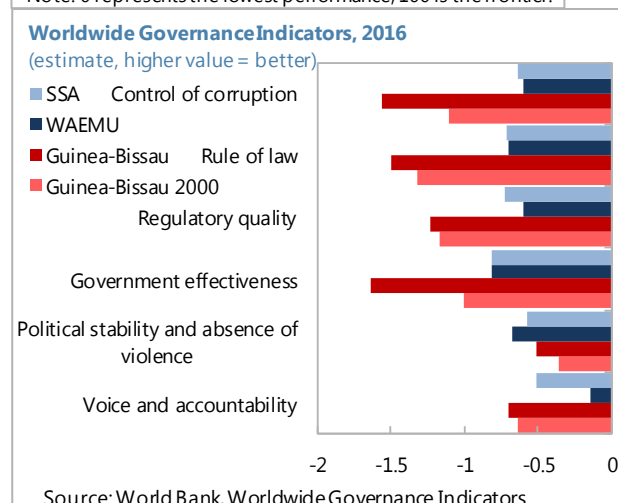
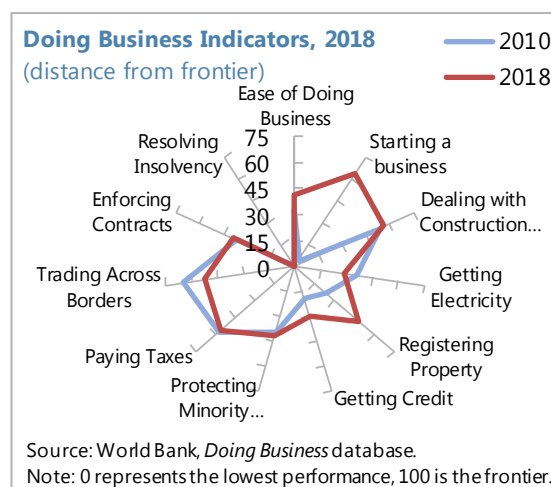
⁶ Stephen S. Tokarick (2010), A Method for Calculating Export Supply and Import Demand Elasticities, IMF Working Paper No. 10/180.

cento do PIB, uma posição de dívida líquida. Para evitar o crescimento deste endividamento, o défice da conta corrente não deve ser superior a -6 por cento do PIB. Se se utilizar o nível atual da conta corrente no médio prazo, o desfasamento da conta corrente é de 3,2 por cento do PIB e a eliminação do nível de estabilização dos ativos externos líquidos requereria uma apreciação modesta da TCER de 6 por cento. A abordagem de sustentabilidade deve ser interpretada com cautela, uma vez que os dados da PII são de menor qualidade do que as estatísticas da balança de pagamentos. A sustentabilidade externa não representa atualmente uma grande preocupação para a Guiné-Bissau.

Síntese da abordagem de sustentabilidade externa				
	CA norm (% of GDP)	Underlying CA (% of GDP)	CA gap	REER gap
Scenario 1: Stabilizing net IIP at 16% of GDP	-6.1	-2.9	3.2	-6.2
Scenario 2: Stabilizing net IIP at -60% of GDP	-9.2	-2.9	6.3	-12.1
Scenario 2: Stabilizing net IIP at -60% of GDP in 2035	-10.1	-2.9	7.2	-14.0

C. Competitividade Estrutural

9. O clima de negócios da Guiné-Bissau melhorou nos últimos anos mas permanece desafiante. De acordo com o índice *Doing Business* do Banco Mundial, a maior melhoria desde 2010 foi realizada nas áreas da constituição de uma empresa e de registo de propriedade. A melhoria relativa à constituição de uma empresa verificou-se quando a Guiné-Bissau estabeleceu um guiché único, eliminando o requisito de uma autorização de funcionamento, e simplificou o método de apresentação dos registos criminais e a publicação da notificação de registo. A transferência de propriedade tornou-se mais fácil devido a um imposto reduzido de registo imobiliário e a um maior número de cartórios que tratam transações imobiliárias. Em 2016, a Guiné-Bissau melhorou o seu sistema de informação de crédito através da introdução de regulamentos que regem a autorização e o funcionamento das agências de crédito nos Estados-Membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e do lançamento de uma nova agência de crédito.



Simultaneamente, o comércio transfronteiras tornou-se mais difícil, sobretudo devido ao custo mais elevado da exportação e importação de bens. Os principais estrangulamentos ainda são a obtenção de crédito e de eletricidade; demora 4 vezes mais obter eletricidade na Guiné-Bissau do que no restante da África Subsaariana. Não obstante as diferentes melhorias, a Guiné-Bissau ainda apresenta as pontuações mais baixas da UEMOA.

10. As instituições e políticas da Guiné-Bissau estão classificadas, de forma consistente, como mais fracas do que as dos outros países da UEMOA. De acordo com os Indicadores Mundiais de Governança, a governança deteriorou-se na Guiné-Bissau em todas as 6 categorias desde 2010, incluindo no que se refere aos pares na região.

D. Conclusões

11. Embora não existam evidências fortes de desalinhamentos significativos da taxa de câmbio, a posição externa da Guiné-Bissau permanece vulnerável a uma série de riscos. O país apresenta uma pontuação especialmente baixa nos cinco indicadores de risco utilizados no modelo EBA-lite, e três dos cinco indicadores (condições socioeconómicas, perfil de investimento e corrupção) deterioraram-se desde 2010. Ademais, a elevada concentração nas exportações de caju torna o país vulnerável a flutuações dos preços internacionais, bem como às condições climáticas, o que gera um risco para a estabilidade externa. Além disso, a elevada dependência de arroz e petróleo importados torna o país vulnerável ao aumento dos preços desses bens.

Apêndice I. Carta de Intenções

Bissau, Guiné-Bissau
17 de Novembro de 2017

Exma. Senhora
Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431, EUA

Exma. Senhora,

1. O Governo da Guiné-Bissau continua fortemente empenhado no programa económico apoiado pela Facilidade Alargada de Crédito (FAC) de três anos, aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 10 de Julho de 2015. O nosso programa económico continua focado na revitalização das nossas instituições e no reforço do clima empresarial para promover um crescimento forte. O Governo sente-se encorajado pelos bons resultados registados até à data e reafirma o seu compromisso com a FAC.
2. O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) anexo actualiza o MPEF de 17 de Junho de 2017. Descreve os recentes desenvolvimentos económicos e resume o progresso feito na implementação das nossas políticas e medidas estruturais, ao abrigo do programa apoiado pela FAC. Tal como explica o MPEF, respeitámos todos os critérios de desempenho e metas indicativas para o final do mês de Junho de 2017. Cumprimos também todos os parâmetros estruturais, excepto o reporte financeiro da empresa pública EAGB e a instalação e utilização de software de gestão da dívida, os quais sofreram um atraso devido a desafios ao nível da capacidade administrativa. O MPEF delinea também as nossas políticas macroeconómicas e medidas estruturais para 2017/18, incidindo também sobre a implementação das recomendações, a mais longo prazo, resultantes da consulta do Artigo IV de 2015, para promover o crescimento e a inclusão financeira e para reduzir a pobreza.
3. A retoma da actividade económica desde as eleições de 2014 não só continuou, como se consolidou. As exportações beneficiaram de um desenvolvimento favoráveis dos termos comerciais, devido sobretudo ao aumento do preço do caju. Os saldos orçamentais estão a melhorar, devido à mobilização reforçada de receita e à gestão prudente da despesa. A base do crescimento económico está a tornar-se mais ampla, sustentada por um maior investimento. A expansão do crédito privado, após uma contração em 2014/15, está a servir de base à inclusão financeira, pese embora a persistência de desafios ligados ao elevado nível de crédito malparado.
4. Prevemos, no médio prazo, continuar a forte produção de castanha de caju e apoiar políticas internas capazes de promover o progresso económico. Projectamos que a taxa de crescimento real do PIB se situe por volta dos 5 por cento ao ano, à medida que melhoramos o clima empresarial e atingimos o potencial económico do país, em áreas tais como a agricultura, as pescas e o turismo.

As posições orçamental e externa continuarão a melhorar, sustentadas por políticas económicas prudentes. Além disso, a nossa abordagem cautelosa relativamente ao financiamento limitará o endividamento público e ajudará a reforçar a estabilidade macroeconómica.

5. O Governo irá zelar pela integridade das finanças públicas, para apoiar a estabilidade macroeconómica e prevenir riscos para a agenda de desenvolvimento. Prosseguiremos com as nossas políticas de zero despesas não-titularizadas, zero novos atrasados e zero crédito bancário interno líquido dos bancos comerciais ao Governo. Evitaremos empréstimos em condições não-concessionais em moeda estrangeira, trabalhando em estreita colaboração com os parceiros de desenvolvimento, tendo em conta as necessidades ao nível das infra-estruturas e outros investimentos. Além disso, continuaremos a reforçar a capacidade de gestão da dívida e a resolver rapidamente os atrasados externos e internos pendentes.

6. Para promover a estabilidade do sistema bancário, estamos a trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas, para garantir o cumprimento dos requisitos prudenciais por parte dos bancos, nomeadamente o novo capital mínimo. Estamos empenhados na resolução transparente e célere dos anulados resgates bancários de 2015. Todas as intervenções no sector estarão em conformidade com as melhores práticas internacionais e, caso necessária, qualquer intervenção governamental directa será temporária e procurará minimizar o custo para o Tesouro.

7. Com base nestas políticas e nos resultados obtidos relativamente às metas do final de Junho de 2017, conforme descritas no MPEF, o Governo solicita a conclusão da quarta avaliação ao abrigo do programa apoiado pela FAC e revisão das garantias de financiamento relacionadas.

8. O Governo crê que as medidas e políticas delineadas no MPEF anexo são adequadas à consecução dos objectivos do programa. Todavia, permanece disponível para tomar medidas adicionais que se possam revelar necessárias a este fim. Para garantir uma implementação bem-sucedida do nosso programa económico, manteremos um estreito diálogo político com o FMI e solicitaremos assistência técnica, conforme necessário. Antes de qualquer revisão das políticas definidas no MPEF anexo, de acordo com os procedimentos do FMI a respeito, consultaremos o FMI sobre a adopção de eventuais medidas. Além disso, continuaremos a fornecer ao FMI informações e dados que permitam o acompanhamento das políticas e reformas objecto do programa.

9. O Governo autoriza a publicação desta carta, seus anexos e relatório pertinente do corpo técnico, incluindo a sua publicação no sítio na internet do FMI, de acordo com os seus procedimentos.

Atentamente,

/s/

João Alage Fadia

Ministro da Economia e Finanças

Guiné-Bissau

Anexos: I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
II. Memorando Técnico de Entendimento.

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Bissau, 17 de Novembro de 2017

CENÁRIO

1. O Governo permanece inteiramente empenhado na implementação do programa económico e financeiro de três anos (2015–18) apoiado pelo Fundo Monetário Internacional ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (em inglês, ECF).¹ Com a terceira avaliação realizada em Julho,² o programa visa consolidar a estabilidade macroeconómica e progredir nas reformas estruturais para sustentar serviços públicos eficientes, o desenvolvimento do sector privado e o crescimento inclusivo. A situação em termos de segurança manteve-se calma, mas as tensões políticas impediram o funcionamento regular da Assembleia Nacional desde o final de 2015 impedindo assim a aprovação de novas leis. Apesar disso, existe um Governo em funções liderado pelo Primeiro-Ministro, Umaro Sissoco Embaló, e a agenda de reformas avança a um ritmo constante.

2. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) vem suplementar o MPEF de 17 de Julho de 2017. Apresenta a nossa evolução no cumprimento dos critérios de desempenho e outras metas ao abrigo do mecanismo trienal da ECF e descrever as políticas económicas e financeiras e as reformas estruturais para 2017 e 2018.

EVOLUÇÕES ECONÓMICAS RECENTES

3. A actividade económica permaneceu pujante. O crescimento real do PIB de 2015 e 2016 foi ajustado de 5,1 por cento nos dois anos para 6,1 por cento em 2015 e 5,8 por cento em 2016. Estes ajustes refletem mais informação ao nível dos dados e beneficiaram da assistência técnica do FMI. Impulsionado por maiores receitas da produção de castanha de caju e o aumento do investimento privado e público, projecta-se um crescimento real do PIB de 5,5 por cento em 2017. A média da inflação dos preços no consumidor foi de 1,5 por cento por ano em 2015–16 e deverá subir ligeiramente para uma taxa média anual de 2,2 por cento em 2017, espelhando assim um aumento a meio do ano no preço do arroz e outros alimentos, que resultou de maior procura devido ao aumento dos rendimentos.

4. A produção da castanha de caju beneficiou de preços recorde. Como resultado dos preços internacionais elevados e das políticas internas destinadas a estimular a concorrência e limitar o contrabando, a produção aumentou das 191 mil toneladas estimadas para 2015, para 207 mil toneladas em 2016, estimando-se em 189 mil toneladas em 2017. Uma proposta de lei, que teria impedido os comerciantes estrangeiros de participar na comercialização da castanha de caju,

¹ [IMF Country Report No. 15/194. Guinea-Bissau: Request for a Three-Year Arrangement under The Extended Credit Facility—Staff Report.](#) (Relatório do FMI n.º 15/194. Guiné-Bissau: Pedido de Acordo Trienal no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado — Relatório do Corpo Técnico)

² [IMF Country Report No. 17/228. Guinea-Bissau: Third Review Under the Extended Credit Facility Arrangement—Staff Report.](#) (Relatório do FMI n.º 17/228. Guiné-Bissau: Terceira Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado — Relatório do Corpo Técnico)

criou incertezas. A anulação desta proposta de lei, no início da campanha de 2017, eliminou as incertezas, ajudando a reactivar a actividade. Além disso, reflectindo os preços internacionais mais elevados, o preço de referência no produtor aumentou de FCFA 350 por kg, em 2016, para FCFA 500 por kg, em 2017 e o preço de referência de exportação subiu de USD 950 por tonelada, em 2016, para USD 1.150 por tonelada em 2017. Durante os primeiros oito meses de 2017, o preço médio de exportação alcançado foi de USD 1.949 por tonelada, comparado com uma média de USD 1.390 em 2016, o que resultou num aumento significativo das receitas totais de exportação, apesar do volume ligeiramente inferior da exportação de castanha de caju.

5. O excedente da conta corrente externa diminuiu. As receitas provenientes da castanha de caju aumentaram, mas outras exportações mantiveram-se a um nível moderado, tendo as exportações de madeira parado, devido à proibição da CITES. Para além disso, as importações aumentaram numa forma significativa, sobretudo os materiais de construção, reflectindo o aumento do rendimento dos consumidores e o crescimento do investimento. Assim, estima-se ter o excedente da conta corrente caído de 2,5 por cento do PIB em 2015 para 1,3 por cento do PIB em 2016, prevendo-se que seja 0 em 2017.

6. As receitas do Estado beneficiaram das tendências favoráveis na economia como também do reforço das administrações das alfândegas e das contribuições e impostos.

Os esforços constantes no sentido do aumento da mobilização de receitas, apoiados pela assistência técnica do FMI e outros parceiros, resultaram numa subida generalizada da arrecadação, tendo o rácio receita tributária sobre o PIB aumentado de 6,8 por cento em 2013 para 9,2 por cento em 2016. Na primeira metade de 2017, a receita tributária ultrapassou a meta do programa graças a uma marcada arrecadação de direitos aduaneiros, imposto sobre vendas e imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas. Além disso, a receita não-tributária e os donativos foram inesperadamente dinamizados pelo pagamento dum dividendo (0,7 por cento do PIB) pelo banco central regional (BCEAO) e um apoio orçamental (0,4 por cento do PIB) da Arábia Saudita. O total de receitas e subsídios, em conjunto, ficou em 2,6 por cento do PIB acima da meta para o final de Junho.

7. A gestão reforçada das finanças públicas contribuiu para a melhoria da nossa posição orçamental.

As reuniões do Comité de Tesouraria duas vezes por semana melhoraram consideravelmente a execução orçamental e o controlo das despesas. Durante 2017 continuámos a evitar DNT assim como atrasados internos e externos. Uma gestão da dívida mais eficaz contribuiu igualmente para a diminuição dos custos do crédito. Através da venda de Títulos do Tesouro no mercado regional foi possível reduzir os custos do crédito permitindo assim que até ao fim de Junho de 2017, praticamente todos os empréstimos e contas a descoberto nos bancos nacionais tivessem sido regularizados. As dívidas junto do BOAD também foram reestruturadas, com consequentes custos inferiores de serviço da dívida. Estas medidas contribuirão para a manutenção da despesa total, durante a primeira metade de 2017, bem em linha com a meta do programa (10,3 por cento do PIB, em comparação com os 9,8 por cento do PIB programados). Por consequência, o saldo total na base de compromissos registou um défice de 0,3 por cento do PIB, em comparação com o défice programado de 2,4 por cento do PIB. Em paralelo, e apesar de um

ligeiro aumento acima do planeado no pagamento de atrasados, (principalmente salários, bens e serviços e serviço da dívida) no montante de 0,3 por cento do PIB, o défice em numerário (0,4 por cento do PIB) ficou 2,2 por cento do PIB abaixo do programa.

8. Os parceiros de desenvolvimento continuam a financiar projectos mas falta apoio orçamental. Os subsídios e empréstimos destinados a financiar projectos de desenvolvimento continuam sensivelmente ao mesmo nível agregado desde 2014, destinando-se a aumentar a capacidade e colmatar a falta de infra-estruturas. Novos empreendimentos para 2017 incluem os projectos do Banco Mundial no sector energético e das telecomunicações. No entanto, os nossos principais parceiros de desenvolvimento – a UE, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento – não concedem apoio orçamental desde 2015.

9. O nível elevado de crédito mal parado no sistema bancário continua a limitar a intermediação financeira. O crédito privado (bruto de provisões) aumentou 6,1 por cento em 2016 e diminuiu 0,8 por cento (período homólogo) no final de Junho de 2017. Esta evolução um tanto fraca do crédito, apesar da retoma na actividade económica, explica-se pela aversão ao risco por parte dos bancos, dada a existência de um grande volume de crédito malparado. No final de Junho de 2017, o volume bruto de crédito malparado situou-se em 32 por cento do crédito líquido dos bancos; este valor continua muito elevado mas é inferior aos 39 por cento do final de 2014. Após as auditorias no local realizadas no final de 2016 e as recomendações oriundas da Comissão Bancária, os bancos aumentaram as suas provisões para cobrir 65 por cento do crédito malparado bruto no final de Junho de 2017, contra 46 por cento no final de 2016. Contudo, o esforço de provisionamento do crédito malparado, em conjunto com o insucesso dos accionistas em injectar capital, deixou um banco com capital significativamente abaixo do mínimo regulamentar de FCFA 10 mil milhões (anteriormente FCFA 5 mil milhões) que entrou em vigor no início de Julho.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

10. Foram cumpridos todos os critérios de desempenho para o final de Junho de 2017 (Quadro 1). O tecto da receita fiscal interna foi ultrapassado em 8 mil milhões de FCFA (24 por cento), graças à forte produção e preço do caju, à actividade económica robusta e a uma administração tributária e aduaneira vigilante. O crédito líquido dos bancos domésticos ao Governo Central ficou 8,9 mil milhões de FCFA abaixo do tecto previsto no programa. Além disso, em linha com os seus tectos zero, não houve dívida externa nem de curto prazo nem não-concessional, também não havendo acumulação de atrasados externos.

11. O desempenho relativamente às metas quantitativas indicativas também foi bom, tendo sido respeitados todos os indicadores. Não houve novos atrasados internos nem despesas não-tituladas no primeiro semestre de 2017, um reflexo do esforço envidado pelo Governo para melhorar a gestão das Finanças Públicas e respeitar o orçamento. Além disso, foi cumprido o limite inferior da despesa social e prioritária, assim como o limite superior do saldo primário interno, numa base de compromissos.

12. De modo geral, registaram-se bons progressos na implementação das medidas estruturais (Quadro 2). Foram cumpridos cinco dos sete parâmetros estruturais para os primeiros nove meses de 2017, conforme previsto. O Governo:

- preparou projecções mensais deslizantes de fluxo de caixa, em linha com o orçamento de 2017;
- preparou, conforme previsto para as operações no primeiro e segundo trimestres do ano, relatórios trimestrais sobre (i) a execução orçamental a nível ministerial, com detalhes sobre a classificação económica de despesas, e (ii) compromissos, acordos e desembolsos ao nível da dívida externa;
- concluiu, antes do prazo de 15 de Abril e com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA, a avaliação dos dois bancos afectados pelo resgate e recomendou um plano de acção para garantir que cumprem as normas prudenciais; e
- concebeu um projecto de diploma para regulamentar o comércio do caju, visando promover a produção e transformação do caju.

Dois dos parâmetros estruturais não foram concluídos dentro do prazo:

- Devido a limitações em termos de capacidade e a atrasos no reforço da gestão e supervisão financeira da empresa pública EAGB, o Governo não apresentou o relatório mensal sobre os fluxos financeiros da empresa, conforme previsto para Julho de 2017. Através do seu Projecto de Actualização de Emergência de Serviços de Água e de Electricidade, o Banco Mundial está a dar assistência nesta área e o primeiro relatório mensal regular foi publicado em Outubro de 2017. Uma auditoria à EAGB, a ser concluída até ao final de 2017, fornecerá mais informações sobre as finanças da empresa e contribuirá para a melhoria da qualidade do reporte financeiro.
- Não foi concluída a actualização do nosso software de gestão da dívida para a versão mais recente (SYGADE 6.0) em Setembro de 2017, conforme previsto, devido a problemas com o concurso público. Já foi, no entanto, concluída a aquisição da nova licença e o software actualizado estará operacional até ao final de 2017, com assistência técnica da UNCTAD.

13. De um modo mais geral, o Governo continua fortemente empenhado na agenda de reforma estrutural delineada no MPEF anterior. Os nossos objetivos de reforço da mobilização da receita, da gestão da despesa e da dívida, da prestação de serviços públicos e do clima empresarial permanecem inalterados. Comprometemo-nos de novo a implementar tempestivamente a agenda de reformas estruturais, prevista no âmbito do programa apoiado pela ECF.

PERSPECTIVAS E POLÍTICAS ECONÓMICAS DE MÉDIO PRAZO

A. Perspectiva Económica

14. Prevemos uma expansão económica robusta, alicerçada em políticas prudentes e uma gestão orçamental eficaz. O quadro macroeconómico actualizado prevê um crescimento real do

PIB de 5,5 por cento em 2017, o que significa uma revisão em alta da projeção anterior de 5 por cento, confirmando por sua vez o dinamismo da actividade verificado este ano. A médio prazo (2018-22) a taxa anual de crescimento manter-se-á em 5 por cento, com forte dinamismo na agricultura, na construção e nos serviços, alicerçado por uma melhoria no fornecimento de electricidade e um ambiente de negócios mais propício. Espera-se que o crédito privado cresça em média cerca de 3 por cento ao ano em 2017–18, em resposta à continuação da forte actividade económica e a medidas destinadas a promover a intermediação financeira. É de esperar que o défice da conta corrente se transforme num valor modesto, em média cerca de 3 por cento do PIB por ano no médio prazo, resultante do aumento do investimento. A inflação dos preços no consumidor deverá situar-se em média nos 2,5 por cento ao ano (abaixo do critério de convergência de 3 por cento da UEMOA).

15. Os défices orçamentais deverão manter-se bem controlados, apoiados por uma administração tributária vigilante e uma gestão das finanças públicas fortalecida. Projecta-se para 2017 um défice orçamental global (base de numerário) de 1,8 por cento do PIB. Este número é consistente com a meta zero do programa para o crédito líquido dos bancos domésticos, incluindo a emissão de um aval pelo Governo à Câmara Municipal de Bissau, no montante de 1,7 mil milhões de FCFA, para a construção de um novo mercado municipal, garantido pela receita dos vendedores, que será depositada numa conta de sequestro. O desempenho previsto exclui receitas da madeira confiscada e as compensações das pescas da UE (projectadas anteriormente em 0,8 por cento do PIB), uma vez que as negociações respectivas ainda não foram concluídas, contribuindo para uma redução em receitas não tributárias de 1,1 por cento do PIB, em comparação com o orçamento. Consideramos que o orçamento de 2018 deve ter como meta um défice em numerário de 2,3 por cento, um reflexo do aumento do investimento. O défice deverá, assim, manter-se, a médio prazo, muito abaixo dos critérios de convergência do UEMOA de 3 por cento do PIB. A posição orçamental será reforçada por melhorias contínuas nos procedimentos e práticas na gestão da tesouraria, com um olhar vigilante sobre a evolução da dívida pública. Assim, os projectos de infra-estrutura incluindo um aumento planeado na capacidade instalada de electricidade e construção de linhas de alta tensão de distribuição, assim como melhorias na rede viária do país e outros investimentos infra-estruturais, serão financiados na sua maioria por empréstimos concessionais e subvenções. Ao mesmo tempo, as despesas sociais serão orientadas para apoiar uma melhoria na prestação dos serviços de saúde e educação.

B. Políticas Económicas

16. O programa nacional de desenvolvimento a médio prazo (2014–18) continuará a orientar a nossa estratégia, coerente com os nossos objectivos de crescimento e redução da pobreza. O desenvolvimento do sector privado através da intermediação financeira saudável e melhorias que apoiam o ambiente de negócios serão essenciais para alcançar o crescimento inclusivo e sustentado. Em paralelo, reforçar a mobilização de recursos, incluindo dos nossos parceiros de desenvolvimento, é essencial para financiar adequadamente a agenda de desenvolvimento do país. Para sustentar esta política prioritária de médio prazo, o Governo

continuará a focar-se na melhoria do ambiente empresarial, promoção da política de transparência, boa governação, estado de direito e no melhor direccionamento dos apoios sociais.

Política Orçamental e Gestão das Finanças Públicas

17. A mobilização da receita é uma prioridade chave. Com este objectivo: reforçaremos a coordenação entre os serviços tributários e aduaneiros, com eficaz utilização da informação sobre os contribuintes; prosseguirá de uma forma determinada a recuperação dos impostos em atraso das empresas públicas; continuaremos a envidar denodados esforços no sentido da regulamentação dos procedimentos necessários à exportação da madeira confiscada; minimizaremos e racionalizaremos melhor as isenções e subvenções fiscais através da respectiva comissão no Ministério das Finanças; finalmente, ajustaremos regularmente os preços domésticos dos combustíveis e da electricidade, em linha com a evolução global dos preços do petróleo. A médio prazo, procederemos à avaliação das taxas fiscais e aduaneiras e seu ajustamento, se necessário, em linha com os nossos pares regionais.

18. As receitas serão apoiadas por medidas de reforço da administração fiscal e aduaneira. Uma comissão dedicada tem estado a analisar a utilização das isenções fiscais para reduzir a evasão. Em consequência, foram introduzidas medidas para aumentar o cumprimento, tendo-se identificado irregularidades e agido disciplinarmente. Em 2016, iniciámos a emissão de números de identificação fiscal e introduzimos a nova factura uniforme para grandes empresas. Ambas foram implementadas de uma forma abrangente (parâmetros estruturais (PE) até ao final de Setembro de 2017). Em Setembro de 2017, já foram atribuídos números de identificação fiscal a mais de 11.000 pessoas singulares e quase 2.000 empresas, sendo a factura uniforme utilizada por cerca de 400 empresas. Durante os restantes meses de 2017 e depois, o governo tomará as medidas necessárias para melhorar a arrecadação de receitas:

- elaborando relatórios trimestrais (com início em Setembro de 2017 para o desempenho em fins de Junho de 2017, posteriormente de três em três meses) sobre progressos alcançados na redução das isenções fiscais;
- concluindo o decreto-lei do regime do pequeno contribuinte, com a assistência técnica do FMI, de modo a melhorar a administração fiscal e facilitar o cumprimento das obrigações fiscais dos pequenos contribuintes (PE para Dezembro de 2017);
- alargando o SYDONIA a postos aduaneiros em todo o país, assegurando a sua utilização segura;
- acabando com a prática temporária de aplicação de taxas aduaneiras únicas a mercadorias importadas por via terrestre e passando para o regime tarifário geral;
- reforçando os controlos aduaneiros nos postos fronteiriços terrestres e colocando a ênfase em itens de alto valor tributário;
- criando e aplicando normas mais exigentes para os despachantes alfandegários.

19. A Gestão das Finanças Públicas (GFP) e a qualidade da despesa melhorarão focando-se em melhorias na gestão de tesouraria e reformas institucionais mais alargadas. Através do Comité de Tesouraria, o Governo tenciona reforçar o cumprimento das regras GFP a nível dos ministérios, alinhando as despesas com os recursos disponíveis. Neste sentido, o Governo:

- continuará a equipar e mandar o Comité de Tesouraria para regularizar tempestivamente todas as despesas, evitando a utilização de DNT e mantendo um limite constante de mil milhões de FCFA, para o *stock* vencido e um limite trimestral de 1 por cento de despesa corrente (tal como previsto pelo Plano de Tesouraria) em relação ao *fluxo* de DNT;
- continuará a evitar a acumulação de atrasados internos ou externos;
- alargará a utilização do sistema de gestão de informação (SIGFIP) para incorporar as partes das operações ao nível da receita que ainda não foram captadas;
- reforçará os procedimentos anuais de gestão orçamental, introduzindo procedimentos mais claros para verificação dos projectos de investimento, e tomando medidas credíveis para elaborar um quadro de despesas de médio prazo;
- consolidará as reformas na gestão de salários a médio prazo, com a introdução de uma política salarial que informe os aumentos anuais no sector público e contenha o crescimento da massa salarial;
- atribuirá prioridade à potencialização da gestão da despesa de capital, reforçando a base de dados de investimentos, elaborando uma matriz de prioridades de gastos a curto prazo, melhorando o sistema de avaliação formal de projectos assim como integrando as necessidades de manutenção infra-estrutural no orçamento recorrente;
- continuará a elaborar e avaliar tabelas mensais deslizantes de projeção de fluxos de caixa de Tesouraria, em linha com o orçamento para 2017 (PE para Dezembro de 2016 e posteriormente todos os meses), para orientar e informar as operações de Tesouraria; e
- propiciará a elaboração de relatórios trimestrais tempestivos, ao nível ministerial da execução orçamental, conjuntamente com pormenores da classificação económica das despesas. (PE para Dezembro de 2016 e trimestralmente a seguir).

20. A despesa será contida, em linha com a meta geral do défice e o critério de desempenho do programa de zero crédito bancário interno líquido ao Governo central. Para 2017 prevê-se uma despesa total de 17,5 por cento do PIB. Em 2018, planeamos um aumento na despesa total para 19 por cento do PIB. Além do mais, os pagamentos de transferências em 2018 serão inferiores aos de 2017, que incluíram um pagamento de 6,6 mil milhões de FCFA para cobrir uma garantia de dívida que foi executada. O espaço orçamental adicional resultante será orientado sobretudo para despesas de capital financiadas internamente, para cobrir necessidades prementes de infraestruturas e os custos (0,5 por cento do PIB) de organização das eleições parlamentares.

Políticas de Contração de Crédito e Gestão da Dívida

21. As melhorias técnicas, o reforço de capacidades e a renegociação da dívida estão a produzir resultados. A unidade de gestão da dívida foi reforçada, tendo sido convertida numa Direcção-Geral que reporta directamente ao Ministro das Finanças. Além disso, continuamos a melhorar o fluxo de informação entre a Direcção reforçada da dívida e o Tesouro e estamos a formar pessoal para aumentar a capacidade. Após os progressos alcançados o ano passado relativamente aos atrasados antigos da dívida externa, este ano conseguimos garantir o alívio da dívida, em termos próximos aos do Clube de Paris, para os atrasados do Exim Bank de Taiwan, Província da China. Além disso, pagámos metade dos nossos atrasados aos Emirados Árabes Unidos e está previsto o pagamento do valor remanescente até ao final do ano. Prosseguem as negociações com outros credores bilaterais sobre os outros atrasados antigos da dívida externa. O Governo tem estado a cumprir todas as suas obrigações remanescentes de pagamento da dívida externa.

22. As melhorias técnicas, o reforço de capacidades e a renegociação da dívida estão a produzir resultados. A unidade de gestão da dívida foi reforçada, tendo sido convertida numa Direcção-Geral que reporta directamente ao Ministro das Finanças. Além disso, continuamos a melhorar o fluxo de informação entre a Direcção reforçada da dívida e o Tesouro e estamos a formar pessoal para aumentar a capacidade. Após os progressos alcançados o ano passado relativamente aos atrasados antigos da dívida externa, este ano conseguimos garantir o alívio da dívida, em termos próximos aos do Clube de Paris, para os atrasados do Exim Bank de Taiwan, Província da China. Além disso, pagámos metade dos nossos atrasados aos Emirados Árabes Unidos e está previsto o pagamento do valor remanescente até ao final do ano. Prosseguem as negociações com outros credores bilaterais sobre os outros atrasados antigos da dívida externa. O Governo tem estado a cumprir todas as suas obrigações remanescentes de pagamento da dívida externa.

23. O Governo também está a reforçar a gestão da dívida interna. Para reduzir o peso financeiro dos empréstimos temporários, consolidámos os empréstimos pendentes, concedidos por bancos comerciais, em títulos do Tesouro e cancelámos todas as linhas de crédito com os bancos. Além disso, após o reescalamento bem sucedido de empréstimos, em Fevereiro deste ano, o Governo negociou uma maior concessionalidade nos empréstimos recentemente contraídos junto do Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD).

24. O próximo grande desafio será resolver o elevado stock de dívidas em atraso aos fornecedores internos. O montante total dos pedidos pendentes de pagamento de créditos em dívida excede 100 mil milhões de FCFA, dos quais 14 mil milhões correspondem ao saldo de uma primeira auditoria aos pedidos de pagamento de 1994-99, devendo ainda ser validados 86 mil milhões, correspondentes a uma segunda auditoria ao período de 2000-07. Para garantir cabal esclarecimento, o Governo pretende auditar todos os restantes pedidos de pagamento até setembro de 2018, devendo até final desse ano elaborar uma estratégia de reembolsos para liquidar os atrasados domésticos legítimos, após dedução de qualquer passivo fiscal dos beneficiários.

Promover uma Intermediação Financeira Sólida

25. Para reforçar a estabilidade financeira, o Governo está inteiramente empenhado em garantir o cumprimento das normas prudenciais. O Governo está a tentar facilitar uma resolução do resgate bancário anulado de 2015 que daria uma solução aos processos judiciais e abriria caminho à entrada de um investidor externo para injetar o capital necessário. A possibilidade de tal solução, porém, não reduz em nenhuma medida a necessidade de fiscalização mais vigorosa da aplicação das normas prudenciais. Apoiamos fortemente a acção célere e decisiva da Comissão Bancário regional e estamos prontos para auxiliar na aplicação das medidas.

26. O Governo está a tomar medidas para reforçar os mercados financeiros e melhorar a inclusão financeira. Para este efeito e com a assistência dos seus parceiros de desenvolvimento, o Governo levou a cabo iniciativas para desenvolver os mercados financeiros (incluindo para PME), promovendo também a utilização do sistema bancário (incluindo para transações de património imobiliário privado) para reforçar a intermediação financeira. Os incentivos para PME incluem, de acordo com as medidas adoptadas pelo Conselho de Ministros da UEMOA, em Setembro de 2015: (i) refinanciamento dos créditos financeiros do BCEAO sobre as PME elegíveis; e (ii) incentivos regulamentares aos bancos por crédito às PME elegíveis, incluindo uma ponderação reduzida dos créditos dessas empresas na determinação do cumprimento de rácios prudenciais. O Governo continuará a manter um registo de crédito para ajudar nas decisões bancárias e para melhorar o acesso ao crédito. Além disso, o Governo seguirá as recomendações do BCEAO e elaborará um plano nacional de inclusão financeira.

C. Outras Reformas Estruturais

27. Estamos empenhados em melhorar o desenvolvimento do sector privado num clima de negócios que promova uma concorrência saudável. Entre outras medidas, procuraremos alienar os ativos públicos previstos para privatização, incluindo a fábrica de transformação de fruta e legumes, perto de Safim, construída com um empréstimo do Exim Bank da Índia. Além disso, o limite máximo do preço do arroz, introduzido em Agosto, em resposta à subida forte dos preços, não será mantido para além do prazo inicialmente previsto de final de Dezembro.

28. O Governo está a agir vigorosamente para resolver as deficiências no sector da electricidade. Estamos a investir em nova capacidade de geração, com os empréstimos do BOAD e BADEA e ainda a reestruturar a EAGB com o apoio do Banco Mundial, para promover a responsabilização, limitação da deterioração financeira e melhoria do abastecimento e fiabilidade do fornecimento de electricidade. Esta reestruturação destina-se a transformar esta empresa numa entidade autónoma, operando ao abrigo de um contrato de serviços. Para este efeito, um plano de gestão melhorado vai ser submetido ao Conselho de Ministros, até Março de 2018 (novo parâmetro estrutural).

29. O Governo está a realizar auditorias a várias empresas públicas, para assegurar uma gestão financeira sólida e evitar passivos contingentes sobre recursos públicos. Estas incluem (i) Instituto Nacional de Segurança Social, (ii) ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), (iii) EAGB,

(iv) GuinéTelecom, (v) GuinéTel, (vi) APGB (Administração dos Portos de Guiné-Bissau), (vii) ARN (Autoridade Reguladora Nacional das TICS) e (viii) Fundo Rodoviário. Estas auditorias serão completas, abrangendo aspectos financeiros e de gestão, e estarão concluídas até ao final de 2017.

30. O Governo tomou medidas para assegurar a transparência nas despesas militares.

O mandato de auditoria sobre despesas militares foi concluído em 2016, sendo lançados em Agosto deste ano os convites à manifestação de interesse e prevêem-se os resultados das auditorias até Março de 2018. Além disso, as despesas militares continuam a serem orçamentadas e a sua execução obedece aos procedimentos normais, com quase todos os pagamentos de salários feitos através de transferência bancária directamente para os beneficiários.

Combate à Corrupção e à Renda Indevida (*rent seeking*)

31. O Governo continuará a promover e reforçar o quadro de combate à corrupção e à renda indevida, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Aprovámos o plano estratégico nacional de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (CBC/FT) e dotámos a Célula Nacional de Tratamento de Informação Financeira (CENTIF) de mais autonomia e de mais recursos financeiros para ajudá-la a cumprir o seu mandato. Em resposta, a CENTIF melhorou a disseminação de informação, através de um sistema de declarações electrónicas e com a assistência técnica do Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA). Urge continuar a envidar esforços para (i) incluir as casas de câmbio no sistema regulatório CBC/FT (incluindo através do licenciamento e da supervisão eficazes); (ii) exigir a aplicação de medidas de diligência reforçada a todas as pessoas politicamente expostas (nacionais, estrangeiras e internacionais); (iii) implementar o quadro de divulgação do património que já existe e (iv) elaborar leis sobre recuperação de activos e a criminalização do tráfico de seres humanos e da pirataria, em linha com os requisitos do GIABA.

Melhoria de Estatísticas Económicas

32. O Governo continua a usar AT e formação para melhorar a compilação e disseminação de estatísticas. O Governo revigorará a unidade responsável pela identificação das necessidades de assistência técnica e pelo apoio à implementação das recomendações destinadas a melhorar os dados, com a assistência de consultores e peritos, locais e a longo prazo. Apoiados na assistência técnica do FMI, contamos publicar contas nacionais revistas, até Março de 2018, com ano-base actualizado, na sequência de um mini-inquérito aos agregados familiares. Continuamos a realizar reuniões regulares de coordenação para reconciliar as estatísticas oficiais, entre o BCEAO, a Autoridade Nacional do Caju (ANCA), o Ministério da Agricultura, o Ministério do Comércio e o Instituto Nacional de Estatística (INE). A prática ajudou a melhorar as estatísticas sobre produção e exportação de castanha de caju, as contas da receita nacional e as estatísticas da balança de pagamentos. Também estamos a afectar recursos para melhorar as infra-estruturas relevantes e reforçar a capacidade administrativa.

D. Monitorização do Programa

33. O programa continuará a ser monitorizado semestralmente com base nos critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e parâmetros estruturais (Quadros 1 e 2).

Os critérios de desempenho de fim de Dezembro de 2017 mantêm-se inalterados. Os critérios de desempenho e os indicadores são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo, juntamente com os factores de ajustamento relevantes. A quinta (e última) avaliação do programa terá como base os critérios de desempenho em final de Dezembro de 2017 e está agendada para 15 de Abril de 2018 ou posteriormente. Propomos dois parâmetros estruturais novos: um para a finalização de um plano de melhoria de gestão, para a EAGB; e outro para um projecto de orçamento para 2018, que procurará manter os ganhos alcançados até agora ao nível da gestão orçamental.

34. O Governo acredita que as políticas e medidas contidas neste Memorando são adequadas para alcançar os objectivos do programa económico até ao final de 2017. No entanto, está disposto a tomar quaisquer medidas financeiras e estruturais adicionais necessárias para garantir o êxito das suas políticas. Reafirma o seu compromisso com o programa apoiado pela ECF e compromete-se igualmente a:

- abster-se de acumular quaisquer novos atrasados internos para além daqueles mencionados no MTE e de contrair novos empréstimos externos não-concessionais; e
- não introduzir ou aumentar restrições sobre pagamentos e transferências relacionados com transacções internacionais correntes, nem participar em acordos de pagamento bilaterais que não estejam em conformidade com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI, nem impor ou intensificar, para fins de balança de pagamentos, quaisquer restrições às importações; e
- apenas adoptar quaisquer medidas financeiras ou estruturais que possam vir a ser necessárias para garantir o êxito das suas políticas após consulta com o FMI.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Critérios Quantitativos de Desempenho e Metas Indicativas para 2017
(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2016	2017								2018
		Mar. ¹		Jun.		Situação	Sept. ¹		Dec.	Mar. ¹
		Prog.	Prel.	Prog.	Prel.		Prog.	Prog.	Proj.	Prog.
Critérios de desempenho¹										
Total da receita fiscal interna (piso)	63.5	16.3	13.0	33.4	41.4	cumprido	48.9	65.2	69.3	12.1
Crédito bancário interno líquido ao governo central (teto) ²	15.9	8.0	15.9	6.4	-2.6	cumprido	0.0	0.0	0.0	13.7
Teto da dívida externa não concessional (milhões de USD) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Saldo da dívida externa contraída ou garantida pelo governo central com maturidades inferiores a um ano (teto) ³	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Atrasados de pagamentos externos (teto) ³	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Metas indicativas										
Novos atrasados internos (teto)	4.0	0.0	0.0	0.0	0.0	cumprido	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas sociais e prioritárias (piso)	32.2	7.7	10.8	21.7	23.2	cumprido	23.2	31.0	31.0	7.8
Saldo primário interno (base de compromissos, piso)	-14.2	-6.4	-2.2	-5.1	5.6	cumprido	-1.0	4.4	3.1	-11.7
Despesas não tituladas (DNT, teto)	1.9	0.3	0.0	0.4	0.0	cumprido	1.0	1.0	0.5	0.0
<i>Por memória:</i>										
Liquidação de atrasados de pagamentos internos	6.1	0.4	0.4	0.4	1.4		0.4	3.8	2.2	0.9
Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁴	0.4	0.0	0.0	0.0	4.8		0.0	0.0	4.8	0.0
Desembolsos do acordo ECF (milhões de DSE, fluxo)	5.1	0.0	0.0	3.0	0.0		3.0	3.0	3.0	0.0
Empréstimos concessionais (milhões de USD) ⁵	7.1	4.6	3.0	5.4	6.0		5.4	10.9	12.0	3.4

¹ Os critérios de desempenho e as metas indicativas são definidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE). As metas para o final de março e final de setembro são indicativas.

² Os valores relativos a set. e dez. de 2017 incluem a garantia de dívida de FCFA 1,7 mil milhões dada à cidade de Bissau.

³ Aplicáveis em bases contínuas.

⁴ Inclui os donativos em apoio ao orçamento e os empréstimos para programas (para apoio orçamental).

⁵ Estes incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos igual ou superior a 35%.

Quadro 2. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017–18			
Medidas	Prazo	Macro Raciocínio	Situação
Mobilização da Receita			
Alargar a nova factura única simplificada a todos os contribuintes	Set. 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Cumprido
Concluir a atribuição de números de identificação fiscal a todos os contribuintes	Set. 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Cumprido
Elaborar um projecto de diploma, contando com a assistência técnica do FMI, sobre um novo regime de pequenos contribuintes, simples e transparente, que proteja a base fiscal, reduza os custos de cumprimento e garanta participação universal	Set. 2017	Melhorar a administração fiscal e o cumprimento	Em curso. A AT do FMI está a assistir as autoridades na redação do diploma
Gestão da Despesa			
Elaborar um quadro de projecção mensal contínuo de fluxos de caixa do Tesouro em linha com o orçamento de 2017	Dez. 2016, para Jan. 2017; em seguida todos os meses	Melhorar a gestão da despesa	Cumprido
Elaborar tempestivamente relatórios trimestrais sobre execução orçamental a nível ministerial, detalhando a classificação económica das despesas	Dez. 2016, em seguida trimestralmente	Melhorar a execução orçamental e a supervisão	Cumprido
Gestão da Dívida			
Elaborar um relatório trimestral sobre os compromissos, acordos e desembolsos da dívida externa	Dez. 2016, para o relatório de Set. 2016; trimestralmente em seguida	Melhorar a capacidade da gestão da dívida e a transparência nos compromissos da dívida externa	Cumprido
Instalar uma versão mais recente do software de gestão de dívida, DMFAS 6.0, e iniciar a sua utilização, para analisar de forma eficaz a dívida e as projecções do serviço da dívida	Set. 2017	Reforçar a gestão da dívida e evitar o pagamento de atrasados	Incumprido. Propõe-se a reprogramação para Dezembro de 2017

Quadro 2. Guiné-Bissau: Parâmetros Estruturais ao abrigo do Programa ECF, 2017–18			
Medidas	Prazo	Macro Raciocínio	Situação
Ambiente de Negócios e Conjunto de Políticas			
Com a assistência da Comissão Bancária da UEMOA, concluir uma avaliação dos dois bancos afetados pelo resgate e elaborar um plano de ação destinado a colocá-los em situação de cumprimento das normas prudenciais	15 de Abril de 2017	Reforçar a saúde do sistema bancário	Cumprido
Delinear uma estratégia para promover a produção e a transformação da castanha de caju, com base nos resultados da auditoria do FUNPI	Junho de 2017	Reduzir os custos de transação	Cumprido. O Ministério do Comércio propôs um projecto de diploma (<i>inter alia</i> , procurava restringir a participação dos comerciantes estrangeiros no negócio do caju) que não foi aprovado pelo Conselho de Ministros
A EAGB apresentará relatórios pormenorizando os seus fluxos financeiros para o exercício de 2015 e três primeiros trimestres de 2016, mensalmente a partir de Outubro de 2016	Julho de 2017	Instilar transparência nas operações e posição financeira da EAGB	Incumprido. Os relatórios sobre os fluxos mensais de 2017 foram apresentados em Outubro de 2017
Propor ao Conselho de Ministros um plano de melhoria de gestão para a EAGB	Março de 2018	Potencializar a eficácia da empresa de serviços públicos, reduzir os custos de fornecimento de electricidade e evitar passivos contingentes	Parâmetro proposto
Propor ao Conselho de Ministros um orçamento para 2018	Dezembro de 2017	Adequada gestão orçamental	Parâmetro proposto

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

Bissau, 17 de Novembro de 2017

INTRODUÇÃO

1. **O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades da Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** com respeito à definição dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores estruturais de referência para o programa apoiado ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como a respetiva informação a ser reportada. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado no Quadro 2 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).
2. **Taxas de câmbio do programa.**¹ Para os fins do programa, os valores expressos em moeda estrangeira referentes a 2017 serão convertidos em moeda nacional (francos CFA) com base na taxa de câmbio do programa de FCFA 622,47/USD e nas taxas cruzadas no fim de dezembro de 2016.

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO QUANTITATIVOS

A. Limite Mínimo (Piso) do Total da Receita Tributária Doméstica

3. **Definição.** Define-se receita tributária de modo a abranger os impostos diretos e indiretos apresentados na tabela de operações financeiras do governo central, bem como a recuperação programada de impostos em atraso.
4. **Cláusulas de ajustamento.** O piso do total da receita tributária doméstica será ajustado para baixo (para cima) pelo montante da insuficiência (excesso) em relação à recuperação programada de impostos em atraso.

B. Crédito Bancário Doméstico Líquido ao Governo Central (CDL)

5. **Definição.** CDL refere-se ao crédito líquido do sistema bancário ao governo central calculado pela Direção do Tesouro. Define-se da seguinte forma:
 - a. a posição líquida do governo com o BCEAO nacional, abrangendo: bilhetes e títulos do Tesouro; menos a) depósitos do governo central (excluindo depósitos relacionados a projetos e contas de garantia) no BCEAO;
 - b. a posição líquida do governo com os bancos comerciais, abrangendo: a) bilhetes do Tesouro; b) títulos do Tesouro ao portador; e c) créditos e adiantamentos dos bancos

¹ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

comerciais ao governo central; menos depósitos do governo central (excluindo os depósitos relacionados a projetos) nos bancos comerciais; e

- c. Quaisquer garantias de empréstimos internos emitidas pelo governo serão incluídas na posição líquida do governo, tal como definida em a. e b. acima.

6. Cláusulas de ajustamento. O teto da variação do crédito bancário doméstico líquido ao governo central será ajustado a) para cima (para baixo) até ao montante em FCFA da insuficiência (excesso) de donativos e empréstimos externos para programas, incluídos os saques junto ao FMI— o ajustamento para cima será limitado ao equivalente a FCFA 10 mil milhões; e b) para baixo (para cima) pelo montante em FCFA do excesso (insuficiência) das receitas de privatizações programadas. Ademais, os depósitos do governo central no BCEAO e nos bancos comerciais serão ajustados para baixo pela liquidação de atrasados domésticos (excluindo quaisquer atrasados acumulados durante a vigência do programa, 2015–18) além do previsto no programa; c) para baixo pelo excesso em FCFA das receitas provenientes do imposto sobre as sociedades decorrente do resgate da banca, à luz de da ordem judicial que suspendeu as operações a ele associadas; e d) para cima pelo montante do resgate da banca (FCFA 34,2 mil milhões), caso o CDL inclua o resgate e o processo pendente em tribunal não seja concluído a tempo da quarta avaliação.

7. Fonte dos dados. A fonte dos dados para o referido acima será o quadro da síntese monetária (*Position Nette du Gouvernement (PNG)*), enviado ao corpo técnico do FMI mensalmente pelo BCEAO.

8. Definição de governo central. Define-se governo central para os fins do presente memorando de modo a abranger a administração central da República da Guiné-Bissau, mas sem abarcar nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

C. Nova Dívida Externa Não Concessional Contraída ou Garantida pelo Governo Central com Vencimento Original Igual ou Superior a um Ano

9. Definição. Todas as formas de nova dívida com vencimento original igual ou superior a um ano contraídas ou garantidas pelo governo central. Para este fim, a nova dívida externa não concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Este critério de desempenho não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Diretrizes sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 15688-(14/107), de 05/12/2014, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se desse critério de desempenho os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Este critério de desempenho será aplicado continuamente.

10. Requisito de declaração de dados. O governo comunicará ao corpo técnico do Fundo qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo governo, bem como os seus respetivos termos, no mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

D. Dívida Externa de Curto Prazo Contraída ou Garantida pelo Governo Central

11. Definição. Define-se a dívida externa de curto prazo como o stock da dívida externa com prazo de vencimento inferior a um ano contraída ou garantida pelo governo central. Dívida está definida no Anexo I do presente MTE. Para este fim, a dívida de curto prazo excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida denominada em francos CFA, mas abrangerá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Para os fins deste critério de desempenho, o governo central está definido no parágrafo 8 acima. Este critério de desempenho será aplicado continuamente.

E. Atrasados de Pagamentos Externos do Governo Central

12. Definição. Para os fins deste critério de desempenho, os atrasados de pagamentos externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser pagos nas datas de vencimento (tomando em conta os prazos de carência contratuais, se for o caso) e que não são pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Atrasados que não devem ser considerados como tal nos critérios de desempenho, ou atrasados “fora do programa”, definem-se como: (i) atrasados acumulados no serviço de uma dívida externa para a qual existe um pedido de reescalonamento ou reestruturação; e/ou (ii) os montantes objeto de litígios que não são considerados atrasados para fins dos critérios de desempenho. São definidos como atrasados “fora do programa”.

METAS INDICATIVAS QUANTITATIVAS

F. Novos Atrasados Domésticos do Governo Central

13. Definição. O teto dos atrasados domésticos é definido como as contas a pagar (*rest-a-payer*) acumuladas durante o ano ainda não saldadas até um mês após o trimestre no caso de ordenados e salários (incluídas as pensões) e até três meses no caso de bens, serviços e transferências.

G. Despesas Sociais e Prioritárias Relacionadas à Pobreza

14. Definição. Definem-se as despesas sociais e prioritárias relacionadas à pobreza de modo a abranger os gastos em saúde, educação e no Ministério da Mulher, Família e Coesão Social (Quadro 2 do MPEF).

H. Saldo Primário Interno (Base de Compromissos)

58. 15. Calcula-se o déficit orçamental primário doméstico em base de compromissos como a diferença entre a receita do governo e as despesas primárias domésticas na base de compromissos. A receita do governo inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa doméstica primária consiste na despesa corrente somada às despesas de capital com financiamento doméstico, excluindo todos os pagamentos de juros. Os compromissos do governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado), e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

I. Despesas Não Tituladas (DNT)

16. Definição. Todo gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

17. A quarta avaliação do programa basear-se-á nos critérios de desempenho para o fim de junho de 2017 e será concluída em 15 de outubro de 2017 ou após esta data. A quinta avaliação (a última depois do reescalamento dos desembolsos em dezembro de 2016 e da redução no número de avaliações tendo em vista os atrasos na implementação do programa) basear-se-á nos critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2017 e será concluída em 15 de abril de 2018 ou após esta data. As autoridades da Guiné-Bissau recomendarão as respostas de política, informarão o FMI mensalmente sobre o progresso do programa e transmitirão a informação de apoio necessária para a avaliação dos critérios de desempenho quantitativos e indicadores de referência em formato eletrónico, conforme indicado na tabela resumida anexa, ao corpo técnico do FMI (Quadro 1).

18. Para monitorizar devidamente as principais variáveis macroeconómicas, incluindo os indicadores de desempenho no âmbito da ECF, coordenar a assistência técnica e acompanhar o avanço na implementação das reformas, o governo continuará a prestar o apoio necessário a sua unidade de reforma. Essa unidade de reforma informa periodicamente ao Ministro das Finanças os avanços na consecução dos indicadores de desempenho e objetivos de desenvolvimento acordados. Também manterá atualizadas listas de todos os seus parceiros, priorizará a assistência técnica e acordará com os parceiros a divisão do trabalho na assistência técnica. Por último, providenciará o intercâmbio de informações, inclusive por meio de relatórios de assistência técnica com os parceiros envolvidos na mesma área, a fim de evitar conflitos e sobreposições em matéria de aconselhamento.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Reporte

Informação	Frequência	Prazo de Reporte	Responsável
Sector das Finanças Públicas			
Orçamento e resultado do Governo Central	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Donativos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Donativos ao orçamento	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Donativos a projectos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Variação no stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Créditos não pagos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Juros atrasados	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Produto dos títulos emitidos no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGPEE
Sector real e externo			
Actualizações das Contas Nacionais anuais por sector	Anual	30 dias após aprovação	INE/MEF ¹
Dados da balança de pagamentos	Anual	30 dias após aprovação	BCEAO/MEF
Dados da balança de pagamentos	Trimestral	60 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
Detalhes da desagregação das exportações	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
Detalhes da desagregação das importações	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
IPC	Mensal	45 dias após o fim do mês	INE/MEF
Dívida			
Dívida externa e interna e dívida garantida por credor	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP ²
Desembolsos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Amortização	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Pagamento de juros	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Stock de dívida externa	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Stock de dívida interna	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Juros de mora e capital	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Financiamento interno excepcional	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		DGDP
Sector Financeiro/Monetário			
Balanço detalhado do Banco Central (BCEAO nacional)	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Balanço detalhado banco a banco	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Balanço detalhado consolidado dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
A Síntese Monetária	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Posição líquida detalhada do Governo Central (PNG)	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Indicadores de solidez financeira	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de juro	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de depósito para todos os tipos de depósito nos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de empréstimo de médio e longo prazo dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF

¹ Instituto Nacional de Estatística/Ministério da Economia e Finanças.

² Direcção Geral de Dívida Pública.



GUINÉ-BISSAU

21 de novembro de 2017

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE CONSULTAS DE 2017 AO ABRIGO DO ARTIGO IV, QUARTA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO—ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovado por

Roger Nord e Johannes Wiegand (FMI) e Paloma Anos Casero (Banco Mundial)

Elaborado em conjunto pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento^{1 2}

A Guiné-Bissau enfrenta um risco moderado de sobre-endividamento quando se avalia a dívida externa pública e com garantia pública, mas o país apresenta um risco global acrescido de sobre-endividamento como reflexo do atual nível elevado da dívida pública total. Em comparação à atualização da Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD)³ anterior, a presente avaliação redimensiona o endividamento não concessional para uma trajetória mais realista, acessível e sustentável, em consonância com o compromisso assumido pelas autoridades de dar primazia aos empréstimos concessionais e donativos. Presume-se também um crescimento económico mais elevado a médio prazo, assente em condições externas favoráveis e políticas internas prudentes. No cenário de base, todos os indicadores permanecem abaixo dos limiares indicativos dependentes das políticas, durante todo o período de projeção. No entanto, o rácio VA da dívida/exportações ultrapassa o respetivo limiar por um período prolongado no cenário de choque mais extremo. A dívida pública global situa-se ligeiramente acima do seu parâmetro de referência e assim deve permanecer nos próximos 3-4 anos, embora se projete-se o seu declínio a mais longo prazo. Por isso, deve-se prosseguir políticas orçamentais e de gestão da dívida prudentes e fortalecer a capacidade de gestão da dívida. Os resultados da ASD dependem do sucesso das autoridades em implementar reformas estruturais, melhorar o ambiente de negócios para impulsionar a produção e as exportações e continuar a utilizar mormente empréstimos em condições concessionais.

¹ A ASD foi elaborada em conjunto pelos técnicos do FMI e da AID, em consulta com a Direção de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, e beneficiou dos comentários do Banco Mundial. O exercício financeiro da Guiné-Bissau decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

² Os limiares de sustentabilidade da dívida são definidos pela pontuação média trienal (2014–16) da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA); a Guiné-Bissau é classificada como um país com políticas e quadros institucionais de baixa qualidade (pontuação de 2,48).

³ A atualização anterior da ASD foi preparada em 28 de dezembro de 2016. Relatório do FMI n.º 16/384.

CONTEXTO

1. De modo geral, a posição da dívida externa pública da Guiné-Bissau melhorou.

As autoridades mantiveram o seu compromisso de não contrair dívidas em condições não concessionais e de aperfeiçoar a gestão da dívida. Os esforços de melhoria da capacidade administrativa beneficiam cada vez mais da assistência técnica dos parceiros de desenvolvimento, incluindo o AFRITAC Ocidental. As autoridades conseguiram obter um alívio da dívida significativo de Taiwan, Província da China;⁴ efetuaram o pagamento de alguns outros atrasados de longa data e continuam a negociar o reescalonamento e/ou o cancelamento direto dos demais atrasados antigos junto a credores externos. Os projetos prioritários nos setores sociais e de infraestruturas estão a ser financiados sobretudo por empréstimos concessionais e donativos, e as autoridades continuam a buscar condições mais favoráveis para os empréstimos concedidos pelo Banco Oeste-Africano de Desenvolvimento (BOAD). Os progressos na gestão da dívida estão a ser apoiados por políticas orçamentais prudentes que resultaram numa redução acentuada do défice orçamental em 2017, e espera-se que no médio prazo esses progressos traduzam-se em excedentes primários internos.

2. O crescimento robusto ajudou a melhorar os rácios de base da dívida e do serviço da dívida em relação à atualização da ASD de dezembro de 2016. O crescimento económico registou uma média próxima dos 6 por cento em 2015–16 e projeta-se que continue pujante no médio e longo prazos. Os preços internacionais do caju, que atingiram o seu nível máximo histórico durante a campanha do caju de 2017, devem permanecer altos, o que aumenta os incentivos para a manutenção de níveis intensivos de produção e exportação. As políticas internas para melhorar o ambiente de negócios, alargar o fornecimento e a disponibilidade de eletricidade e água e colmatar outras lacunas importantes em termos de infraestruturas, devem também apoiar a atividade económica e contribuir para moderar os rácios da dívida e do serviço da dívida.

3. Não obstante a sua evolução favorável, as trajetórias da dívida continuam sujeitas a choques adversos. A diversificação limitada da economia deixa a Guiné-Bissau vulnerável a choques adversos nas exportações. No cenário de base sem ajustamento das políticas, uma queda dos preços do caju provocaria uma diminuição das receitas de exportação e da arrecadação de impostos, o que reduziria o valor atual (VA) dos rácios dívida/exportações e dívida/receitas, bem como os correspondentes rácios do serviço da dívida. Ademais, dado o historial de conflitos no país, uma nova escalada das tensões políticas poderia frustrar as políticas económicas e orçamentais prudentes, e colocar em causa a sustentabilidade da dívida.

⁴ A Guiné-Bissau conseguiu obter o alívio da dívida e o reescalonamento dos seus atrasados de longa data com o Exim-Bank de Taiwan, Província da China. Nos termos do acordo, 90 por cento dos atrasados foram cancelados (de um total de USD 48,2 milhões, equivalentes a 3,6 por cento do PIB ou 55 por cento do total de atrasados em aberto após o acordo com o Clube de Paris em 2011). A Guiné-Bissau fará um pagamento no montante de USD 1,5 milhões no final de 2017 e o saldo restante (USD 3,5 milhões) será reescalonado à taxa de juro de 2,5 por cento e com maturidade a 5 anos.

PRESSUPOSTOS DE BASE

As projeções macroeconómicas são ligeiramente diferentes daquelas da atualização da ASD de dezembro de 2016. Em comparação às projeções anteriores para 2017, houve melhorias no crescimento do PIB real e nos saldos externo e orçamental. Para além de 2017, o rácio dívida externa/PIB aumenta em linha com a expansão esperada no programa de investimentos públicos com financiamento externo (incluindo o desembolso de um empréstimo concessional contraído recentemente para reforçar o abastecimento de eletricidade).⁵ Contudo, o declínio projetado do rácio dívida interna/PIB mais do que compensa o aumento da dívida externa, o que conduz a um declínio projetado do rácio total da dívida/PIB.

4. Os pressupostos macroeconómicos de base indicam trajetórias favoráveis para a dívida (Caixa 1):

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos no Cenário de Base

Crescimento do PIB real. Projeta-se que o crescimento do PIB real seja de 5,5 por cento em 2017 (comparativamente à estimativa anterior de 5,0 por cento) e que se mantenha robusto no médio e longo prazos, com médias de 5,0 por cento ao ano. O desempenho mais positivo do crescimento em 2017 reflete os altos preços do caju e as tendências económicas positivas na generalidade. A expectativa de crescimento vigoroso no médio e longo prazos é apoiada pela previsão de investimentos em infraestruturas-chaves (nomeadamente eletricidade, água e estradas), reformas estruturais (na gestão financeira pública, administração tributária e gestão da dívida), com ganhos de eficiência associados na prestação e fiabilidade dos serviços públicos, e melhorias no ambiente de negócios de modo geral.

Key Macroeconomic Assumptions (in percent of GDP, unless otherwise indicated)						
	2015	2016	2017	2018	Medium Term (first six years)	Long Term ¹
Real GDP growth (percent)						
Previous DSA	4.8	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0
Current DSA	6.1	5.8	5.5	5.0	5.1	5.0
Primary fiscal balance (cash basis)						
Previous DSA	-2.9	-3.8	-1.4	-1.5	-1.6	0.0
Current DSA	-0.8	-3.6	-1.4	-1.9	-1.8	-2.1
Non-interest current account balance						
Previous DSA	-0.4	-2.6	-4.0	-4.5	-3.7	-2.1
Current DSA	2.7	1.6	0.1	-2.2	-1.5	-2.8
External debt						
Previous DSA	15.0	14.1	14.5	15.4	15.5	16.9
Current DSA	15.2	14.4	12.5	13.0	14.2	18.5
Domestic debt						
Previous DSA	33.5	34.9	32.7	29.1	28.3	11.1
Current DSA	37.6	39.7	36.7	35.3	32.3	19.5

Source: Bissau-Guinean authorities and staff estimates.
¹ Covers the period 2023-37 for the current DSA, 2022-36 for the previous DSA.

Inflação dos preços no

consumidor. O aumento da atividade económica e a recuperação dos preços mundiais do petróleo devem levar a uma subida da inflação dos preços no consumidor, para uma média de 2,6 por cento ao ano no médio prazo, ainda abaixo do critério de convergência da UEMOA (3,0 por cento).

⁵ No início deste ano, a Guiné-Bissau contraiu um empréstimo de USD 11 milhões (0,9 por cento do PIB) junto ao Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA) para reforçar o abastecimento de eletricidade. O empréstimo foi contratado à taxa de juro de 1 por cento, com um prazo de carência de 10 anos e maturidade a 30 anos. Trata-se, portanto, de um empréstimo em condições concessionais, com um elemento de donativo de 49 por cento.

Caixa 1. Pressupostos Macroeconómicos no Cenário de Base (conclusão)

Saldos orçamentais. Dado o desempenho vigoroso no primeiro semestre de 2017, é de esperar uma queda acentuada do défice orçamental primário (base de caixa), de 3,6 por cento em 2016 para 1,4 por cento do PIB em 2017. O aumento das despesas de investimento resultará numa ligeira subida do défice primário para 1,9 por cento do PIB em 2018, seguida de uma estabilização nesse mesmo patamar no médio prazo. Antecipa-se que as reformas para melhorar a gestão da dívida irão reforçar as tendências positivas das contas públicas. Em linha com essas expectativas, projeta-se que a dívida externa registre a média de 14,2 por cento do PIB ao ano em 2017–22, em decorrência do programa de investimento público. Projeta-se um declínio da dívida interna de cerca de 3 por cento do PIB, para 36,7 por cento do PIB em 2017, com novas descidas subsequentes até chegar a uma média de 19,5 por cento do PIB a longo prazo, graças à prudência constante na contratação de empréstimos bancários internos — uma evolução coerente com a âncora do programa apoiado pelo acordo ECF.

Saldo da conta corrente externa. O bom desempenho das exportações de caju, bem como o aumento das importações, sobretudo de materiais de construção, deve resultar num saldo da conta corrente externa basicamente equilibrado em 2017. Daí em diante, espera-se que o saldo excluindo juros decline, registando défices de cerca de 1,5 por cento do PIB no médio prazo, em decorrência do aumento das importações relacionadas ao IDE e não só, acompanhando o aumento dos rendimentos; no longo prazo, esse saldo deve ascender a 2,8 por cento.

Fluxos de financiamento oficiais. Espera-se que as transferências oficiais registem a média de cerca de 4 por cento do PIB no médio prazo (2017–22), declinando para 3,6 por cento do PIB no longo prazo. Presume-se que os empréstimos em condições concessionais serão negociados nas condições usuais — ou seja, a uma taxa de juro de 0,75 por cento com maturidade a 40 anos (AID) e 50 anos (BAfD) e 10 anos de carência. Os empréstimos dos países membros do Clube de Paris (fora do Clube de Paris) presumem taxas de juro médias de 1,9 por cento (1,6 por cento) com maturidade a 23 (23) anos e 11 (6) anos de carência.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA E PÚBLICA

A. Análise de Sustentabilidade da Dívida Externa

5. A Guiné-Bissau mantém-se em risco moderado de sobre-endividamento. Os rácios VA da dívida/PIB e VA da dívida/receitas e o rácio serviço da dívida/receitas registaram reduções expressivas em comparação à atualização de dezembro de 2016, como reflexo da evolução positiva do PIB nominal e das receitas fiscais. Todos os indicadores de base estão abaixo dos seus respetivos limiares dependentes das políticas, ao longo de todo o período de projeção (2017–37).

6. Contudo, os rácios VA da dívida/exportações e serviço da dívida/exportações pioraram em relação à atualização anterior. A deterioração desses indicadores reflete uma redução do volume projetado de exportações (média de 29 por cento do PIB ao longo do período de projeção, em comparação a 35 por cento na ASD anterior), sobretudo em função dos atrasos no arranque do projeto de exportação de fosfatos. Contudo, à exceção do cenário com o choque de exportações mais extremo, os rácios permanecem abaixo dos respetivos limiares nos cenários de base e histórico durante todo o período de projeção. Os resultados indicam que há alguma margem para projetos financiados por dívidas, desde que os empréstimos sejam contraídos em condições

favoráveis/concessionais e que os projetos selecionados cumpram os critérios de retorno e criticidade apropriados, segundo procedimentos de avaliação reconhecidos.

7. O panorama para a dívida externa continua vulnerável a choques adversos nas exportações e à depreciação da moeda. Os testes de stress indicam que a Guiné-Bissau é vulnerável a choques adversos nas exportações, o que destaca a necessidade de diversificar a economia e aumentar a sua resiliência a tais choques. Em comparação com a atualização de dezembro de 2016, o rácio VA da dívida/exportações ultrapassa o limiar por um período mais longo no cenário de choques nas exportações, e cai para níveis ligeiramente abaixo do limiar somente nos sete últimos anos do período de projeção. A materialização desse choque adverso nas exportações poria em causa a sustentabilidade da dívida. Uma depreciação do franco CFA em relação às moedas dos principais parceiros comerciais agravaria essa vulnerabilidade, uma vez que os custos do serviço da dívida aumentariam em termos da moeda nacional.

B. Análise de Sustentabilidade da Dívida Pública

8. A ASD pública segue basicamente inalterada em relação à atualização de dezembro de 2016. A principal diferença é que os níveis históricos da dívida foram revistos em alta, por uma média de 4,3 por cento em 2014–15, devido sobretudo a dados mais abrangentes sobre a dívida interna.⁶ Com isso, o parâmetro de base do rácio VA da dívida/PIB aumentou, e o rácio ultrapassa o limiar de referência até 2021, para além das ultrapassagens em três outros cenários. No final de 2016, a dívida interna (em função da moeda) ascendia a 39,7 por cento do PIB. Esse número inclui o financiamento para projetos do BOAD (12,9 por cento do PIB), a dívida com o BCEAO (14,2 por cento) e com os bancos locais (2,9 por cento), a dívida garantida pelo governo (0,5 por cento do PIB), os bilhetes do tesouro detidos por outras instituições regionais (4,0 por cento do PIB) e os atrasados para com fornecedores locais (estimados em 5,0 por cento do PIB). Não obstante as ultrapassagens relativamente mais longas do parâmetro de base do rácio VA da dívida/PIB em comparação com a ASD anterior, houve progressos no VA de base dos rácios dívida/receitas e serviço da dívida/receitas, como reflexo das melhorias projetadas das receitas orçamentais.

9. Os testes de sensibilidade indicam uma vulnerabilidade acrescida a choques. Num cenário de crescimento e saldo orçamental primário às médias históricas, todos os rácios do VA da dívida são superiores aos da atualização de dezembro de 2016 (sobretudo no período 2017–22), enquanto os rácios do serviço da dívida são inferiores aos da atualização anterior ao longo do período de projeção. Esse desempenho comparativo não muda nos dois outros cenários alternativos: i) saldo primário inalterado em relação a 2016 e ii) crescimento do PIB permanentemente mais baixo.

⁶ Os novos dados incluem informação adicional sobre os empréstimos do BOAD e as garantias públicas. As estimativas dos atrasados internos foram também atualizadas.

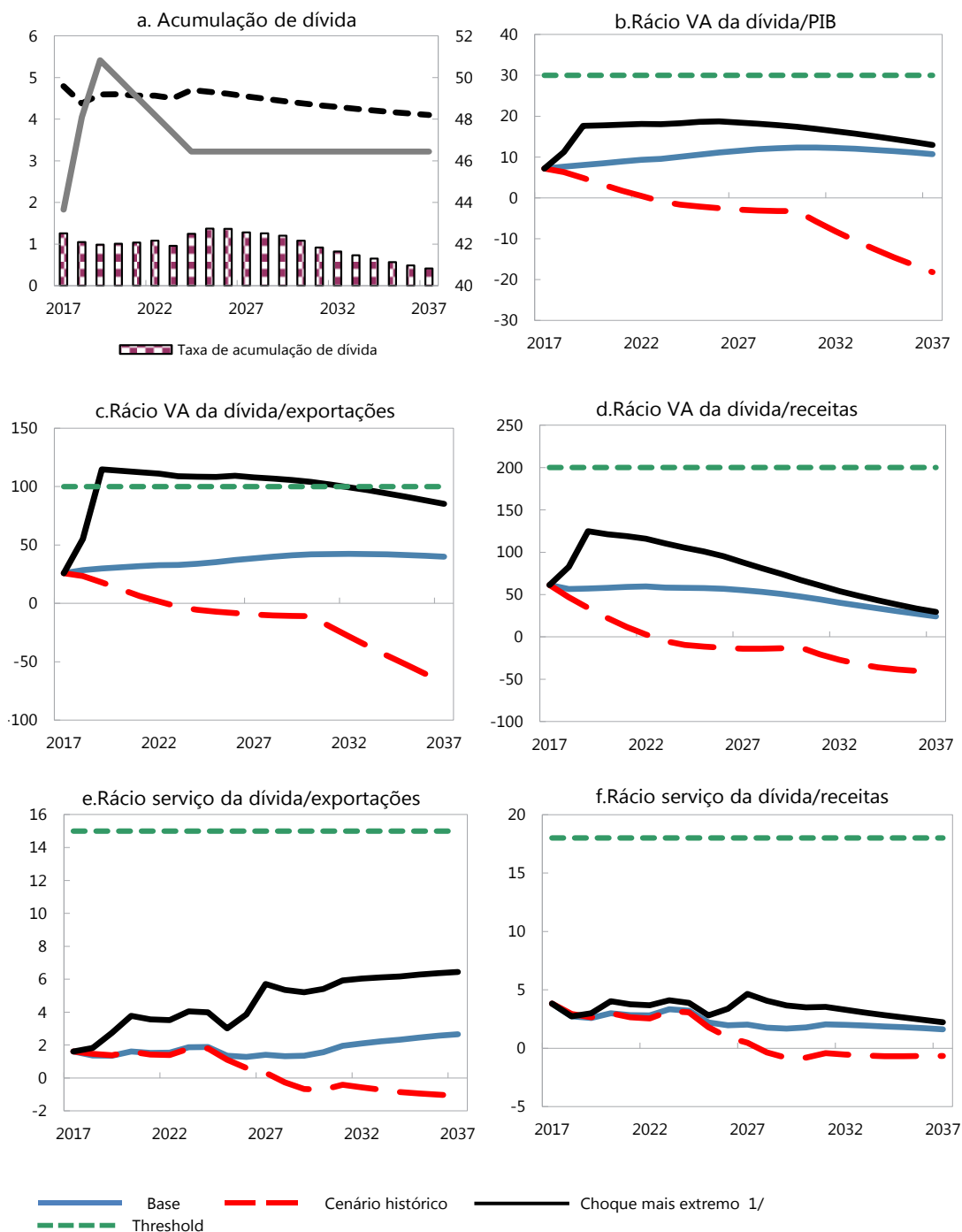
SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA E PÚBLICA

10. Não obstante o risco moderado de sobre-endividamento externo, as autoridades devem manter uma postura prudente na contratação de dívidas. As vulnerabilidades persistem, sobretudo porque as exportações derivam quase que exclusivamente do caju e atividades correlatas. Tal risco poderia ser moderado por três políticas de cariz geral: i) prossecução vigorosa e conclusão das negociações com os credores pertinentes sobre o reescalonamento e/ou cancelamento direto dos atrasados pendentes após o acordo com o Clube de Paris, ii) manutenção de políticas prudentes de endividamento, incluindo a contratação de empréstimos em condições maioritariamente concessionais e iii) reforço das receitas, esforços sustentados de consolidação orçamental, aplicação contínua de reformas que estimulem o crescimento e avanços na diversificação da economia. Assim, a despeito de uma margem para a contratação de empréstimos concessionais, as autoridades precisam de exercer cautela ao contratar novos empréstimos e aplicar procedimentos reconhecidos de avaliação para garantir a criticidade e a concessionalidade.

OPINIÃO DAS AUTORIDADES

11. As autoridades concordam, em larga medida, com as opiniões do corpo técnico sobre a sustentabilidade da dívida e com as suas recomendações. Concordam que políticas macroeconómicas sólidas são fundamentais para a sustentabilidade da dívida e, por seu turno, facilitam o acesso ao financiamento concessional. Enfatizaram que o ritmo do investimento público seria determinado pela disponibilidade de recursos externos em condições concessionais. Assim, alguns dos riscos identificados nesta ASD talvez não venham a se materializar. As autoridades reconheceram igualmente o papel decisivo que a gestão prudente da dívida e a implementação de reformas estruturais desempenham para melhorar o ambiente de negócios e potenciar o crescimento global e as perspectivas de exportação.

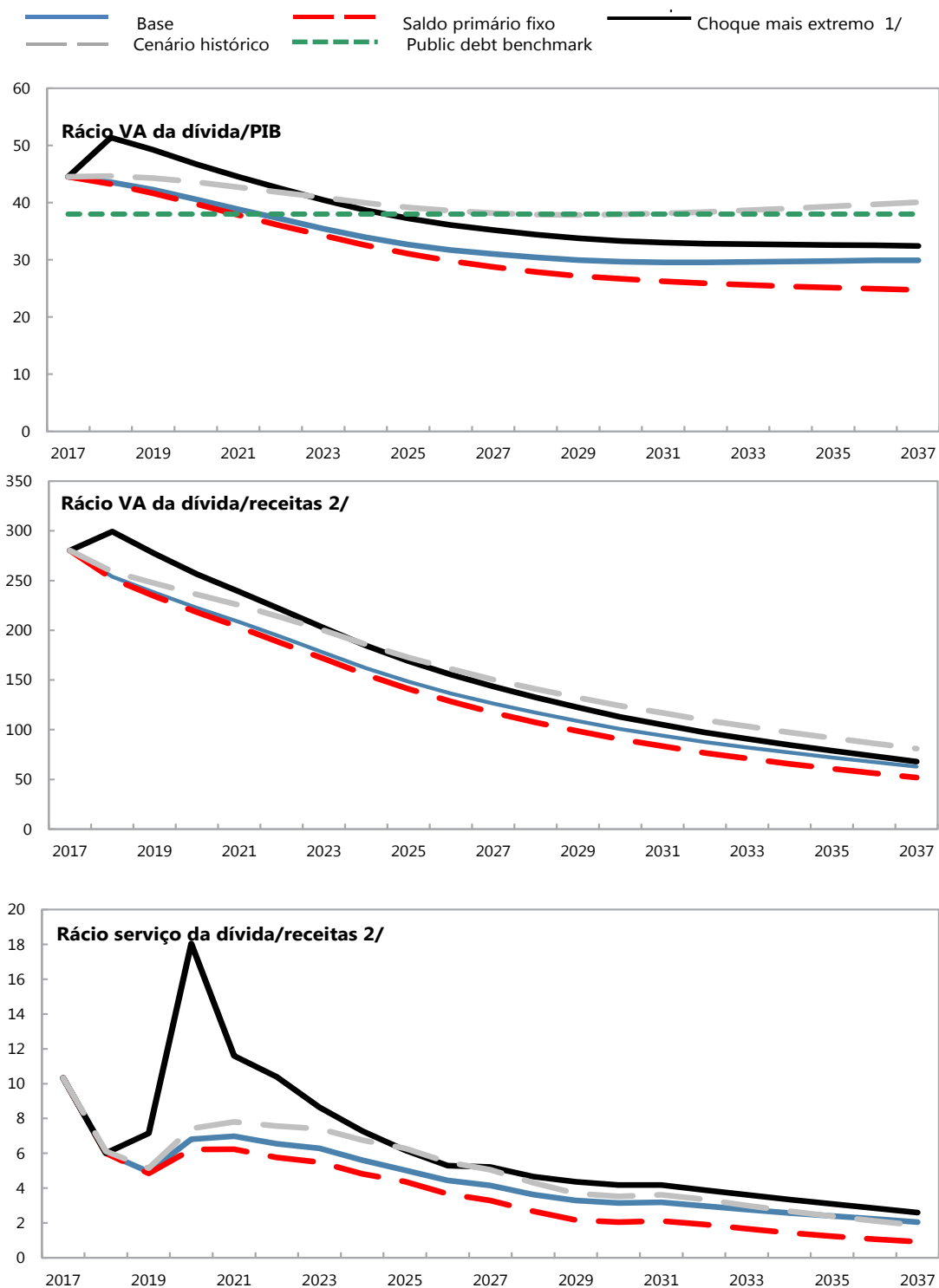
Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública ou com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2017–37 ^{1/}



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

^{1/} O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2027. Em (b) corresponde a um choque Exportações; em (c) a um choque Exportações; em (d) a um choque Exportações; em (e) a um choque Exportações e em (f) a um choque Exportações.

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores da Dívida Pública em Cenários Alternativos, 2017–37 ^{1/}



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ O teste de estresse mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2023.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2014–37^{1/}

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média histórica ^{6/}	Desvio padrão ^{6/}	Projeções						2017-2022		2023-2037			
	2014	2015	2016			2017	2018	2019	2020	2021	2022	Média	2027	2037	Média		
Dívida externa (nominal) 1/	15.0	15.2	14.4			12.5	13.0	13.7	14.5	15.3	16.0						
<i>d/q: pública e com garantia pública (PGP)</i>	15.0	15.2	14.4			12.5	13.0	13.7	14.5	15.3	16.0				19.2	16.6	
Varição da dívida externa	-1.7	0.3	-0.8			-1.9	0.4	0.7	0.8	0.8	0.7				0.5	-0.7	
Fluxos líquidos geradores de dívida identificados	-3.2	-3.8	-4.4			-2.1	-0.6	-0.1	0.1	-0.1	-0.5				-1.8	0.7	
Défice da conta corrente, excl. juros	-0.9	-2.7	-1.6	-1.7	0.9	-0.1	2.2	2.7	2.9	2.8	2.4				1.2	3.6	2.8
Défice da balança de bens e serviços	11.2	4.3	3.9			5.0	6.3	6.7	6.5	6.1	5.5				3.7	5.2	
Exportações	20.2	28.3	26.3			27.9	27.0	26.9	27.4	28.0	28.6				30.0	26.7	
Importações	31.4	32.6	30.3			32.9	33.3	33.6	33.8	34.0	34.1				33.7	32.0	
Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)	-8.2	-4.3	-3.1	-5.2	2.6	-3.2	-2.3	-2.2	-2.2	-2.1	-2.0				-1.7	-1.2	-1.5
<i>d/q: oficiais</i>	-4.5	-1.1	0.0			-0.4	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0				0.0	0.0	
Outros fluxos de transacções correntes (negativo = ing. liq.)	-3.9	-2.7	-2.5			-1.8	-1.8	-1.7	-1.4	-1.2	-1.1				-0.9	-0.5	
IDE líquido (negativo = ingresso)	-2.5	-1.6	-1.4	-1.8	0.6	-1.4	-2.3	-2.3	-2.3	-2.3	-2.3				-2.3	-2.3	-2.3
Dinâmica endógena da dívida 2/	0.2	0.5	-1.4			-0.6	-0.5	-0.5	-0.5	-0.5	-0.6				-0.7	-0.6	
Contributo da taxa de juro nominal	0.3	0.3	0.3			0.1	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2				0.2	0.2	
Contributo do crescimento do PIB real	-0.2	-0.9	-0.8			-0.7	-0.6	-0.6	-0.6	-0.7	-0.7				-0.9	-0.8	
Contributo das variações cambiais e de preços	0.0	1.2	-0.9			
Resíduo (3-4) 3/	1.4	4.0	3.6			0.2	1.0	0.8	0.7	0.8	1.2				2.3	-1.3	
<i>d/q: financiamento excepcional</i>	-0.5	0.2	-0.1			0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0				-0.1	-0.2	
VA da dívida externa 4/	7.8			7.2	7.7	8.1	8.5	8.9	9.3				11.5	10.7	
Em percentagem das exportações	29.4			25.8	28.4	29.9	30.9	31.8	32.6				38.5	40.0	
VA da dívida externa PGP	7.8			7.2	7.7	8.1	8.5	8.9	9.3				11.5	10.7	
Em percentagem das exportações	29.4			25.8	28.4	29.9	30.9	31.8	32.6				38.5	40.0	
Em percentagem da receita pública	63.5			61.2	56.7	57.0	57.9	59.1	59.7				55.1	24.3	
Rácio serviço da dívida/exportações (em percentagem)	2.4	2.5	2.5			2.7	1.4	1.4	1.6	1.5	1.5				1.4	2.7	
Rácio serviço da dívida PGP/exportações (em percentagem)	2.4	2.5	2.5			1.6	1.4	1.4	1.6	1.5	1.5				1.4	2.7	
Rácio serviço da dívida PGP/receitas (em percentagem)	3.8	5.2	5.4			3.8	2.7	2.6	3.0	2.8	2.8				2.0	1.6	
Total da necessidade bruta de financiamento (Billions de USD)	-30.3	-37.0	-27.9			-10.2	4.1	12.4	17.5	16.4	10.4				-19.4	119.2	
Défice da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida	0.9	-3.0	-0.8			1.8	1.8	2.0	2.1	2.0	1.7				0.7	4.3	
Principais pressupostos macroeconómicos																	
Crescimento do PIB real (em percentagem)	1.0	6.1	5.8	4.3	2.9	5.5	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.1	5.0	5.0	5.0	5.0	
Deflador do PIB em USD (variação percentual)	-0.1	-7.5	6.3	-0.4	6.9	9.2	5.9	2.4	2.3	1.9	1.9	3.9	2.5	2.5	2.5	2.5	
Taxa de juro efectiva (em percentagem) 5/	2.0	1.7	2.2	2.0	0.2	0.7	0.7	1.0	1.1	1.1	1.1	0.9	1.1	1.1	1.1	1.1	
Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)	11.6	37.6	4.6	17.9	17.3	22.1	7.6	7.2	9.2	9.2	9.5	10.8	7.2	5.7	7.1	7.1	
Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)	22.6	2.0	4.5	9.7	11.3	25.1	12.5	8.5	8.2	7.6	7.3	11.6	6.8	5.0	7.2	7.2	
Elemento de donativo do novo endividamento do sector público (%)	43.7	48.1	50.8	50.0	49.1	48.2	48.3	46.4	46.4	46.5	46.5	
Receita pública (excl. donativos, em percentagem do PIB)	12.6	13.8	12.2	11.7	13.5	14.1	14.6	15.0	15.6	...	20.9	44.1	27.5	27.5	
Fluxos de ajuda financeira (em Billions de USD) 7/	100.3	67.9	46.6			67.5	73.1	87.1	93.2	97.2	102.6				143.3	258.6	
<i>d/q: Donativos</i>	100.3	67.9	46.6			55.5	54.3	58.4	62.0	66.4	71.0				102.5	213.6	
<i>d/q: Empréstimos concessionais</i>	0.0	0.0	0.0			12.0	18.8	28.8	31.1	30.8	31.6				40.7	45.0	
Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 8/			4.8	4.4	4.6	4.6	4.6	4.6				4.5	4.1	4.4
Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 8/			84.9	84.5	83.2	82.1	82.0	81.5				80.6	87.6	83.1
Por memória:																	
PIB nominal (Billions de USD)	1055.2	1036.1	1164.9			1342.4	1493.4	1605.0	1723.5	1843.8	1972.7				2847.5	5932.7	
Crescimento do PIB nominal em USD	0.9	-1.8	12.4			15.2	11.2	7.5	7.4	7.0	7.0	9.2	7.6	7.6	7.6	7.6	
VA da dívida externa PGP (em Billions de USD)	86.0			100.7	114.7	129.5	145.7	163.6	183.6				327.9	633.7	
(Vat-Vat-1)/PIBt-1 (em percentagem)			1.3	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1	1.1	1.3	0.4	1.0	1.0	
Remessas brutas dos trabalhadores (Billions de USD)	38.9	33.7	30.9			31.8	34.4	35.8	37.2	38.5	39.7				47.8	69.1	
PV de PPG external debt (in percent of GDP + remittances)	7.6			7.0	7.5	7.9	8.3	8.7	9.1				11.3	10.6	
PV de PPG external debt (in percent of exports + remittances)	26.7			23.7	26.2	27.6	28.7	29.6	30.5				36.5	38.4	
Debt service of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	2.3			1.5	1.3	1.3	1.5	1.4	1.4				1.3	2.6	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos sectores público e privado.

2/ Derivado como $[r - g - \rho(1+g)] / (1+g + \rho + gp)$ multiplicado pelo rácio da dívida no período anterior, sendo r = a taxa de juro nominal; g = a taxa de crescimento do PIB real e ρ = a taxa de crescimento do deflador do PIB em USD.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos activos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projecções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Presume que o VA da dívida do sector privado seja equivalente ao seu valor facial.

5/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

7/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

8/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via directa e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2017–37

(Em percentagem)

	Projeções							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2027	2037
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	7	8	8	8	9	9	12	11
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	7	6	5	3	2	0	-3	-18
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	7	8	9	10	11	11	16	16
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	7	8	9	9	9	10	12	11
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	7	11	18	18	18	18	18	13
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	7	9	11	12	12	13	16	15
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	7	9	10	10	11	11	13	11
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	7	10	15	15	16	16	18	15
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	7	11	11	12	12	13	16	15
Rácio VA da dívida/exportações								
Base	26	28	30	31	32	33	39	40
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	26	23	18	12	6	2	-10	-68
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	26	30	33	36	38	40	53	61
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	26	28	30	31	32	33	38	40
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	26	55	115	114	112	111	108	85
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	26	28	30	31	32	33	38	40
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	26	32	37	37	38	38	43	42
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	26	36	50	51	51	51	55	50
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	26	28	30	31	32	33	38	40
Rácio VA da dívida/receitas								
Base	61	57	57	58	59	60	55	24
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	61	47	34	22	12	3	-14	-41
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	61	59	63	66	70	73	75	37
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	61	59	61	62	63	64	59	26
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	61	83	125	121	119	116	88	29
B3. Deflator do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	61	68	79	80	82	82	76	34
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	61	64	70	70	70	70	61	25
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	61	76	105	104	104	103	86	33
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	61	79	80	81	82	83	77	34

Tabela 2. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2017–37 (conclusão)

(Em percentagem)

Rácio serviço da dívida/exportações								
Base	2	1	1	2	2	2	1	3
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	2	1	1	2	1	1	0	-1
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	2	1	1	2	2	2	2	4
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	2	1	1	2	2	2	1	3
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	2	2	3	4	4	4	6	6
B3. Deflador do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	2	1	1	2	2	2	1	3
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	2	1	1	2	2	2	2	3
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	2	1	2	2	2	2	2	4
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	2	1	1	2	2	2	1	3
Rácio serviço da dívida/receitas								
Base	4	3	3	3	3	3	2	2
A. Cenários alternativos								
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2013-2033 1/	4	3	3	3	3	3	0	-1
A2. Novos empréstimos do sector público em condições menos favoráveis em 2013-2033 2/	4	3	3	3	3	4	3	3
B. Testes-limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	4	3	3	3	3	3	2	2
B2. Crescimento do valor das export. à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 3/	4	3	3	4	4	4	5	2
B3. Deflador do PIB em USD à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	4	3	4	4	4	4	3	2
B4. Fluxos liq. não geradores de dívida à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015 4/	4	3	3	3	3	3	3	2
B5. Combinação de B1-B4 usando choques de meio desvio-padrão	4	3	3	4	4	4	4	2
B6. Depreciação nominal e pontual de 30% em relação ao cenário de base em 2014 5/	4	4	4	4	4	4	3	2
<i>Por memória:</i>								
Elemento de donativo presumido sobre o financiamento residual (ou seja, o financiamento necessário acima do cenário de base) 6/	47	47	47	47	47	47	47	47
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.								
1/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflador do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.								
2/ Presume que a taxa de juro sobre novos empréstimos seja dois pontos percentuais superior à do cenário de base, mas que os prazos de carência e de vencimento sejam os mesmos do cenário de base.								
3/ Presume que os valores das exportações permaneçam permanentemente no nível mais baixo, mas que a conta corrente como parcela do PIB retorne ao seu nível de base após o choque (presume implicitamente um ajuste compensatório no nível das importações).								
4/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.								
5/ Define-se a depreciação como o declínio percentual da taxa de câmbio dólar/moeda nacional, de modo que ela nunca ultrapassa os 100%.								
6/ Aplica-se a todos os cenários de estresse, excepto A2 (financiamento menos favorável), no qual as condições de todos os novos empréstimos são aquelas especificadas na nota 2.								

Tabela 3. Guiné-Bissau: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2014–37

(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efectivo			Média	s/	Desvio padrão	s/	Estimativa					Projeções				
	2014	2015	2016					2017	2018	2019	2020	2021	2022	2013-18 média	2027	2037	2019-33 média
Dívida do sector público 1/	55.3	53.4	54.6					49.9	48.9	47.9	46.7	45.2	43.8		38.7	35.8	
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	15.0	15.2	14.4					12.5	13.0	13.7	14.5	15.3	16.0		19.2	16.6	
Net public debt	51.9	51.8	53.4					48.8	47.9	47.0	45.8	44.4	43.1		38.2	35.6	
Variação da dívida do sector público	6.4	-1.9	1.3					-4.7	-1.0	-1.0	-1.3	-1.4	-1.4		-0.6	-0.2	
Fluxos geradores de dívida identificados	4.2	-2.5	-1.2					-5.6	-0.9	-1.0	-0.9	-0.9	-0.9		-0.3	-0.2	
Défi ce primário	2.6	3.0	3.6	3.0		0.5		1.4	1.9	1.8	1.8	1.7	1.8	1.7	2.1	2.2	
Receita e donativos	22.1	20.4	16.2					15.9	17.2	17.8	18.2	18.6	19.2		24.5	47.7	
<i>d/q: donativos</i>	9.5	6.6	4.0					4.1	3.6	3.6	3.6	3.6	3.6		3.6	3.6	
Despesas primárias (excl. juros)	24.7	23.4	19.8					17.3	19.0	19.6	20.0	20.4	21.0		26.6	49.9	
Dinâmica automática da dívida	2.0	-5.8	-4.8					-7.3	-2.7	-2.8	-2.7	-2.6	-2.7		-2.4	-2.3	
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-0.2	-6.3	-4.6					-5.3	-2.8	-2.8	-2.7	-2.7	-2.7		-2.3	-2.2	
<i>d/q: contributo da taxa de juro real média</i>	0.3	-3.1	-1.7					-2.5	-0.4	-0.5	-0.4	-0.4	-0.5		-0.5	-0.5	
<i>d/q: contributo do crescimento do PIB real</i>	-0.5	-3.2	-2.9					-2.8	-2.4	-2.3	-2.3	-2.2	-2.2		-1.9	-1.7	
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	2.1	0.5	-0.2					-1.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0.3	0.4	0.0					0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Receita de privatizações (negativa)	0.0	0.0	0.0					0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Reconhecimento de passivos contingentes ou implícitos	0.2	0.4	0.0					0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Alívio da dívida (HIPC e outros)	-0.5	0.0	0.0					0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Outros (especificar, ex. recapitalização bancária)	0.0	0.0	0.0					0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Resíduo, incl. variação dos activos	2.1	0.5	2.5					0.9	-0.1	0.0	-0.4	-0.5	-0.5		-0.3	-0.1	
Outros indicadores de sustentabilidade																	
VA da dívida do sector público	47.9					44.5	43.6	42.3	40.6	38.8	37.1		31.0	29.9	
<i>d/q: expressa em moeda estrangeira</i>	7.8					7.2	7.7	8.1	8.5	8.9	9.3		11.5	10.7	
<i>d/q: externa</i>	7.8					7.2	7.7	8.1	8.5	8.9	9.3		11.5	10.7	
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do sector púb	
Necessidade bruta de financiamento 2/	11.7	11.4	10.4					7.5	6.6	6.2	6.3	6.1	5.9		5.1	4.0	
Rácio VA da dívida do sector público-receitas e donativos (em %)	295.5					280.4	253.9	237.9	222.6	208.3	193.1		126.4	62.7	
Rácio VA da dívida do sector público-receitas (em %)	392.3					379.0	322.1	299.1	277.4	258.1	237.6		148.1	67.8	
<i>d/q: externa 3/</i>	63.5					61.2	56.7	57.0	57.9	59.1	59.7		55.1	24.3	
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos (em %) 4/	3.2	7.6	9.0					10.3	6.0	4.9	6.8	7.0	6.5		4.1	2.0	
Rácio serviço da dívida/receitas (em percentagem) 4/	5.7	11.2	11.9					14.0	7.6	6.2	8.5	8.6	8.1		4.9	2.2	
Défi ce primário que estabiliza o rácio dívida/PIB	-3.8	4.9	2.3					6.2	2.8	2.8	3.0	3.2	3.2		2.7	2.4	
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais																	
Crescimento do PIB real (em percentagem)	1.0	6.1	5.8	3.7		2.7		5.5	5.0	5.0	5.0	5.0	5.0	5.1	5.0	5.0	
Taxa de juro nominal média sobre a dívida em ME (em %)	2.0	1.7	2.2	1.3		0.9		0.7	0.7	1.0	1.1	1.1	1.1	0.9	1.1	1.1	
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	0.7	-8.4	-5.0	-2.9		4.5		...	-0.7	-1.0	-0.8	-1.1	-1.4	-1.0	-1.6	-2.1	
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	12.9	3.6	-1.6	-0.3		7.5		-14.5	
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	-0.1	10.8	6.6	4.7		6.0		7.2	1.6	1.9	2.1	2.2	2.5	2.9	2.5	2.5	
Cresc. da desp. primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	122.0	0.5	-10.3	11.2		39.1		-7.9	15.5	8.2	7.0	7.1	8.2	6.4	11.2	12.4	
Elemento de donativo do novo endividamento externo (em %)		43.7	48.1	50.8	50.0	49.1	48.2	48.3	46.4	46.4	

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ [Indica a cobertura do sector público, ex. governo geral ou sector público não financeiro. Indica também se a dívida utilizada é líquida ou bruta.]

2/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o défi ce primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior.

3/ Receitas excluindo os donativos.

4/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

5/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores dependendo da disponibilidade de dados.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2017–37

	Projeções							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2027	2037
Rácio VA da dívida/PIB								
Base	45	44	42	41	39	37	31	30
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	45	45	44	44	43	42	38	40
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	45	43	42	40	38	36	29	25
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	45	44	43	42	41	40	38	60
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	45	47	49	48	47	46	45	59
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	45	45	45	43	41	39	32	31
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	45	46	47	46	45	43	40	50
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	45	46	45	42	40	38	31	29
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	45	51	49	47	45	42	35	32
Rácio VA da dívida/receitas 2/								
Base	280	254	238	223	208	193	126	63
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	280	259	247	236	225	213	150	81
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	280	252	234	218	203	187	117	52
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	280	256	242	229	217	204	151	124
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	280	268	268	258	247	235	179	124
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	280	262	252	235	219	203	132	65
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	280	265	259	247	235	222	162	104
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	280	270	251	233	216	199	124	61
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	280	299	277	257	239	221	143	68
Rácio serviço da dívida/receitas 2/								
Base	10	6	5	7	7	7	4	2
A. Cenários alternativos								
A1. Crescimento do PIB real e saldo primário às médias históricas	10	6	5	7	8	8	5	2
A2. Saldo primário permanece inalterado em relação a 2013	10	6	5	6	6	6	3	1
A3. Crescimento do PIB permanentemente mais baixo 1/	10	6	5	7	7	7	6	8
B. Testes limite								
B1. Crescimento do PIB real à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	10	6	6	9	10	10	9	8
B2. Saldo primário à média histórica menos um desvio-padrão em 2014-2015	10	6	5	9	10	8	4	2
B3. Combinação de B1-B2 usando choques de um desvio-padrão	10	6	5	8	9	9	7	6
B4. Depreciação real e pontual de 30% em 2014	10	6	6	8	8	8	5	3
B5. Aumento de 10% do PIB nos outros fluxos geradores de dívida em 2014	10	6	7	18	12	10	5	3

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico.

1/ Presume que o crescimento do PIB real seja o do cenário de base menos um desvio-padrão, dividido pela raiz quadrada da duração do período de projecção.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.



GUINÉ-BISSAU

21 de novembro de 2017

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A CONSULTA AO ABRIGO DO ARTIGO IV REFERENTE A 2017 E QUARTA AVALIAÇÃO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO— ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África
(em consulta com outros departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI _____	2
RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL _____	9
RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO _____	11
QUESTÕES ESTATÍSTICAS _____	12

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de setembro de 2017)

Admissão e Regime de Consultas

Admitido em 24 de março de 1977; Artigo VIII

Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	28,40	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	24,45	86,09
Posição na tranche de reserva	3,98	14,01
Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	13,60	100,00
Haveres	15,53	114,16
Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Empréstimos RCF	3,55	12,50
Acordos ECF	16,78	59,07

Acordos financeiros mais recentes:

Tipo	Data do acordo	Data de expiração	Montante aprovado (Milhões de DSE)	Montante sacado (Milhões de DSE)
ECF	10 de julho de 2015	9 de julho de 2018	17,04	10,98
ECF	7 de maio de 2010	6 de maio de 2013	22,37	15,12
ECF ^{1/}	15 de dez. de 2000	14 de dez. de 2003	14,20	5,08
ECF ^{1/}	18 de jan. de 1995	24 de julho de 1998	10,50	10,50

Projeção dos pagamentos ao FMI ^{2/}

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	<u>Próximos</u>				
	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Capital	0,72	1,45	1,45	2,16	2,00
Comissões/juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,72	1,45	1,45	2,16	2,00

^{1/} Antigo PRGF.

^{2/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

Implementação da Iniciativa HIPC:

	Quadro reforçado
Compromissos da assistência HIPC	
Data do ponto de decisão	Dezembro de 2000
Assistência comprometida por todos os credores (milhões de USD) ^{3/}	421,70
Da qual: assistência do FMI (milhões de USD)	11,91
(equivalente em milhões de DSE)	9,20
Data do ponto de conclusão	Dez/2010
Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	9,20
Assistência intercalar	1,56
Saldo no ponto de conclusão	7,64
Desembolso adicional do rendimento de juros ^{4/}	0,23
Total dos desembolsos	9,43

Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ^{5/}	0,51
Financiada por: Fundo MDRI	0,00
Recursos HIPC remanescentes	0,51

Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)

	Dívida habilitada			
	Data da prestação	GRA	PRGT	Total
	Dezembro de 2010	N/A	0,51	0,51

^{3/} A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

^{4/} No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional no ponto de conclusão correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante comprometido no ponto de decisão mas não desembolsado no período intercalar.

^{5/} A MDRI proporciona 100 por cento de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

Implementação do Alívio da Dívida após Catástrofes (PCDR): Não se aplica

Avaliações das salvaguardas

O Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) é o banco central comum aos países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). A mais recente avaliação do BCEAO foi concluída em 13 de dezembro de 2013. A avaliação constatou que o banco continuou a ter um forte ambiente de controlo e que, com a implementação da Reforma Institucional da UEMOA de 2010, reforçou seu quadro de governação. Mais especificamente, foi criado um comité de auditoria para fiscalizar os processos de auditoria e reporte financeiro, aumentou-se a transparência com a publicação mais atempada das demonstrações financeiras auditadas e o BCEAO comprometeu-se com a implementação das normas internacionais de relato financeiro (IFRS) até ao final de 2014. A avaliação identificou também algumas limitações no processo de auditoria externa e recomendou que fossem tomadas medidas para assegurar a adequação do mecanismo por meio da seleção de uma segunda firma de auditoria experiente para realizar auditorias conjuntas. Todas as recomendações da avaliação foram aplicadas.

Regime e disposições cambiais

A Guiné-Bissau aceitou as obrigações das Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII, a partir de 1 de janeiro de 1997. O país aderiu à UEMOA em 1997, e não tem uma moeda de curso legal distinta. O regime cambial é isento de práticas de taxas de câmbio múltiplas e restrições cambiais sobre pagamentos e transferências relativas a transações internacionais correntes. Desde 1 de janeiro de 1999, o franco CFA está indexado ao euro a uma taxa fixa de EUR 1 = FCFA 655,957. Em 8 de outubro de 2016, a taxa do franco CFA em termos de DSE era de FCFA 1.009,95 = DSE 1. Em 1 de janeiro de 2007, o regime cambial dos países da UEMOA deixou de ser classificado como regime cambial sem outra moeda de curso legal e passou à categoria de regime de paridade fixa convencional. A nova classificação assenta no comportamento da moeda comum, ao passo que a anterior se baseava na ausência de outra moeda de curso legal. Por conseguinte, esta reclassificação reflete apenas uma alteração de definição, e não implica um juízo de que houve uma mudança assinalável no regime cambial ou em outras políticas da união monetária ou dos seus países membros.

Consulta ao abrigo do Artigo IV

A Guiné-Bissau segue o ciclo de consultas de 24 meses. As últimas discussões de consulta nos termos do Artigo IV com a Guiné Bissau foram realizadas em Bissau, no período de 23 de abril a 5 de maio de 2015. O relatório do corpo técnico foi discutido pelo Conselho de Administração e a consulta foi concluída em 10 de julho de 2015.

Assistência Técnica (2008–17)			
Departamento	Tipo de assistência	Data da prestação	Objetivo
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jun/2008	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jun/2008	Gestão da despesa pública
STA	Perito	Jun/2008	Estatísticas da balança de pagamentos
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jul/2008	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Ago/2008	Estatísticas multissetoriais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2008	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mai/2009	Contas Nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de longo prazo	Jun/2009	Contas Nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jun/2009	Gestão da despesa pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jun/2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jun/2009	Supervisão bancária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2009	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Nov/2009	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Nov/2009	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2010	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2010	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mai/2010	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jul/2010	Contas Nacionais
FAD	Corpo técnico	Set/2010	Receitas fiscais e administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2010	Gestão das despesas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2010	Contas Nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2011	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2011	Gestão da dívida pública
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2011	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2011	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2011	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jun/2011	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Set/2011	Estratégia de reforma tributária, modernização da DGCI e mobilização de receitas
FAD	Corpo técnico	Set/2011	Administração aduaneira
FAD	Perito em missão de curto prazo	Out/2011	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out/2011	Modernização da DGCI
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out/2011	Estatísticas do setor real, contas nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jan/2012	Gestão financeira pública, contabilidade
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jan/2012	Gestão das finanças públicas
FAD	Perito em missão de curto prazo	Fev/2012	Administração tributária

Assistência Técnica (2008–17)			
Departamento	Tipo de assistência	Data da prestação	Objetivo
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2012	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2012	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Mar/2012	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2012	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2013	Gestão das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Abr/2013	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2013	Contas Nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2013	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2013	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2013	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out/2013	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Ago/2014	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Set/2014	Gestão das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Set/2014	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2014	Modernização das alfândegas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2014	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Set/2014	Estatísticas do setor real
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2015	Análise e previsão macroeconómica
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2015	Administração tributária
MCM	Corpo técnico	Mar/2015	Setor bancário: crédito malparado
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2015	Gestão das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2015	Contas Nacionais
FAD	Corpo técnico	Abr/2015	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Abr/2015	Estatísticas do setor real
FAD	Perito em missão de curto prazo	Jun/2015	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Jul/2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jul/2015	Contas Nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Set/2015	Administração da receita
FAD	Perito em missão de curto prazo	Set/2015	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Out/2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out/2015	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Corpo técnico	Dez/2015	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Dez/2015	Contas Nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Jan/2016	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Mar/2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2016	Administração aduaneira
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mar/2016	Contas Nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Abr/2016	Administração aduaneira

Assistência Técnica (2008–17)			
Departamento	Tipo de assistência	Data da prestação	Objetivo
FAD	Perito em missão de curto prazo	Abr/2016	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Jun/2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jul/2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Jul/2016	Contas Nacionais
FAD	Corpo técnico	Set/2016	Administração tributária
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Out/2016	Estatísticas das finanças públicas
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Nov/2016	Contas Nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Dez/2016	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Fev/2017	Estatísticas das finanças públicas
FAD	Perito em missão de curto prazo	Mar/2017	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Mar/2017	Administração tributária
FAD	Corpo técnico	Abr/2017	Administração tributária
FAD	Perito em missão de curto prazo	Abr/2017	Administração da receita
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Mai/2017	Contas Nacionais
AFRITAC Ocidental	Perito em missão de curto prazo	Ago/2017	Contas Nacionais
FAD	Perito em missão de curto prazo	Nov/2017	Administração da receita

Representante Residente

O Representante Residente do Senegal foi também responsável pela Guiné-Bissau entre setembro de 1997 e julho de 2007. O escritório do Representante Residente na Guiné-Bissau foi reaberto em junho de 2011 e o Sr. Alfredo Torrez ocupou o cargo até ao final de maio de 2015. O Sr. Oscar Melhado assumiu o posto de Representante Residente em agosto de 2015.

Quadro 1. Guiné-Bissau: Acordos com o FMI, 1984–2017			
Tipo de acordo	Data de aprovação	Montante aprovado	Observações
Compra na primeira tranche de crédito	27 de agosto de 1984	DSE 1,875 milhões	
Programa de Financiamento para Ajustamento Estrutural	14 de outubro de 1987	DSE 5,25 milhões	O segundo acordo anual foi adiado; não houve terceiro acordo anual.
Programa Reforçado de Financiamento para Ajustamento Estrutural	18 de janeiro de 1995	DSE 10,5 milhões	No terceiro acordo anual, o montante do acordo foi acrescido em DSE 1,05 milhão (10 por cento da quota).
Assistência emergencial pós-conflito	14 de setembro de 1999	DSE 2,13 milhões	
Assistência emergencial pós-conflito	7 de janeiro de 2000	DSE 1,42 milhões	
Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento	15 de dezembro de 2000	DSE 14,2 milhões	O PRGF expirou sem que fosse concluída uma avaliação.
Assistência emergencial pós-conflito	10 de janeiro de 2008	DSE 1,77 milhões	
Assistência emergencial pós-conflito	20 de maio de 2009	DSE 1,77 milhões	
Facilidade de Crédito Alargado	7 de maio de 2010	DSE 22,365 milhões	O acordo expirou em 6 de maio de 2013.
Linha de Crédito Rápido	3 de novembro de 2014	DSE 3,55 milhões	
Facilidade de Crédito Alargado	10 de julho de 2015	DSE 17,04 milhões	

RELAÇÕES COM O GRUPO BANCO MUNDIAL

1. A Guiné-Bissau foi admitida no Banco Mundial em 1977, três anos após a independência. A primeira operação foi aprovada em 1979 para um projeto de construção e reabilitação de estradas. Desde então, a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) aprovou 43 projetos para o país, no montante aproximado de USD 511 milhões. O envolvimento do Banco Mundial com a Guiné-Bissau nos exercícios de 2015–2016 teve como base uma Nota sobre o Envolvimento com o País (*Country Engagement Note* - CEN) aprovada em março de 2015.

2. O Quadro de Parceria com o País (*Country Partnership Framework* – CPF) do Grupo Banco Mundial para a Guiné-Bissau, cobrindo o período 2018–21, é a primeira estratégia abrangente para o país desde 1997. As áreas de enfoque do programa CPF incidirão sobre um aumento do acesso a serviços básicos de qualidade e um alargamento das oportunidades económicas, assim como uma maior resiliência perante choques. Espera-se que o foco seletivo do programa aumente as chances de apoiar mudanças transformacionais no país. As questões de género e de governação são transversais a todos os objetivos do programa. O CPF foi endossado pelo Conselho do GBM em 13 de junho de 2017 e comporta cinco objetivos (ver quadro).

Área de foco I: Aumento do acesso a serviços básicos de qualidade	Área de foco II: Alargamento das oportunidades económicas e aumento da resiliência
1. Alargar o acesso a/melhorar a qualidade do ensino primário 2. Alargar o acesso a/melhorar a qualidade dos serviços de saúde materna e infantil	3. Melhorar a logística de acesso ao mercado 4. Melhorar a gestão dos recursos naturais e do risco de calamidades 5. Reforçar as redes de proteção social

3. Tendo em conta a fragilidade política e institucional, o GBM terá de resolver alguns desafios na implementação de forma inovadora e estratégica. Em primeiro lugar, concentrar-se-á no melhoramento de serviços e oportunidades económicas em áreas fora da capital (zonas rurais e cidades secundárias), consolidando, simultaneamente, os investimentos financiados pelo GBM na capital, Bissau. Em segundo lugar, superada a necessidade de apoio emergencial, o GBM procurará criar incentivos para mudanças, utilizando instrumentos com base em resultados para reforçar funções setoriais cruciais do Estado, nomeadamente políticas de recursos humanos, gestão financeira, regulamentação e garantia de qualidade. Em terceiro lugar, procurará também envolver e capacitar as comunidades e os cidadãos para participarem num reforço “ascendente” da procura e da criação de mecanismos responsáveis por melhores serviços. Por último, o GBM terá uma presença mais forte no país, que permitirá uma colaboração mais eficaz e melhor coordenação com os parceiros de desenvolvimento, incluindo as agências das Nações Unidas.

4. Estima-se que a dotação nacional para a Guiné-Bissau ao abrigo da 18.^a reconstituição de recursos da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID 18), que abrange o período 2018-21, será de USD 87,5 milhões, quase o dobro em comparação à AID 17. O programa CPF

pretende também fazer uso seletivo das facilidades da AID 18, com ênfase na janela de integração regional e, possivelmente, na janela para o setor privado, bem como ampliar os recursos através de parcerias e fundos fiduciários estratégicos.

Programa de empréstimos

5. A atual carteira ativa do Banco Mundial totaliza USD 275 milhões e inclui quatro operações nacionais da AID, com compromissos líquidos que ascendem a USD 90,61 milhões (dos quais USD 28,43 milhões ainda não foram desembolsados); quatro operações regionais da AID (USD 181 milhões) e uma operação de fundo fiduciário (USD 3,5 milhões). Trata-se de uma carteira relativamente nova, com idade média de três anos (projeto nacional) e dois anos (projeto regional). Em termos dos focos setoriais, a carteira abrange sobretudo projetos de Energia e Água (49 por cento), Infraestrutura de Telecomunicações (17 por cento), Proteção Social e Trabalho (15 por cento), Comércio e Competitividade (12,5 por cento) e Governança (7,62 por cento). O Banco Mundial apoia também atividades não financeiras de assistência técnica na Guiné-Bissau, tais como as avaliações PER da despesa pública e PEMFAR de gestão da despesa pública e responsabilização financeira. Em 2016 o Banco publicou o seu primeiro Diagnóstico Sistemático do País referente à Guiné-Bissau.

6. As atividades da Sociedade Financeira Internacional (SFI) centram-se na prestação de serviços de aconselhamento para apoiar o acesso ao financiamento e melhorar o clima de investimento, atuando em conjunto com o Banco Mundial, sobretudo no que respeita às melhorias na cadeia de valor do caju. A SFI não tem atualmente projetos de investimento na Guiné-Bissau mas está a considerar um investimento no agronegócio, que seria a primeira operação de investimento no país desde 1997. A Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA) tem uma única exposição na forma da garantia ao setor de telecomunicações, no montante de USD 9,1 milhões.

RELAÇÕES COM O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

1. Desde o primeiro projeto em favor do país em 1976, e até maio de 2015, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) já aprovou 50 operações para a Guiné-Bissau, perfazendo um total de 237,6 milhões de unidades de conta (UC) em compromissos líquidos (cerca de FCFA 195,6 mil milhões). Destas operações, 33,3 por cento se referem a infraestruturas, 26,4 por cento ao setor social, 22,9 por cento a setores múltiplos, 15,4 por cento à agricultura e 2,0 por cento às finanças. Até setembro de 2016, a carteira ativa incluía nove projetos nacionais em curso, perfazendo um total líquido de UC 40,37 milhões, com uma taxa de desembolsos de 23 por cento.

Programa de empréstimos

2. Entre janeiro de 2008 e abril de 2014, o BAfD aprovou um alívio intercalar da dívida HIPC (USD 17,48 milhões), um donativo ao abrigo da facilidade para estados frágeis (UC 2 milhões), um donativo em apoio ao setor das pescas (UC 2 milhões), um donativo ao setor da saúde (UC 6 milhões), dois donativos de emergência para combate ao cólera (USD 500 mil e USD 999.750), um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 7,80 milhões), assistência técnica e um donativo de formação das capacidades da administração pública (UC 0,66 milhões) e um donativo de emergência em apoio a reformas orçamentais (UC 5,7 milhões).

3. Em maio de 2015, o BAfD aprovou uma nova operação de apoio ao orçamento no montante de UC 5 milhões (FCFA 4,1 milhões). O programa foi construído em torno de dois eixos: i) reforço da transparência, controlos internos e externos da execução orçamental e combate à corrupção e ii) reforço da gestão do orçamento. Tal apoio foi complementado pela aprovação de um projeto de apoio institucional de UC 5 milhões (FCFA 4,1 mil milhões) visando a capacitação no domínio da gestão financeira pública e o fortalecimento do setor da justiça.

4. No setor não governamental, foram também aprovados em 2015 um projeto de energia para a reabilitação da rede elétrica de Bissau, no montante de UC 13,3 milhões (FCFA 10,9 mil milhões) e um contributo para a linha de transmissão OMVG, de UC 4,5 milhões (FCFA 3,7 mil milhões). Em setembro de 2016, foi aprovada a assistência emergencial para apoiar os planos de preparação e resposta da Guiné-Bissau ao surto do vírus Zika, no montante de USD 1 milhão; está a ser elaborado um projeto de investimento no setor agrícola (cadeias de valor do arroz) no montante de UC 3,8 milhões (FCFA 3,2 mil milhões).

Programas não financeiros

5. Em janeiro de 2015, o BAfD aprovou a sua estratégia para o país para o período 2015–19 e a sua avaliação do desempenho da carteira do país. A estratégia aprovada assenta em dois pilares, a saber: i) reforço da governação e dos alicerces do Estado e ii) desenvolvimento de infraestruturas para promover o crescimento inclusivo. Em março de 2011 foi lançado um

documento de estratégia de integração regional para a África Ocidental para o período 2011–15. Estudos económicos e setoriais recentes abrangem um exame do setor de transportes, outro do setor agrícola e um perfil do género no país, lançado em 2015, bem como a elaboração de documentos de política sobre parcerias público-privadas e sobre a gestão dos recursos naturais.

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

Avaliação da Suficiência dos Dados para Fins de Supervisão
<p>Geral. Os dados contêm sérias deficiências que representam um entrave significativo à supervisão. As deficiências são mais graves no que respeita às contas nacionais e à balança de pagamentos.</p>
<p>Contas nacionais. As autoridades compilam e publicam séries anuais do PIB com referência a um ano base desatualizado (2005) e dados de base insuficientes. Os dados das contas nacionais não são atempados, uma vez que as últimas estimativas do PIB publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística referem-se ao ano civil de 2013. Espera-se, porém que sejam publicadas em breves estimativas sobre 2014, 2015 e 2016. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB. As autoridades esperam lançar uma série do PIB com um novo ano base em março de 2018.</p>
<p>Estatísticas de preços. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) harmonizado está a ser compilado desde julho de 2002, com base na mesma metodologia utilizada por outros países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA). O IPC foi atualizado em 2010 (novo ano base 2008, melhorias nas técnicas de compilação, cobertura alargada de produtos e aumento do número de pontos de venda). Os dados dos preços referem-se apenas à capital, Bissau. Estão em curso os trabalhos para atualizar o ano base para 2014 e para alargar a cobertura estatística a todo o país.</p>
<p>Estatísticas das finanças públicas. O programa de trabalho do AFRITAC Ocidental prevê uma missão anual de assistência técnica à Guiné-Bissau no domínio das estatísticas de finanças públicas (EFP). A missão mais recente, de fevereiro de 2017, realçou a necessidade de o Ministério da Economia e Finanças (MEF) continuar a implementar as recomendações das missões anteriores.</p>
<p>Estatísticas monetárias e financeiras. As estatísticas monetárias e financeiras (EMF) compiladas e disseminadas pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) são adequadas na generalidade. Em agosto de 2016, o BCEAO concluiu a migração das EMF da Guiné-Bissau para os formulários padrão de reporte (SRF) de dados do banco central e das outras sociedades de depósitos.</p>
<p>Supervisão do setor financeiro. O BCEAO transmitiu ao Departamento de Estatística do FMI (STA), para análise, os indicadores de solidez financeira (ISF) relativos às entidades autorizadas a receber depósitos, e uma missão programada para 2018 irá finalizar o trabalho de reporte dos ISF.</p>

Estatísticas do setor externo. A Guiné-Bissau passou a adotar a metodologia do manual *BPM6* para as estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional (PII) em setembro de 2013, tendo revisto as séries anteriores desde 2007. Os dados da balança de pagamento são fracos, o que se deve fundamentalmente aos dados não registados do comércio e às inconsistências entre as transações da conta financeira e os dados da PII. O grande número de pequenos operadores, um setor informal de grandes proporções e debilidades institucionais entravam a recolha de dados. Embora o Ministério das Finanças não publique dados sobre a dívida externa, os dados sobre os fluxos e stocks são produzidos e transmitidos regularmente ao BCEAO. A Guiné-Bissau participa também do Inquérito Coordenado de Investimento Direto (CDIS). Nos termos do projeto custeado pelo Japão e lançado recentemente em 17 países francófonos da África Ocidental e Central, a Guiné-Bissau receberá missões de assistência técnica para aperfeiçoar as suas estatísticas do setor externo.

Normas e qualidade dos dados

A Guiné-Bissau participa do Sistema Geral de Difusão de Dados reforçado (e-GDDS) desde novembro de 2001. O país precisa de atualizar os metadados de todas as categorias de dados e os planos de melhorias.

Não há dados disponíveis do ROSC.

Prestação de Informação ao STA

Presentemente, não são reportados dados mensais, trimestrais ou anuais sobre as finanças públicas para inclusão na publicação *International Financial Statistics* (IFS) e no anuário *Government Finance Statistics Yearbook*. Dados mensais sobre as estatísticas monetárias são divulgados regularmente para publicação em *IFS*, com algum atraso. A Guiné-Bissau reporta anualmente ao STA as estatísticas da balança de pagamentos e da PII, mas com atrasos. Foram reportados dados CDIS sobre a posição de investimento direto estrangeiro no país, relativos ao final de dezembro de 2011.

Guiné-Bissau: Indicadores mais Comuns Necessários para a Supervisão					
	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁷	Frequência da declaração ⁷	Frequência da publicação ⁷
Taxas de câmbio			D	D	D
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva das autoridades monetárias ¹	Junho 2017	Setembro 2017	M	M	M
Reservas/base monetária	Junho 2017	Setembro 2017	M	M	M
Massa monetária	Junho 2017	Setembro 2017	M	M	M
Balanço do banco central	Junho 2017	Setembro 2017	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Junho 2017	Setembro 2017	M	M	M
Taxas de juros ²	Junho 2017	Setembro 2017	M	M	M
Índice de preços no consumidor	Agosto 2017	Outubro 2017	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴					
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Junho 2017	Agosto 2017	M	T	T
Stock da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	2016	Agosto 2017	M	T	T
Saldo da conta corrente externa	2016	Mai 2017	A	I	I
Exportações e importações de bens e serviços	2016	Mai 2017	A	I	I
PIB	2016	Setembro 2017	A	I	I
Dívida externa bruta	Junho 2017	Agosto 2017	M	T	T
Posição de investimento internacional ⁶	2015	Junho 2017	A	I	I

¹ Ativos de reserva dados em garantia ou penhorados devem ser especificados à parte. Para além disso, os dados devem abranger os passivos de curto prazo indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas, bem como os valores nominais dos derivados financeiros para o pagamento e o recebimento de moeda estrangeira, inclusive os indexados a uma moeda estrangeira porém liquidados de outras formas.

² Taxas de mercado e oficiais, incluindo taxas de desconto, taxas dos mercados monetários e taxas dos títulos, bilhetes e obrigações do tesouro.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Incluindo as posições em ativos e passivos financeiros externos brutos com não residentes.

⁷ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).

**Pronunciamento do Administrador Sr. Daouda Sembene sobre a Guiné-Bissau
Reunião do Conselho de Administração
11 de dezembro de 2017**

Queremos agradecer ao corpo técnico pelo seu empenho construtivo com as autoridades guineenses e pelo relatório informativo e pelos documentos sobre temas selecionados.

As autoridades agradecem o apoio continuado do FMI e concordam, em linhas gerais, com a avaliação e as recomendações de políticas do corpo técnico.

Conforme descrito a seguir, o desempenho no âmbito do programa apoiado pela ECF foi satisfatório no período sob avaliação. Com vistas ao futuro, as autoridades reiteraram o seu forte compromisso com o programa económico apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF). Por conseguinte, subscrevemos o pedido do corpo técnico aos Administradores de um parecer favorável sobre a conclusão da quarta avaliação ao abrigo do acordo ECF.

Desenvolvimentos económicos recentes e desempenho do programa

A atividade económica continuou a prosperar, apesar da conjuntura difícil. O crescimento do PIB real chegou a cerca de 6 por cento em 2015–16, depois de registar uma média inferior a 1 por cento em 2012–14. Estima-se que o crescimento se mantenha neste nível este ano, com o apoio da evolução favorável dos preços no setor do caju e o aumento do investimento público. A melhoria dos termos de troca, conjugada com o forte aumento das importações de materiais de construção relacionadas ao IDE, também deverá contribuir para a melhoria da posição externa. Simultaneamente, a inflação situou-se bem abaixo do critério de convergência regional da UEMOA, de 3 por cento.

No setor orçamental, foi alcançado progresso considerável com uma série de medidas para fortalecer a mobilização de receitas e a gestão de despesas, implementadas nos últimos anos, o que ajudou a aumentar o rácio receitas fiscais/PIB de 6,8 por cento em 2013 para 9,2 por cento em 2016.

Na primeira metade de 2017, o desempenho da receita fiscal excedeu as expectativas do programa em 0,8 por cento do PIB. Ao mesmo tempo, as receita não fiscais superaram a meta do programa para o final de junho, apesar de se estimar que se situem abaixo da meta para o final de 2017, em grande parte devido ao não desembolso da compensação das pescas da UE e outras receitas do setor. A receita global incluindo donativos foi muito superior à meta do final de junho, com uma folga de 2,6 por cento do PIB. Todos estes esforços resultaram numa posição orçamental acima do esperado no final de junho.

A melhoria do desempenho orçamental foi marcada por uma gestão das finanças públicas mais rigorosa e eficaz, designadamente através de reuniões regulares e eficientes do Comité de Tesouraria. De salientar que as despesas não tituladas (DNT), que complicavam a execução orçamental no passado, foram eliminadas com sucesso e nenhum atrasado interno e

externo foi acumulado. Enquanto isso, os custos do serviço da dívida foram consideravelmente reduzidos devido à melhoria na gestão da dívida. Ademais, o recrutamento na função pública foi paralisado, exceto nos setores sociais, enquanto o controlo sobre os salários dos funcionários e os reformados foi reforçado. Foram tomadas medidas substanciais no sentido do desenvolvimento do quadro de despesas de médio prazo, com a inclusão de 5 ministérios setoriais na fase-piloto, nomeadamente, os ministérios responsáveis pelas áreas de educação, saúde, agricultura, infraestruturas e energia. Numa tentativa de promover as receitas do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, o governo recrutou e formou vários agentes fiscais com assistência do FMI, com o objetivo de reforçar a supervisão e a inspeção de médias e grandes empresas.

Os indicadores de solidez financeira são bons. Em conformidade com as recomendações da Comissão Bancária da UEMOA, os bancos aumentaram as provisões para cobrir créditos malparados relacionados ao resgate cancelado. Contudo, permanecem vulnerabilidades, que estão a ser tratadas pelo governo em estreita colaboração com as autoridades regionais.

O progresso ao abrigo do programa apoiado pela ECF para o final de junho de 2017 foi positivo. Todos os critérios de desempenho (CD) foram cumpridos. O piso das receitas fiscais internas superou a meta por amplas margens (24 por cento). Os tetos do crédito bancário interno líquido ao governo central (CLG) situou-se bem abaixo do teto do programa e não foi contraída nenhuma nova dívida não concessional ou externa de curto prazo. Em relação às metas indicativas quantitativas, o piso das despesas sociais foi amplamente excedido, o saldo primário interno ficou positivo face a uma estimativa de défice e o número de despesas não tituladas foi zero.

Cinco dos sete indicadores de referência estruturais foram cumpridos atempadamente. Devido a problemas no processo de concurso público, as medidas relacionadas à atualização do *software* de gestão da dívida, bem com a apresentação de relatórios financeiros mensais da empresa de serviços públicos, foram adiadas.

Perspetivas e políticas económicas para o resto de 2017 e anos vindouros

A projeção de crescimento do PIB real é de 5 por cento ao ano em 2018–22, apoiado pela continuação da conjuntura favorável do setor do caju, o elevado investimento público em estradas e outras infraestruturas e a esperada melhoria no abastecimento de energia e água. O saldo da conta corrente deverá passar a um ligeiro défice de 2–3 por cento do PIB no médio prazo, denotando o aumento da atividade de investimento e a expansão da atividade económica. A inflação deverá acelerar no médio prazo devido ao aumento da procura interna e dos preços do petróleo, mas deverá situar-se em cerca de 3 por cento, em linha com o critério de convergência da UEMOA.

As autoridades pretender aproveitar o atual crescimento sólido, o ímpeto das reformas e as condições favoráveis para aplicar as medidas necessárias para criar espaço orçamental, salvaguardar a estabilidade financeira e promover outras reformas estruturais.

Política orçamental e sustentabilidade da dívida

As autoridades continuam empenhadas em manter políticas orçamentais prudentes com o objetivo de aumentar o espaço orçamental e reforçar a sustentabilidade da dívida. Para tal, continuarão a consolidar os ganhos atuais intensificando os esforços para melhorar a arrecadação de receitas através da racionalização e do melhor direcionamento de isenções fiscais e subsídios, bem como a modernização das administrações aduaneira e tributária. A fim de facilitar o cumprimento das obrigações dos pequenos contribuintes, concluíram um projeto de lei sobre a introdução dum novo regime de pequenos contribuintes com assistência técnica do FMI.

Na mesma linha, continuarão a envidar esforços para melhorar a composição e a qualidade da despesa, com foco nos salários e nos impostos sobre o consumo. As autoridades estão a trabalhar no desenvolvimento duma nova política salarial que ajude a reduzir as despesas não prioritárias. Ademais, continuarão a evitar o recurso às DNT, a impor mais rigor aos procedimentos de gestão do orçamento anual e a instituir processos mais claros para a seleção de projetos de investimento. As nossas autoridades continuam empenhadas em atingir as metas do programa relacionadas às tão necessárias despesas sociais e de investimento e pretendem utilizar o espaço orçamental adicional para financiar essas despesas.

As autoridades mantêm o seu compromisso com políticas de endividamento prudentes a fim de manter a tendência descendente da dívida. A sua intenção é continuar a tentar obter donativos e empréstimos concessionais para projetos de investimento. As autoridades estão determinadas a liquidar o saldo de atrasados em aberto e mantiveram contactos com credores relevantes. A este respeito, deverá ser celebrado dentro em breve um acordo com o governo brasileiro sobre o reescalonamento da dívida. No que concerne os atrasados relacionados a fornecedores nacionais, as autoridades planeiam realizar uma auditoria com o apoio da Comissão da UEMOA, que mostrou interesse em financiar a realização deste trabalho.

Reformas no setor financeiro

As autoridades continuarão a garantir a estabilidade do sistema financeiro da Guiné-Bissau com a assistência da Comissão Bancária regional. O governo apoia e aplicará com rigor qualquer medida considerada necessária pela Comissão Bancária para garantir que os bancos cumprirão as normas regulamentares. As autoridades estão atentas à necessidade de desenvolver o setor financeiro e aumentar o acesso ao crédito. Com a assistência técnica de parceiros de desenvolvimento, estão a tomar medidas para desenvolver os mercados financeiros (inclusivamente para as PME), rever o documento de estratégia nacional para o setor de microfinanças, elaborar uma estratégia nacional de inclusão e fortalecer o gabinete de informações de crédito com o apoio das autoridades regionais.

As nossas autoridades guineenses continuam empenhadas em sustentar os seus esforços para a melhoria do quadro CBC/FT, após a aprovação duma estratégia nacional sobre a matéria

consentânea com as normas do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI). De destacar, a este respeito, o aumento da autonomia e dos recursos financeiros da Célula Nacional de Tratamento de Informações Financeiras (CENTIF) para que este organismo possa concretizar o seu mandato e contribuir para a luta contra a corrupção e a procura de rendas monopolistas. As autoridades reconhecem, contudo, que é preciso fazer mais, inclusivamente, trazer as casas de câmbio para o sistema regulamentar de CBC/FT e aplicar o quadro de divulgação de ativos já em vigor.

Estatísticas

As autoridades agradecem a assistência técnica e a formação fornecida por parceiros de desenvolvimento, inclusivamente o FMI, que ajudaram a melhorar as estatísticas económicas. Com este apoio, planeiam publicar, até março de 2018, as contas nacionais revistas com o ano base atualizado. Serão envidados esforços adicionais para abordar as restantes questões sobre compilação e difusão de dados.

Conclusão

As nossas autoridades guineenses reiteram o seu empenho firme em seguir as políticas macroeconómicas prudentes necessárias para promover o crescimento forte e inclusivo e reduzir a pobreza. O desempenho sustentado satisfatório no âmbito do programa apoiado pela ECF demonstra a forte determinação das autoridades de alcançar estes objetivos de política. Dito isso, não podemos deixar de realçar a importância de se obter ajuda externa adequada para auxiliar a Guiné-Bissau a superar os desafios associados à sua fragilidade e a libertar o seu pleno potencial. Por conseguinte, a contribuição sustentada e atempada do FMI será crucial.